

ESTADOS UNIDOS

**A DERROTA DOS SINDICATOS
PARA A AMAZON**

POR MAXIME ROBIN, ENVIADO ESPECIAL

18

GOVERNO PANDÊMICO

**HORA DE APURAR
RESPONSABILIDADES**

POR LENA LAVINAS E CLAUDIO DEDECCA

28

ENTREVISTA SIRMA BILGE

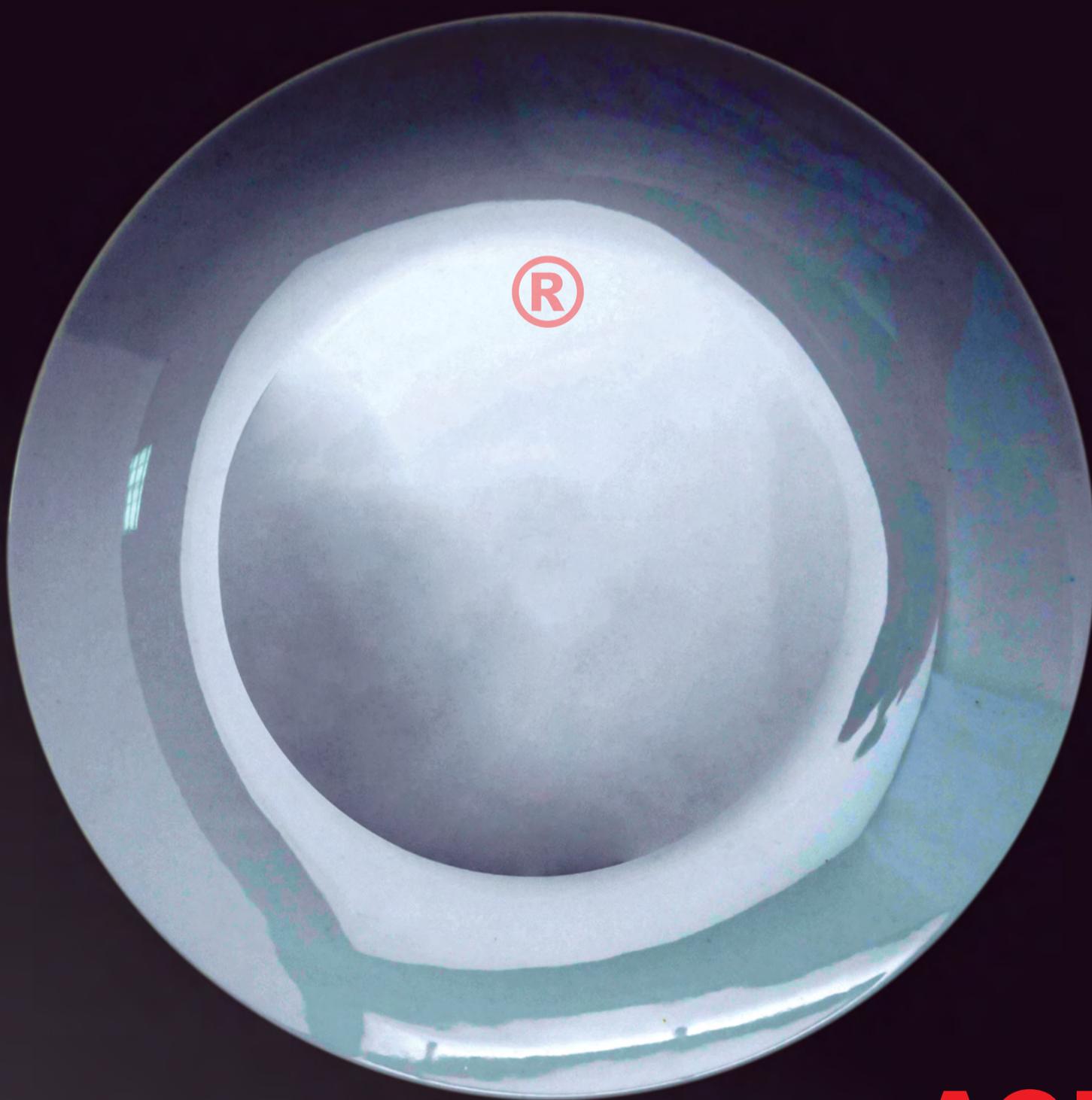
**INTERSECCIONALIDADE
E LUTA POLÍTICA**

POR BIANCA PYL

36

LE MONDE

BRASIL
diplomatique



AGRO
é fome.

FRENTE DE ESQUERDA NA FRANÇA

“Política externa”? Como assim?

POR SERGE HALIMI*

Quer se deseje ou não uma aliança de esquerda e dos ecologistas para a eleição presidencial francesa do próximo ano, os termos desse debate confirmaram o analfabetismo geopolítico da maior parte dos jornalistas. Com efeito, supondo-se que nenhuma divergência de política econômica e social impeça as formações situadas à esquerda de Emmanuel Macron de fazerem uma frente contra ele já no primeiro turno da eleição, podemos dizer o mesmo sobre a política externa? O mais espantoso é que essa questão não tenha interessado a ninguém. E quanto às relações com os Estados Unidos, a China e a Rússia; à política da França para o Oriente Médio, a África e a América Latina; ao poder de fogo? No encontro de 17 de abril, nenhum desses temas parece ter sido abordado pelos dirigentes de esquerda. E, longe de se surpreender com isso, a mídia preferiu entusiasmar-se com questões decisivas para o futuro do país, como a comida vegetariana nas cantinas escolares de Lyon, as “reuniões não mistas” de um sindicato estudantil e a recusa de subvenção a um aeroclube de Poitiers.

A coisa chegou a tal ponto que, quando o patrocinador da reunião unitária, Yannick Jadot, publicou uma análise de política externa neoconservadora, seu conteúdo passou despercebido.¹ Diversas passagens, que poderiam ter sido redigidas numa sala do Pentágono, situam o dirigente ecologista à direita de Macron. Por exemplo, ele atribui “metade das tensões internacionais” à “agressividade crescente de regimes autoritários na China, Rússia e até Turquia”. Seria de crer que, para ele, as provocações nunca vêm dos Estados Unidos, da Arábia Saudita ou de Israel. Percebe-se o mesmo estrabismo atlantista quando Jadot reserva a

Moscou e Pequim o monopólio das *fake news*, do apoio a “movimentos extremistas” ou da compra de “nossas empresas-chave”. Esquece, assim, as inexistentes “armas de destruição em massa” do Iraque, o apoio ocidental e saudita à Frente Al-Nosra síria – filiada à Al-Qaeda – e o banditismo norte-americano que inflige multas extravagantes às empresas concorrentes, chegando a obrigar a Alstom a submeter-se à General Electric.² Logicamente, seu texto exige também, como Donald Trump e Joe Biden, que os europeus “ponham fim imediatamente ao projeto de gás Nord Stream 2” (*ver pág. 30*). Sugere ainda que eles apoiem “a Ucrânia, às voltas com a agressão militar de seu vizinho russo”. Ora, Kiev reclama principalmente sua adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), uma aliança militar da qual os ecologistas prometeram – uma de suas “primeiras medidas”, caso cheguem ao poder – tirar a França...

O ex-ministro socialista Benoît Hamon assegura, apesar de tudo, que os desacordos não são “tão numerosos entre as formações ecologistas de esquerda”. Quer dizer então que a França progressista poderia adotar amanhã a política para a China de Tóquio, a política para a Venezuela de Washington, a política árabe de Tel Aviv e a política para a Rússia de Varsóvia? 

*Serge Halimi é diretor do *Le Monde Diplomatique*.

1 Yannick Jadot: “Faire reculer l’influence des régimes autoritaires ne doit pas signifier s’engager dans une nouvelle guerre froide” [Contrapor-se à influência dos regimes autoritários não significa iniciar uma nova Guerra Fria], *Le Monde*, 13 abr. 2021.

2 Ver Jean-Michel Quatrepoint, “Au nom de la loi... américaine” [Em nome da lei... norte-americana], *Le Monde Diplomatique*, jan. 2017; e, sobre a Alstom, o relato de Arnaud Montebourg em *L’Engagement*, Grasset, Paris, 2020.

EDITORIAL

Perguntas impensáveis

POR SILVIO CACCIA BAVA

Vivemos um momento da história da humanidade em que o capitalismo globalizado, controlado pelos grandes grupos econômicos, e especialmente pelos grandes grupos financeiros, impõe um modelo de organização de nossas sociedades e da economia que atende unicamente a seus interesses: maximizar seus lucros e seu poder sobre todos nós.¹

Essa voracidade pelo lucro só encontra limites vindos da regulação pública, isto é, das leis e da fiscalização por parte do Estado. Dado que esses atores capturaram os Estados nacionais e mesmo os órgãos de regulação internacional como as Nações Unidas, o FMI, o Banco Mundial e a OCDE, a regulação e a fiscalização desses grandes grupos econômicos cada vez mais predatória, espoliadora e destruidora do meio ambiente. E, com seu poder, mobilizam os recursos públicos para aumentar seus lucros.

A crise de 2008 concentrou o poder cada vez mais em poucas mãos. As fusões e incorporações criam megacorporações, levando empresas a ter um faturamento maior que o PIB de muitos países, e os sistemas públicos de regulação democrática se sujeitam a esses interesses poderosos.

Essas grandes corporações não têm limites éticos para atingir seus objetivos. Sonogam impostos (um terço do PIB mundial está em paraísos fiscais), degradam o meio ambiente que exploram, submetem cadeias inteiras de produção a suas imposições, sacrificam o pequeno e médio produtor, oferecem produtos de má qualidade ao consumidor,² constituem monopólios ou oligopólios que impõem seus preços, degradam as condições de trabalho e os salários dos trabalhadores, aprofundam as desigualdades e aumentam a po-

breza. Isso acontece por toda parte. Mas vale dizer que o Brasil é o terceiro país que mais perde impostos com as remessas de lucros das multinacionais para paraísos fiscais, segundo a Tax Justice Network, algo como R\$ 82 bilhões por ano.³

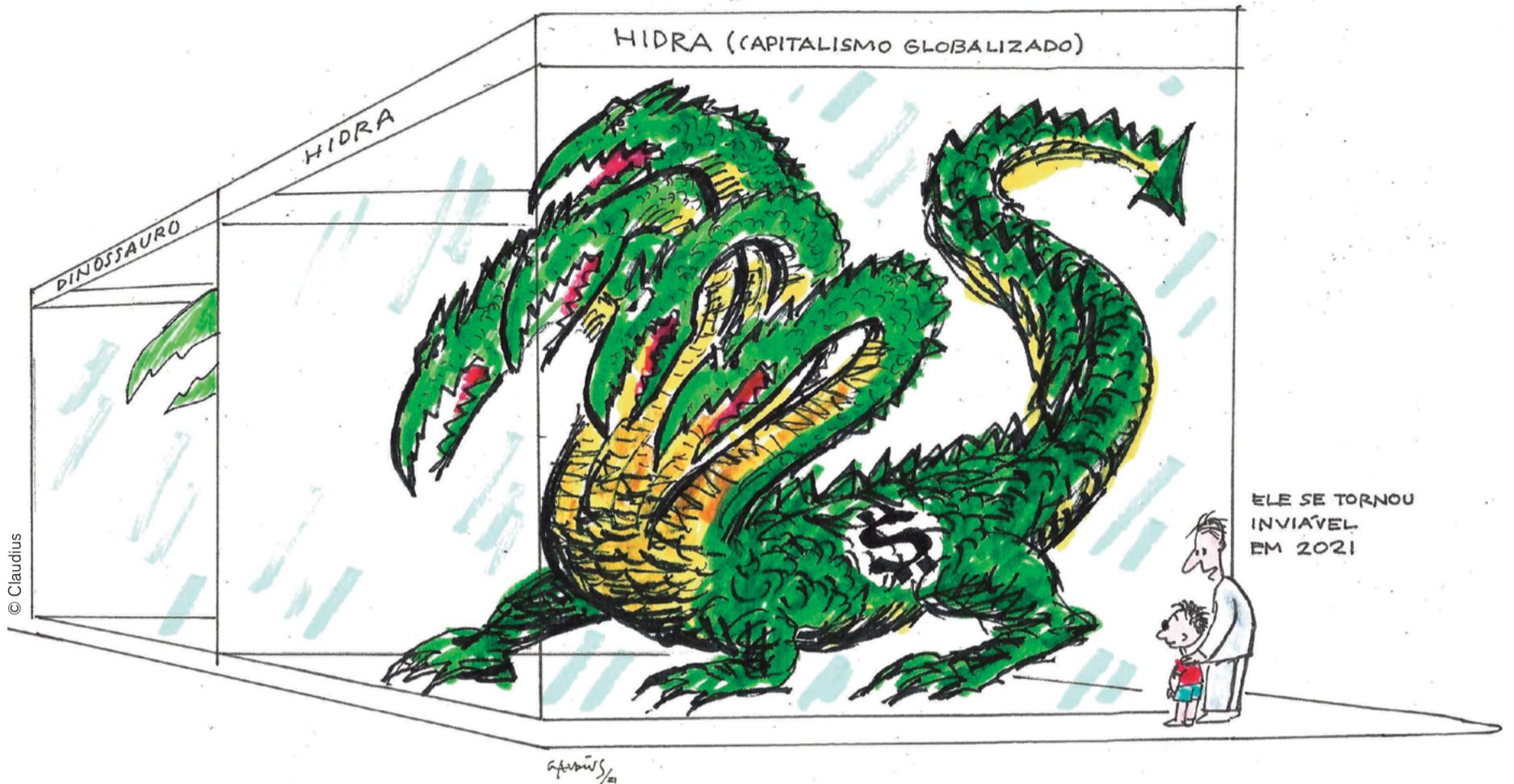
Na América Latina, nossos países são condenados à reprimarização da economia, e toda industrialização é combatida pelas grandes corporações. Perdemos autonomia e passamos à situação de um novo tipo de colonização, que submete nossos países aos interesses dessas multinacionais e dos países que as representam no cenário internacional.

Esse capitalismo predatório vê a América Latina como um campo de exploração e expropriação, uma plataforma de extração de riquezas. Nossas riquezas minerais, petróleo, produções agrícolas e pecuária são o que interessa. As condições de vida dos latino-americanos não lhes interessam.

E aqui está o grande desafio. Para enfrentar esse capitalismo predatório e financeirizado é preciso fazer frente às grandes corporações que operam em nosso território, impor limites. A começar pelos bancos. Mesmo com a crise econômica, o desemprego e as falências de pequenas e médias empresas, “o Goldman Sachs espera um crescimento médio anual de 34% no lucro dos bancos brasileiros no primeiro trimestre deste ano”.⁴

Enquanto os brasileiros ficam mais pobres, o faturamento do setor agropecuário em 2021 deve ser 12% maior que em 2020 e estima-se que chegue a R\$ 1 trilhão.

Tomemos como exemplo a produção da soja, o principal produto agropecuário brasileiro em termos de faturamento, estimado em R\$ 335,2 bilhões para 2021.⁵ A cultura da soja demanda grandes extensões de terra,



muitas vezes adquiridas de pequenos proprietários que antes produziam comida na agricultura familiar; requer uma quantidade enorme de água, que deve ser preservada como um bem comum; utiliza agrotóxicos e, com isso, envenena nossa comida e o meio ambiente; requer maquinaria e tecnologia sofisticadas e capital intensivo, o que deixa essa produção nas mãos do grande capital; requer mão de obra especializada e, portanto, não gera empregos locais; demanda um volume enorme de energia para exportar seus produtos para o outro lado do planeta. Seus lucros vão para o circuito financeiro internacional, logo não beneficiam o território em que é produzida. E, por força de seu poder político, conta com isenções tributárias, financiamentos privilegiados, renegociação e perdão de dívidas por parte do poder público.

A BRF, uma empresa nascida no Brasil e hoje presente em 140 países, tem 90 mil trabalhadores, quarenta fábricas e um lucro anual que se mede por bilhões de reais, sendo a maior produtora de alimentos do mundo. Pergunta: em que ela beneficia os brasileiros?

Já a JBS, uma das maiores produtoras de carne do mundo, que faturou R\$ 270 bilhões em 2020 e é acusada de promover o desmatamento na Amazônia, é avaliada em R\$ 83,9 bilhões e teve um crescimento de 223% desde 2017.⁶ O bom desempenho se deve às

exportações, porque, com a queda da renda familiar do brasileiro, o consumo de carne no mercado interno vem caindo significativamente. A devastação ambiental para atender às demandas externas compensa?

Os supermercados – um oligopólio que domina 86,1% do consumo diário, impõe preços vis a seus fornecedores e eliminou a quitanda do bairro, a venda, a mercearia e a floricultura, ou seja, acabou com o pequeno e médio comerciante – têm o mesmo desenho concentrador e excludente. A maior rede em faturamento, o Carrefour, multinacional com 498 lojas no Brasil e 72 mil funcionários, manda seus lucros para onde?

O modelo vale para toda a economia. Para os bancos, para a educação e a saúde privadas, para o comércio organizado em shoppings centers, para a produção de energia etc.

É esse capitalismo predatório que precisa ser enfrentado quando buscamos superar a crise civilizatória que destrói a nós e a natureza. Não se trata, portanto, de uma discussão sobre economia política, sobre as formas de organização social e produtiva que uma sociedade se dá.

O modelo neoliberal do capitalismo global é hegemônico, mas nem por isso destrói todas as formas de organização da sociedade e de produção dos bens necessários à vida. Tan-

to hoje como em momentos históricos anteriores, os povos da América Latina criaram e criam outros paradigmas para organizar sua vida e sua produção. Temos muitas indicações do caminho a seguir.

No período anterior à colonização europeia da América Latina, os povos originários construíram modos de vida e de produção marcadamente coletivos, solidários, cooperativos e de um profundo respeito e cuidado com a natureza, com todos os seres vivos. A proposta do *buen vivir* vem dessas concepções e práticas.

Já os quilombolas no Brasil adotaram também formas coletivas de produção e consumo, cultura trazida da África e praticada nos territórios em que, num movimento de afirmação e resistência, os negros libertos erguiam povoados, organizavam a produção e construíam autonomia.

No início do século XX, os imigrantes alemães assentados no Paraná e em Santa Catarina trouxeram valores e ideias de solidariedade, cooperação, igualdade e justiça, assim como sua experiência política, muitos deles com tradições anarquistas e socialistas. Essa cultura se traduziu na criação dos faxinais, uma forma de propriedade coletiva onde todos trabalham segundo suas possibilidades e o que produzem é dividido segundo suas necessidades.

O mapeamento da economia solidária no Brasil, concluído em 2013,

reúne informações sobre cerca de 20 mil empreendimentos econômicos solidários. Apesar da importância, essas experiências não ganham escala, não se multiplicam, nunca se tornarão hegemônicas. Elas operam nas franjas da economia. Elas não têm poder.

Para criar novas relações sociais e de produção e consumo é preciso enfrentar essas grandes corporações que operam em nosso território. E não há como fazê-lo sem rupturas, sem enfrentar problemas estruturais do país. As tentativas de reforma mostraram seus limites.

Precisamos da ousadia de perguntar: o agronegócio interessa ao povo brasileiro? A mineração deve ser suspensa e proibida? Precisamos parar com a extração do petróleo? Precisamos de bancos municipais? Precisamos impor limites ao tamanho e ao poder das empresas? Precisamos da reforma agrária?

1 Ladislau Dowbor, *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*, Edições Sesc, São Paulo, 2020.

2 Ver Jean-Baptiste Malet, *O império do ouro vermelho: a história secreta de uma mercadoria universal*, Vestígio, São Paulo, 2019.

3 "Brasil é 3º que mais perde com ida de lucro de múltiplos para paraísos fiscais", *Valor Econômico*, 12 abr. 2021.

4 "Resultado dos bancos", *Valor Econômico*, 19 abr. 2021.

5 www.valor.com.br/agro "Da porteira para Dentro", Fonte: Ministério da Agricultura.

6 "Joesley e Wesley Batista retomam depoimentos", *Valor Investe*, 19 abr. 2021.

CAPA

Ultraprocessados, ultraesfomeados e o sistema agroalimentar moderno

Alguns parágrafos são suficientes para mostrar como o sistema agroalimentar dominante e o agronegócio andam junto com os alimentos ultraprocessados e formam uma trindade indissolúvel que causa desequilíbrio ambiental, insegurança alimentar, fome, doenças, desigualdades sociais e desesperança

POR ELAINE DE AZEVEDO*

O agronegócio faz parte do sistema agroalimentar hegemônico, também chamado de convencional ou moderno. É um sistema porque tem muitas partes interconectadas, cujo objetivo não é produzir soberania nem segurança alimentar. É, na real, uma dinâmica de caráter econômico que busca alta produtividade de alimentos de baixa qualidade e alta durabilidade e gera concentração de renda para poucos e desequilíbrio ambiental.

O sistema se inicia em grandes áreas de terras expostas por ecossistemas destruídos e florestas queimadas, que excluem os pequenos agricultores e acabam com a possibilidade de uma divisão fundiária mais equitativa. O solo nu e empobrecido é preparado com o uso intenso de fertilizantes à base de NPK, que promovem o cultivo de monoculturas fragilizadas, e, como todo organismo malnutrido e solitário, sofre e fica vulnerável, atraindo os diversos indicadores desse desequilíbrio: insetos, larvas, ácaros, fungos e plantas invasoras – simplificada e chamados de “pragas da agricultura”.

Para combater essas doenças, na verdade um desequilíbrio artificialmente causado, o sistema utiliza agrotóxicos: pesticidas, nematicidas, fungicidas, herbicidas e outros parentes da família *cida*, um sobrenome originário do latim que significa “morte”.

Para cultivar e colher nas grandes áreas de monoculturas que interferem na biodiversidade e envenenam não só os cultivos, mas também as águas, os solos e o ar, o sistema precisa de maquinário e emprega poucos humanos. Além disso, faz uso de transporte baseado em petróleo para levar essas culturas a longas distâncias; às vezes ultramar, bem longe de sua origem. Seguem junto com a exportação nossa paisagem, a fertilidade de nossos so-

O que o agronegócio tem a ver com os ultraprocessados e a saúde humana e ambiental?



© Mauro Pinheiro

los, nossa água e nossa soberania. O destino desses grãos é, majoritariamente, virar proteína animal ou agrocombustível. Até aqui o sistema pode ser também chamado de agronegócio.

Se trocar as monoculturas de grão por extensas áreas de capim para rebanhos bovinos criados no pasto, com ração feita de grãos e drogas veterinárias ou por aves e suínos confinados sobrevivendo graças a antibióticos, temos o sistema da carne industrial. Este termina nos frigoríficos para oferecer proteína animal para poucos aqui e para muitos lá fora.

O sistema continua quando estaciona caminhões de cana, soja, milho e trigo nos pátios da indústria alimentar, que se abraça com a indústria química para transformar monocultura em alimentos que durem muito nas prateleiras, produzam saciedade e adição, custem pouco e iludam os comedores.

Para que durem muito, o sistema os torna estéreis por meio de impac-

tantes procedimentos industriais, como irradiação, secagem, refinamento, altas temperaturas e pressão, apertização e hidrogenação. Depois de sofrerem os impactos desses procedimentos, os alimentos perdem qualidade e precisam de uma maquiagem. Assim, para corrigir as imperfeições, acrescentam-se vitaminas, minerais e aditivos químicos sintéticos – corantes, aromatizantes, emulsificantes etc., para dar cor, sabor, crocância, odor, maciez e aparência de comida perdidos durante o processo industrial. E essa indústria também utiliza restos de carne e leite para produzir produtos cárneos e lácteos de baixa qualidade e mais acessíveis.

E assim, mascarados com poucos grãos integrais, açúcares, sal, gorduras hidrogenadas, vitaminas e sabores artificiais, sob as promessas de um corpo perfeito, endossados por estudos científicos financiados pela própria estrutura que os produz e

protegidos por embalagens atraentes e rótulos de “saudáveis”, “funcionais”, “lights”, “diets” e “naturais”, os produtos das monoculturas são vendidos nas grandes redes varejistas.

Isso tudo acontece com o apoio da mídia, que fomenta a ilusão dos consumidores e a corruptibilidade de governos e parlamentares, insensíveis aos apelos ambientais e de saúde coletiva do povo que os elegeu.

O sistema agroalimentar não acaba aqui. Torna-se cúmplice da lógica hospitalocêntrica que transpassa o binômio saúde/doença e da indústria médico-farmacêutica, que oferece procedimentos e medicamentos para diagnosticar e tratar as doenças e os dissabores causados por esses produtos do agronegócio, mais conhecidos como alimentos ultraprocessados.

SISTEMA AGROALIMENTAR, ULTRAPROCESSADOS E DOENÇAS

Entre os desequilíbrios causados por esses alimentos envenenados e ultra-

processados estão a obesidade, de um lado, e a insegurança alimentar e a desnutrição, de outro.

Além desse quadro paradoxal, podemos relacionar o consumo desses alimentos, incluindo os *in natura* convencionais, a diversos tipos de câncer, cujas taxas aumentam a cada ano; imunodepressão; desordens neurológicas, desde enxaquecas até depressão, suicídio, Alzheimer, autismo, deficiências cognitivas e hiperatividade em crianças; esterilidade em adultos; aborto e problemas congênitos em bebês; dermatoses; doenças respiratórias; anemia; resistência a antibióticos e alergias. Esse é o saldo de um pacote que inclui fertilizantes+agrotóxicos+drogas veterinárias+aditivos sintéticos, além de transgenia, irradiação e outras tecnologias agroalimentares.

Destaco ainda as preocupantes repercussões dos sistemas industriais de produção animal, sua alta domesticação e o conseqüente estreitamento indesejado entre pragas selvagens e atividades humanas que vêm causando alerta sobre o surgimento de supervírus por cientistas como Rob Wallace em seu livro *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência* (Elefante, 2020). Esse biólogo alerta que, nas grandes granjas de criação animal confinada, os microrganismos estariam encontrando as melhores condições para o aprimoramento de sua patogenicidade – a capacidade de infectar humanos – e para o aumento de sua virulência – a capacidade de nos causar danos.

As gripes suínas, aviárias e a doença da vaca louca ainda não foram suficientes para compreendermos tais alertas. Esperamos que o novo coronavírus nos torne mais atentos e nos dê tempo para lutarmos contra aquele que é o maior impacto desse sistema e pode ser a cartada final sobre a vida no planeta: o aquecimento global, causado pelas maciças emissões de gases de efeito estufa, resultado da queima de combustíveis fósseis e das mudanças no uso da terra, como o desmatamento, para produzir proteína animal, ultraprocessados e concentração de renda.

TODOS QUE COMEM ESSES PRODUTOS ADOCEM, MAS QUEM MAIS SOFRE?

Quem mais sofre as repercussões desse sistema são os pequenos agricultores familiares e as comunidades tradicionais remanescentes do mundo rural, obrigados a migrar para as franjas das grandes cidades para serem explorados, junto com os grupos sociais mais vulneráveis socialmente – negros e, especialmente, mulheres negras – que não foram contempla-

dos com terra, herança ou acesso a educação e saúde, e no campo, nas florestas e nas cidades passam fome ou só comem alimentos de alta densidade energética, envenenados, de baixo custo e qualidade, que promovem saciedade, insegurança alimentar e diversas enfermidades supracitadas. Os mesmos alimentos ultraprocessados que, por incrível que pareça, também seduzem muitos que poderiam comer comida orgânica, de origem familiar, local, variada e fresca. A comida de verdade.

Depois de sofrerem os impactos desses procedimentos, os alimentos perdem qualidade e precisam de uma maquiagem

AGLOMERAÇÃO DE (IR)RESPONSÁVEIS

Metade do povo brasileiro fez um casamento desastroso com esse atual governo em 2018. Uma relação bem honesta na verdade, porque, durante o turbulento contrato de núpcias, o atual presidente nunca escondeu que priorizaria os corresponsáveis pelo agravamento da insegurança alimentar e pela destruição ambiental.

Os amantes? Muitos. O site De Olho nos Ruralistas destaca quase duas dezenas de associações e sindicatos¹ do agronegócio ligados à produção de soja, algodão, cana-de-açúcar, leite, fumo e pecuária, além do poderoso e discreto Instituto Pensar Agropecuária, que banca, silenciosamente, a Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (apelidada de bancada ruralista).

De variados modos, os amantes verde-amarelos são mantidos financeiramente pelos cafetões do agronegócio, que subsidiam essa onerosa paixão entre o Estado e o agronegócio: empresas nacionais e multinacionais, como Bayer, Basf, DuPont, Syngenta, Aurora, Seara, 3M, JBS, Nestlé, Frimesa, Danone, Suzano, Klabin, Bunge, BRF, além de Souza Cruz e Phillip Morris e entidades financeiras, como Banco do Brasil, Santander, Itaú, Sicredi, B3 (ex-Bovespa) e o banco holandês Rabobank. E seus acionistas, consciente ou inconscientemente.

Como se vê, são muitos atores que atuam no palco desse sistema agroalimentar – o agronegócio, a mídia, a publicidade, a ciência, os supermercados, o Estado. Todos dançam a música orquestrada pelas grandes corporações que produzem insumos, tecnologia, maquinário, ultraprocessados, concentração de renda, de-

semprego rural, destruição ambiental, doenças, insegurança alimentar e fome nos países em desenvolvimento. E, à frente, o maestro, nosso conhecido neoliberalismo.

Da parte do Estado, o presidente do Brasil tem assumido as cláusulas de seu acordo nesse sistema. Desde 2019, o governo desestrutura as políticas de segurança alimentar e de bem-estar social que beneficiaram durante alguns anos quem produz comida no país, como o Bolsa Família, o Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos (que já chegou a beneficiar 129,8 mil agricultores familiares em 2012). No dia em que assumiu o governo, o presidente destituiu o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e enfraqueceu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário, que apoiava a agricultura familiar, e congelou diversas modalidades de financiamento para esse setor. Enquanto desmonta o sistema que produz comida, o governo fortalece o Ministério da Agricultura, que agora destina 85% da verba da agricultura para o agronegócio de exportação de *commodities* e de produção de ração e agrocombustíveis. Também vem desqualificando a Companhia Nacional de Abastecimento e sua política pública de criar estoques regulares para manter o preço baixo de alimentos básicos, como arroz e feijão. Pressionada pelos interesses das grandes empresas alimentares, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, atacou recentemente o Guia Alimentar da População Brasileira, que desaconselha o consumo de ultraprocessados.² Desde que foi eleito, o presidente já liberou cerca de mil novos agrotóxicos para agrandar a amantes e cafetões. Também ignora a violência no campo e a morte de ambientalistas e agricultores e criminaliza movimentos que lutam pela reforma agrária, um direito garantido na Constituição. Mais recentemente, já com cerca de 15 milhões de desempregados, 19 milhões de brasileiros esfomeados, 9% da população em situação de insegurança alimentar grave, mais de 50% de famílias obrigadas a cortar o consumo de itens essenciais e com o país batendo novamente à degradante porta do Mapa da Fome,³ o governo está interferindo na mais antiga e eficiente política pública de alimentação: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Ele exige a inserção de alimentos ultraprocessados na alimentação escolar e o aumento de carnes e derivados, bem como a saída de nutricionistas que zelam pela qualidade nutricional e alimentar dos cardápios escolares.

Esse show de horrores acontece sob o aumento das taxas de serviços básicos (água, eletricidade e gás), a desestruturação do Sistema Único de Saúde e o corte do auxílio emergencial e em meio à maior pandemia e crise sanitária mundial, que já matou mais de 400 mil brasileiros.

QUEM RESPONSABILIZAR?

A multiplicidade de atores e a complexa rede de poderes acabam por possibilitar a esquiva da responsabilidade das incontáveis repercussões econômicas, sociais, ambientais e éticas e sobre a soberania, a segurança alimentar e a saúde coletiva resultantes desse perverso sistema. E, como não é possível colocar a culpa em um ator, todos acabam isentos.

Ironicamente, a responsabilidade de mudar o sistema acaba caindo sobre o consumidor, que, com seu poder de compra, poderia mudar o quadro. Nós, comedores, temos nosso papel nesse sistema, mas que esse clamor não desvie a responsabilidade e acabe por culpabilizar a própria vítima, vítima essa que não é o comedor privilegiado, que pode optar por alimentos de verdade, mas aqueles que vivem em desertos alimentares, sem emprego, sem políticas de bem-estar, recebendo ocasionalmente uma cesta básica repleta de alimentos de baixa qualidade.

Diante dessa denúncia, que nos deixa desiludidos e impotentes, é bom lembrar que existem outros sistemas. E, para matar, não minimizar, a fome dos brasileiros e garantir sua saúde, só com um Estado que apoie um sistema agroalimentar responsável. Essa possibilidade a gente define nas urnas. 

***Elaine de Azevedo** é nutricionista e socióloga, professora da Universidade Federal do Espírito Santo e autora do livro *Alimentos orgânicos*, do podcast *Panela de Impressão* e da *Escola Livre ComidaETC*.

1 Associação Brasileira dos Produtores de Sementes de Soja, Associação dos Produtores de Soja, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, Associação Brasileira da Indústria do Fumo, Associação Brasileira do Agronegócio, Associação Brasileira de Produtores de Algodão, Associação Brasileira de Proteína Animal, Sindicato Nacional das Indústrias de Alimentação Animal, União da Indústria da Cana-de-Açúcar, Indústria Brasileira de Árvores, Associação Nacional de Defesa Vegetal, Viva Lácteos, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Conselho das Entidades do Setor Agropecuário, entre outras.

2 "Tereza Cristina determinou recuo sobre Guia Alimentar brasileiro, mostram documentos", *Época*, 12 out. 2020.

3 Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede Penssan). Disponível em: <http://olheparaafome.com.br>.

QUANDO A DISTRIBUIÇÃO ORIENTA A PRODUÇÃO

O triunfo dos supermercados no Brasil da fome

Hoje, as grandes redes de supermercados são garantia de encontrar o preço mais baixo, porque elas têm a condição de espremer os fornecedores, levando-os inclusive a prejuízos e falências. Mas não sabemos se estaríamos pagando mais barato caso não existissem. Elas remoldaram nosso sistema alimentar de uma forma tão profunda que é impossível restituir as variáveis que nos permitiriam fazer essa conta

POR JOÃO PERES E VICTOR MATIOLI*

Primero de março de 2021. As ações do Assaí, braço de atacarejo do Grupo Pão de Açúcar, estreiam na Bolsa de Valores com 385% de valorização. Três semanas depois, o rival Carrefour responde, anunciando a compra do Big (ex-Walmart) por R\$ 7,5 bilhões. Não há mais dúvida: estamos diante da terceira fase da guerra fria entre as duas gigantes do supermercadismo brasileiro. Agora, a aposta é para saber quem consegue se beneficiar mais do cenário de recessão, desemprego e inflação.

Economistas, jornalistas e especialistas de diversas áreas têm buscado entender e explicar o brutal aumento do estado de insegurança alimentar e nutricional do país. Um inquérito recente da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) apontou que pelo menos 19 milhões de brasileiros passaram fome nos últimos meses de 2020. Mas, com raríssimas exceções, os supermercados não figuram na discussão. Essas corporações tiveram êxito total no projeto de se apresentar como uma plataforma neutra, onde os fornecedores expõem os produtos e as pessoas compram.

A realidade, como de praxe, é mais complexa. Em nosso livro *Donos do mercado. Como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade* (Elefante, 2020), listamos uma série de razões para duvidar dessa pretensa neutralidade. A crença é de que a concentração no setor de supermercados seria benéfica aos consumidores, uma vez que lhes permitiria oferecer preços mais baixos. Hoje, pesquisadores e órgãos de análise da concorrência do mundo todo têm revisto essa posição, mas o brasileiro Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) prefere manter os olhos fechados para um sem-fim de variáveis.

A começar pela inflação, que tanto tem preocupado as famílias brasileiras. Hoje, as grandes redes de su-

permercados são garantia de encontrar o preço mais baixo do dia, porque elas têm toda a condição de espremer os fornecedores, levando-os inclusive a prejuízos e falências. Mas não sabemos se estaríamos pagando mais barato caso as grandes redes não existissem. Elas remoldaram nosso sistema alimentar de uma forma tão profunda que é impossível restituir as variáveis que nos permitiriam fazer essa conta.

Nas últimas décadas, os supermercados travaram uma guerra contra feiras livres e sacolões. Foram parte da ofensiva publicitária para que as pessoas trocassem alimentos *in natura* por ultraprocessados, para que limitássemos nossa diversidade alimentar àquilo que interessa ter nas gôndolas, excluindo alimentos regionais, frutas de quintal e verduras brasileiras. Desafiaram leis trabalhistas para impor um funcionamento de 24 horas, sete dias por semana. E obrigaram agricultores a se concentrarem ou quebrar.

Estudo da ONG Oxfam mostra como a fatia de lucro dos supermercados tem aumentado na extensa cadeia de abastecimento de alimentos, chegando a 30% do total. De novo, não tem segredo: são os agricultores e trabalhadores que ficam com cada vez menos. O gigantismo dos supermercados leva ao surgimento de um ecossistema de atravessadores pequenos, médios e grandes que repassam a mercadoria entre si até que chegue à ponta final. Às vezes, há dois atravessadores antes de um alimento chegar à Central de Abastecimento (Ceasa), e mais um ou dois até chegar ao varejista. Nos casos em que a relação se dá diretamente com as grandes redes, não é exatamente uma boa notícia: apenas fornecedores grandes conseguem lidar com essa negociação e, para não saírem perdendo, eles precisam espremer os agricultores.

Isso acontece porque os supermercados impõem uma série de taxas

que acabam pressionando os fornecedores. Enxoval, taxa de administração, taxa de centralização, taxa de crescimento, taxa de quebra, promoções. Tudo isso tem um impacto sobre o preço final? Muito provavelmente. Mas os órgãos públicos que teriam possibilidade de produzir essa estimativa seguem de olhos fechados.

Sempre foi assim. Abilio Diniz, responsável pela transformação do Pão de Açúcar em império e expressão máxima do supermercadismo no Brasil, encontrou portas abertas no Palácio do Planalto e no Ministério da Fazenda em todos os governos pós-ditadura. Entre 2002 e 2019, o BNDES desembolsou R\$ 8,5 bilhões para o setor de supermercados – R\$ 8,4 bilhões ficaram com Pão de Açúcar e Carrefour.

Antes da compra do BIG, as duas gigantes concentravam o mesmo faturamento das 78 concorrentes seguintes – o próprio BIG havia deixado de figurar no ranking da Associação Brasileira de Supermercados (Abrás). Nos anos 1990, por diferentes vias, ambas empreenderam um primeiro ciclo de expansão. Enquanto o Carrefour recebia um grande aporte financeiro da matriz europeia, o Grupo Pão de Açúcar se capitalizava nas Bolsas de Valores de São Paulo e Nova York. Em 2007 e 2008, com a compra dos atacarejos Assaí e Atacadão, o segundo ciclo ficou claro.

Até então, as duas redes não conseguiam colocar os pés para fora dos grandes centros. Dependiam de fornecer às classes médias e altas nas metrópoles do Sudeste. Eram um retrato de tudo o que o paradigma do desenvolvimento cunhado nos anos 1950 nos prometeu: lojas limpas, com um cheiro neutro, música ambiente, temperatura controlada. O retrato de um mundo que parecia próspero.

Os atacarejos mudaram esse panorama. As lojas sujas e desorganizadas, que oferecem preços baixos aos clientes e lucros altos para os varejistas, aceleraram a marcha sobre um Brasil

um pouco mais profundo. Capitais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste foram agraciadas com suas primeiras unidades. Em pouco mais de uma década de operação, os atacarejos viraram a galinha dos ovos de ouro das duas maiores supermercadistas do país. Hoje, algo entre 60% e 70% do faturamento das redes sai desse tipo de loja.

A chegada da pandemia foi uma grata surpresa para os executivos das duas corporações, que divulgavam com largos sorrisos, no ano passado, vendas recordes impulsionadas pela crise sanitária. Nas duas últimas semanas de março de 2020, quando os brasileiros se familiarizavam com o isolamento social, o Carrefour divulgou um aumento de 20,9% no faturamento das lojas. O Pão de Açúcar, por sua vez, vibrava com o crescimento de 56,5% nas vendas do trimestre.

Aproveitando a comoção nacional em torno da fome, a Abrás lançou, em meados de abril deste ano, uma engenhosa campanha: empresas e pessoas físicas podem doar recursos que serão utilizados em um cartão, com crédito de R\$ 100, distribuído a famílias em situação de vulnerabilidade. Com um detalhe: o dinheiro só pode ser usado em supermercados. Uma substituição do Bolsa Família, com endereço certo.

A seguir, separamos um trecho do livro *Donos do mercado* que apresenta as contradições do atacarejo, o mais brasileiro dos formatos de varejo.

DONOS DO MERCADO

Meses antes da chegada da Covid-19 ao Brasil, em duas visitas ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, acompanhamos pelo menos duas dezenas de audiências que tinham as grandes redes varejistas como reclamadas em processos trabalhistas. Ouvimos histórias de funcionários de todos os cantos da capital, mas um cantinho específico apareceu repetidamente nos relatos: Taipas.

Parada de Taipas, como é mais conhecida, é um subdistrito de Pirituba-Jaraguá. Ganhou esse nome porque abriga uma estação de trem – ou uma “parada” – da linha que conecta São Paulo a Jundiaí. Mais que um trilho de trem, Taipas hospeda unidades do Atacadão e do Assaí, as bandeiras de atacarejo dos grupos Carrefour e Pão de Açúcar. É o ambiente perfeito para um modelo de negócios que avança sobre as camadas mais pobres da população. Um modelo que garante aos clientes os menores preços do mercado, mas que desvaloriza os alimentos frescos, que demandam cuidados específicos, e dá protagonismo aos ultraprocessados, que duram meses ou anos intocados nas prateleiras. Um modelo que troca a segurança alimentar e nutricional dos clientes pelo custo baixo, que troca qualidade por quantidade, que troca os direitos trabalhistas dos funcionários por índices crescentes de produtividade.

O aparentemente famoso “Atacadão de Taipas” surgiu tantas vezes em nossas conversas de corredor no TRT que não pudemos ignorar o chamado. A viagem do centro de São Paulo à unidade consumiu pouco mais de uma hora da nossa tarde chuvosa de segunda-feira. A região fica isolada do resto da cidade por uma porção de mata nativa cada vez mais escassa e acanhada, mas as ruas movimentadas da parte mais urbana não se diferenciam em nada de outros pontos da periferia de São Paulo. Sem o auxílio incansável do GPS, não teríamos história alguma para contar.

Só tiramos os olhos da tela do celular quando avistamos o galpão laranja sob uma enorme bandeira do Brasil. Chegamos buscando uma explicação para o volume imenso de ações trabalhistas originadas naquela loja específica, mas encontramos um projeto em andamento do que deve ser o futuro do varejo alimentar no Brasil.

Tudo por ali é pensado para ter o menor custo possível. Nos super e hipermercados tradicionais, existe uma separação clara e necessária entre a área de vendas e a área de estoque ou armazenagem. Numa loja de atacarejo, essa distinção não existe. O galpão no qual os clientes circulam também abriga boa parte do estoque da loja. Os carrinhos dividem os corredores de cimento queimado com empilhadeiras e pallets. Aliás, o que não falta em uma loja de atacarejo são pallets. Eles estão no chão, empilhados no topo das prateleiras, no estacionamento, servem de gôndola para caixas de leite e engradados de cerveja; não surpreenderia se a própria estrutura do galpão fosse feita de pallets.

Já na entrada da loja, pelo menos três pessoas tentam convencer os clientes a criar um cartão de crédito do Atacadão. O atacarejo não tem tanto medo de mostrar a que veio quanto as lojas tradicionais. No fundo, vender objetos não é o *main business* das redes. Fazer dinheiro é, de fato, o *main business*. Oferecer crédito para quem já estourou o cheque especial é muito mais negócio do que vender refrigerante e produtos de limpeza. A rentabilidade oriunda de operações financeiras é mais simples do que a obtida nas gôndolas – e os computadores não reclamam de trabalhar sete dias por semana, em turnos de 24 horas.

Em 2019, o banco Carrefour apresentava uma receita de R\$ 2,9 bilhões, um crescimento de quase 20% em meio a uma economia estagnada. O cartão do Atacadão vinha com tudo, representando 28% do faturamento total do braço financeiro da corporação. No concorrente, o Assaí havia emitido 430 mil novos cartões em 2019, passando de 1 milhão em circulação.

Tem mais um degrau aqui. Num supermercado tradicional, a “pressão” sobre o cliente para fazer um cartão de crédito poderia ser um mo-

tivo de dissidência, uma razão para que o comprador buscasse outra loja. No atacarejo, não é. Quando o cliente entra, assina um contrato imaginário no qual abre mão de todo tipo de conforto. *Se você não quer pessoas te incomodando, procure um Pão de Açúcar, combinado?*

O Atacadão de Taipas realmente não poderia se parecer menos com um Pão de Açúcar. Não há música, não há ar-condicionado, não há espaço entre as gôndolas e o teto. Cada corredor tem um cheiro diferente, quase sempre desagradável, e os clientes parecem ter se acostumado a conviver com embalagens violadas, frascos quebrados e produtos espalhados pelo chão. Enquanto andávamos pela loja, uma garrafa de energético se esvaziava, jogada sobre outros produtos, em um pallet no corredor de bebidas; 5 quilos de alho escorriam por um pote enorme virado perto da seção de pães; um senhor se equilibrava sobre a fina camada de pó branco acumulada em frente à prateleira das farinhas de trigo. Quando não esperávamos mais nada, a cereja do bolo: um filhote de barata passeava calmamente em uma embalagem de fórmula infantil, namorando o metal em busca de uma fresta.

Essa é a cara do modelo de loja que ganhou o coração dos executivos das grandes redes de supermercados: feia, suja, desorganizada e assustadoramente lucrativa. Dos R\$ 62 bilhões que o Carrefour faturou em 2019 no Brasil, R\$ 42 bilhões vieram das lojas de atacarejo. No começo de 2020, o grupo anunciou a compra de trinta lojas da rede holandesa Makro, a serem transformadas na bandeira Atacadão. Quem se importa com o cheiro de alho perto do corredor dos pães?

Os carrinhos tamanho restaurante se convertem em carrinhos tamanho família. Em tamanho crise. De uma realidade que está expressa nas páginas do jornal *Valor Econômico*, diário que estampa o reflexo do en-

colhimento brutal de renda: “Pela 1ª vez, há mais consumidores no ‘atacarejo’ que em supermercados”, anunciou uma reportagem publicada em novembro de 2016, ecoando uma pesquisa da consultoria Nielsen. Foi um desses momentos de virada que soam perpétuos.

Há cada vez mais segmentos sociais ali dentro. Um jovem casal escolhe uma caixa com 36 hambúrgueres. Um senhor analisa os preços de pacotes com dezenas de salsichas. Mães com crianças levam iogurtes, biscoitos, salgadinhos, leite em pó, achocolatados. Os carrinhos tamanho crise logo se veem preenchidos – suficientes na medida – por refrigerantes comprados em fardos (a partir de seis unidades, geralmente é mais barato), peças gigantes de mortadela e de muçarela, potes e potes e potes de margarina. Um Tang genérico anuncia no pacote de 300 gramas ser reduzido em açúcares, mesmo que continue a ser, basicamente, açúcar; o importante é a capacidade de render 13 litros.

O carrinho de uma senhora ostenta, sobre uma montanha de ultraprocessados, um resistente maço de salinha. Um corpo estranho. É isso que os vegetais se tornaram por aqui: um luxo. Um apetrecho quase desnecessário em meio ao êxtase colorido de embalagens plásticas que anunciam a tragédia social, ambiental e sanitária que vai se aprofundando. 

***João Peres** é jornalista formado pela ECA-USP, repórter e editor de O Joio e O Trigo. Tem passagens e contribuições para UOL, The Intercept Brasil, BandNews FM e Rede Brasil Atual, entre outros. É autor do livro-reportagem *Corumbiara: caso enterrado* (Elefante, 2015) e *Roucos e sufocados: a indústria do cigarro está viva e matando* (Elefante, 2017); **Victor Matioli** é jornalista formado pela ECA-USP e repórter de O Joio e O Trigo. Já colaborou com UOL, The Intercept Brasil e Carta Capital, entre outros.

GUILHOTINA

O podcast do Le Monde Diplomatique Brasil

Ouçá mais sobre o agronegócio

#94 - Como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade, João Peres e Victor Matioli

#114 - Formação política do agronegócio, Caio Pompeia



Novos episódios toda semana
diplomatique.org.br/especial/guilhotina

CONTRADIÇÕES E ALTERNATIVAS AO REGIME ALIMENTAR DOMINANTE

Agro, um mau negócio

Após cinco décadas de imposição global de um projeto que se apresenta como o único viável, boas notícias: alternativas para a produção de alimentos saudáveis, acessíveis e sustentáveis continuam em curso, prefigurando futuros promissores. Estarão as lideranças e organizações – inclusive as da esquerda institucional – atentas a essa força social transformadora?

POR HELENA R. LOPES, JORGE O. ROMANO, PAULO F. PETERSEN E THAIS P. BITTENCOURT*

Uma homenagem à memória de Francisco Caporal, lutador do povo.

Em seu livro *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*,¹ Isabelle Stengers discute a convivência de duas histórias contraditórias que moldam dialeticamente os rumos da existência humana no planeta desde a década de 1990. A primeira refere-se ao incessante processo de acumulação de capital orientado por supostas “leis do mercado”. Ainda que o “moinho satânico dos mercados” (na feliz metáfora de Karl Polanyi) não cesse de também acumular vítimas humanas e não humanas, da presente e das futuras gerações, os arautos desse processo asseveram que “não há alternativas”. Perseguir o progresso pela via do crescimento econômico, dizem, seria o único caminho disponível. De outro lado, figura a história construída por aqueles e aquelas que lutam, que não se submetem às evidências da primeira história, produtora de exploração, de guerras e de desigualdades sociais que crescem incessantemente e conformam a barbárie.

Nos termos de Stengers, dois conjuntos estatísticos recentemente divulgados ligados à economia do agronegócio expressam com nitidez os resultados associados à “primeira história”. Embora possam parecer contraditórios entre si, eles coexistem como faces de uma mesma moeda: de um lado, a pujança produtiva da agricultura brasileira; de outro, a acentuação da fome e de outras expressões de insegurança alimentar na população brasileira. Mas a segunda história também se faz presente. Ela é aqui identificada como a construção de um movimento emergente produtor de alternativas ao agronegócio: a agroecologia.

FOME E SUPERPRODUÇÃO AGRÍCOLA: OS DOIS LADOS DE UMA MESMA MOEDA

Dados recém-divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania

e Segurança Alimentar (Rede Penssan) mostram que, no fim de 2020 – portanto, ainda sob vigência do auxílio emergencial –, mais da metade da população brasileira não tinha acesso pleno e permanente a alimentos. Desse universo, 19,1 milhões de pessoas, o que equivale à população da Grande São Paulo, estavam em situação de insegurança alimentar grave: passavam fome. A pesquisa confirma ainda que essa tragédia é seletiva – tem lugar, gênero, cor e escolaridade: Norte e Nordeste, áreas rurais, domicílios chefiados por mulheres habitados por pessoas pretas e pardas e com a pessoa de referência sem escolaridade ou apenas ensino fundamental incompleto.²

O outro lado da moeda se relaciona às previsões de aumento da safra 2020/2021, ao crescimento das exportações agrícolas e ao aumento dos preços dos alimentos em 2020. Lê-se no site da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que a safra de grãos de 2020/2021 cresceu 4,6%, al-

cançando 269,9 milhões de toneladas de alimentos.³ Essa informação oficial, no mínimo, precisa ser matizada. A maior parcela da produção, cerca de 135 milhões de toneladas, refere-se à soja, um grão que se tornou a menina dos olhos entre as commodities do agronegócio. Salvo no caso do óleo, a leguminosa não integra a base da alimentação nas mesas brasileiras. Sua ingestão como alimento humano remete às prateleiras dos supermercados onde são dispostos os ultraprocessados, produtos de baixa qualidade nutricional, responsáveis pelo acentuado crescimento de doenças crônicas na população brasileira.

O Ministério da Economia divulgou que as exportações agrícolas aumentaram 6% em 2020, somando US\$ 45,3 bilhões.⁴ Cabe lembrar que os produtos agropecuários exportados possuem baixo valor agregado, o que implica uma contribuição limitada para a economia, particularmente para a geração de empregos. As exportações de soja – 82,97 mi-

lhões de toneladas – representaram 81,1% do valor exportado pelo agronegócio. As carnes ocuparam a segunda posição, com aumento recorde nos casos da carne bovina *in natura*, tanto em valor (US\$ 7,45 bilhões) como em quantidade (1,72 milhão de toneladas). As vendas de frango somaram US\$ 5,99 bilhões, e as de carne suína também alcançaram recordes históricos em valor (US\$ 2,12 bilhões) e em quantidade (901,1 mil toneladas).⁵

Finalmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do acompanhamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mostra um aumento muito superior da inflação dos alimentos básicos em relação à média geral, com destaques para o arroz (76%) e o óleo de soja (103%) (Brasil Econômico, 16 dez. 2020).

Embora a Conab afirme que há alimentos suficientes, a realidade empírica demonstra o contrário. O “agro” concebe a agricultura como um mero negócio. A maximização de lucros preside a lógica do regime agroalimentar dominante, um sistema de poder controlado por corporações transnacionais. Nas atuais circunstâncias, com o aumento da demanda internacional e a alta no preço do dólar, a produção sai da mesa do brasileiro e é destinada à exportação. O aumento da insegurança alimentar e da fome resulta – e isso não é um paradoxo – do sucesso do “agro”.

Trata-se de um exemplo lapidar do necroneoliberalismo,⁶ que radicaliza as desigualdades e a violência, tratando contingentes cada vez maiores da população como “descartáveis”, cuja condição humana de sobrevivência não é responsabilidade do Estado nem da sociedade e, menos ainda, do mercado. A fome de muitos num ambiente de abundância para poucos é o futuro distópico fazendo-se presente no contexto da pandemia.

A promoção da segurança alimentar e nutricional é um dever do Estado baseado no princípio do direito humano à alimentação saudável e adequada. Isso implica dizer que o acesso ao alimento não pode ser regulado como uma mercadoria como outra qualquer, inacessível a quem não pode pagar. Implica também a necessidade de transformação do regime alimentar dominante, debate que tem mobilizado a comunidade internacional, particularmente após a convocação de uma Cúpula Mundial de Sistemas Alimentares pelo secretário-geral da ONU, evento programado para setembro próximo, em Nova York. Em que pesem os esforços da sociedade civil de promover mudanças estruturais nos sistemas ali-



Alimentos produzidos pelo MST que foram doados durante a pandemia

© MST/PE

mentares por meio de enfoques alternativos como a agroecologia, o documento que pautará a Cúpula – as Diretrizes Voluntárias de Sistemas Alimentares e Nutrição – reitera caminhos de transformação que interessam às corporações transnacionais e a países-chave, como Estados Unidos e Rússia (apoiados pelo Brasil). Sem uma reversão dos rumos que se anunciam, provavelmente suas resoluções da Cúpula refletirão o documento preparatório, que, em síntese, defende “mudanças para que tudo permaneça como está”.

A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO DISCURSO DO AGRONEGÓCIO: “O AGRO É TUDO”...

Entendido como uma coalizão hegemônica, o agronegócio é a expressão do capitalismo financeiro na agricultura, com implicações especulativas e rentistas nos mercados globais.⁷ No Brasil, ele só pode ser compreendido com base no papel das elites agrárias na formação social do país.

Como setor político e econômico dominante, o agronegócio procura impor sua concepção sobre a agricultura e a alimentação, uma visão do mundo rural e das relações entre campo e cidade, a sustentabilidade ambiental presente e futura, disputando por meio do discurso uma narrativa de país.⁸

Em termos de estratégia discursiva, há a tentativa de construir o senso comum da opinião pública centrado na positividade do agronegócio. Assim, opera a passagem do latifúndio ao produtor sustentável; das *commodities* aos alimentos. A apropriação de bandeiras e demandas – enquanto significantes flutuantes – de projetos e discursos antagônicos como o agroecológico também faz parte do estratagema discursivo: a sustentabilidade passa a ser ressignificada na agricultura de baixo carbono, e na

agricultura familiar se enfatiza o “agronegocinho”.

Em sua construção hegemônica, o agronegócio atua para transformar o discurso das elites agrárias em discurso público, de interesse cada vez mais geral. Nessas narrativas, chama a atenção o uso recorrente e afetivo do termo “agro”, que, à primeira vista, funciona como uma abreviação do termo “agronegócio”. O sentido de usar esse termo como corruptela de agronegócio revela uma dupla estratégia: por um lado, abarcar o máximo possível de sentidos, incluindo as diversas agriculturas e mundos rurais dentro dele; por outro, oculta sua dimensão central, o sufixo “negócio”, que escancara seu sentido de existência, isto é, o alimento como fonte de lucro, e não como direito.

O agronegócio tem um objetivo maior, tal como anunciado em 2014, no Fórum Mundial do Agronegócio: a chamada “agrossociedade”, a nova fronteira do agronegócio, onde os muros que separam o campo da cidade não mais existirão em um contexto de “capitalismo consciente”. A construção de uma “agrossociedade” seria um imperativo para o agronegócio, operando “do gene ao meme”.⁹ Para atingir esse objetivo, faz-se necessária a construção de uma narrativa hegemônica com a contribuição de intelectuais orgânicos, redes sociais e mídias tradicionais.

Nas redes sociais, são criados perfis, páginas oficiais e canais de vídeos das principais entidades e atores do “agro” e cresce a abrangência dos chamados *agroinfluencers*. Ao mesmo tempo, o apoio da mídia tradicional – cujas campanhas sistemáticas na televisão “O agro é pop, é tech, é tudo e tá na Globo” e “Agro forte, Brasil forte” são exemplares – atua no sentido de construir e reforçar seu discurso e poder simbólico no imaginário social.

Esses filmes e anúncios também expressam a tentativa de reconfigu-

rar a identidade dos brasileiros com base em relações com o “agro”. Quando uma atriz famosa pergunta “Você sabia que no Brasil todo mundo tem uma fazenda?” e responde “A minha fica bem aqui, na cidade, bem no meio da minha cozinha. É só abrir a geladeira. Lá eu tenho o meu pomar, o meu gado de corte, a minha soja... E eu amo essa fazenda chamada Brasil. Sou agro. Agrobrazileira”, a tentativa é nítida e eficiente.

Outra faceta dessa estratégia discursiva é a desconstrução de narrativas contrárias, o que os intelectuais orgânicos do agronegócio denominam “agromitos”. Isto é, a tentativa de desqualificar qualquer crítica e questionamento direcionado ao setor. O alerta quanto aos reais riscos e danos do uso de transgênicos e agrotóxicos, por exemplo, seria uma “agrofobia”, fomentada por artistas e celebridades defensoras de um “esquerdismo verde”. A fome também seria um “agromito”, algo residual diante do discurso orgulhoso de um agronegócio nacional que se pretende “celeiro do mundo”, para o qual o investimento e a tecnologia do “agro” supostamente garantiriam por si sós a sustentabilidade e as despensas cheias.

No contexto da pandemia, as práticas discursivas do agronegócio procuraram reforçar seu papel “imprescindível”, acionando a estratégia de “pânicos morais”, ao reafirmarem insistentemente que, se não fosse o “agro”, certamente faltariam alimentos à população (fato que, como vimos, veio a acontecer como resultado direto das práticas especulativas do agronegócio).

Outros “agromitos” estariam presentes em propostas debatidas em tempos recentes na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), como a substituição dos alimentos industrializados pela “comida saudável adquirida diretamente de pequenos agricultores fa-

miliares”. Isso seria, no olhar de intelectuais orgânicos do agronegócio, o “agromito” da “saída agroecológica”, uma ideia “bucólica” apoiada por “organizações esquerdistas retrógradas” que procura resolver o problema nutricional do mundo desprezando as regras dos mercados globalizados, em particular no que toca à necessidade absoluta de “escala de produção”.

AGROECOLOGIA NÃO É MITO: É FATO PRESENTE CONSTRUINDO O FUTURO

A agroecologia se constitui pela combinação sinérgica entre ciência crítica, prática social e movimento político. Trata-se de um enfoque orientador de transformações nos sistemas alimentares. Tensionando o dogma neoliberal, a agroecologia se orienta por valores sociais e racionalidades econômico-ecológicas que combinam a produção de alimentos saudáveis, a geração de riquezas com distribuição de renda e a contínua regeneração dos processos ecossistêmicos.

Os arranjos sociotécnicos da agroecologia variam segundo as peculiaridades dos territórios nos quais são desenvolvidos. Contrastam, assim, com os sistemas técnicos do agronegócio, desenvolvidos para ser universalizados no intuito de tornar a agricultura um elo subordinado da indústria. Dessa forma, a coprodução natureza-agricultura promovida pelo enfoque agroecológico se materializa em territorialidades socialmente construídas pelos saberes e fazeres locais. Trata-se de uma inteligência coletiva organizada em redes territoriais, que têm garantido em diferentes contextos ao redor do planeta a segurança alimentar e nutricional por meio da produção e consumo de alimentos diversificados e a geração de renda às famílias agricultoras no campo e na cidade.

Policultivos associados a criatórios são elementos centrais da produção de base agroecológica. Ao con-

LE MONDE

diplomatique

BRASIL

Debates
na TV

toda
Terça-feira 21h30

Apresentação **Silvio Caccia Bava**



Assista a todos os debates em:
youtube/diplobrasil

TVT
canal 44.1
Grande São Paulo

trário das monoculturas e dos criatórios industrializados, viabilizados por economias de escala, os sistemas diversificados da agroecologia fundamentam-se em economias de escopo (ou de sinergia). Estas últimas caracterizam-se pela produção e distribuição de um número diversificado de produtos e serviços a partir de uma mesma unidade de gestão operacional. Essa é a razão pela qual a agroecologia se coaduna melhor com a lógica de organização econômica da agricultura familiar. A eficiência econômica dessas unidades é decisivamente definida pela interdependência ecológica entre suas atividades produtivas. Já as economias de escala, próprias do agronegócio, procuram se viabilizar por intermédio da redução dos custos unitários, seja pela especialização produtiva, seja pelo sucessivo aumento da dimensão operacional de sua produção.

Para viabilizar suas economias de escala, o agronegócio molda sistemas produtivos estruturalmente dependentes dos mercados de insumos, a maior parte deles derivada de recursos naturais finitos, como petróleo e fósforo. Já os sistemas estruturados segundo os fundamentos agroecológicos se reproduzem econômica e ecologicamente por meio do manejo intensivo da biodiversidade e de sua biomassa, dispensando o uso sistemático de insumos comerciais.

A diversidade produtiva na agroecologia implica também a valorização do trabalho das mulheres. Conhecedoras de vasta gama de espécies e variedades, elas transformam seus quintais e demais áreas de produção em verdadeiros centros de biodiversidade, responsáveis pela produção para a venda e para o autoconsumo, assegurando alimentação saudável e diversificada para as famílias rurais, paradoxalmente as que hoje figuram como as mais vulneráveis às situações de insegurança alimentar.

Não obstante as inegáveis vantagens sociais e ecológicas das economias de diversidade demonstradas nas experiências locais de agroecologia, a pergunta recorrente colocada pelos céticos ou pelos abertamente hostis é: *podará a agroecologia alimentar a crescente e cada vez mais urbanizada população mundial?* Em que pese todo apoio institucional e ideológico que atrai para si, o agronegócio já não é capaz hoje de oferecer resposta adequada a essa questão. E para isso suas condições tenderão a se deteriorar no futuro, quando não disporemos de três elementos indispensáveis para sua reprodução: petróleo barato, clima estável e água abundante.

Considerando essa impossibilidade de biofísica de manutenção do agro-

negócio a longo prazo, a pergunta colocada à agroecologia deveria ser reformulada para: *que condições político-institucionais seriam necessárias para que as bem-sucedidas experiências locais de agroecologia ganhassem escala?* Essa mesma questão suscitou a organização de um Simpósio Internacional de Agroecologia pela FAO, em 2018, em Roma. Do ponto de vista econômico, trata-se de responder quais são as condições para dar escala a economias de escopo, regenerativas e redistributivas, superando as lógicas degenerativas e concentradoras de renda prevalentes na economia do agronegócio.

Nos sistemas regenerativos da agroecologia, as sementes locais exercem papel determinante. O maior desafio da conservação dessas sementes reside na erosão genética provocada pelo avanço do agronegócio. Estima-se que cerca de 75% da diversidade agrícola desapareceu no último século.¹⁰ A substituição compulsória das variedades crioulas, seja por meio de contaminações cruzadas ou de políticas públicas de distribuição de sementes híbridas e transgênicas, se completa pela adoção obrigatória do “pacote” contendo também agrotóxicos e fertilizantes químicos.

A pandemia de Covid-19 explicita a impossibilidade de convivência harmônica entre um modelo baseado na valorização dos potenciais socioecológicos dos territórios, a agroecologia, e outro que depende da exploração predatória desses recursos para se reproduzir, o agronegócio. Segundo Rob Wallace, em seu livro *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*, o estreitamento da base genética de animais e plantas e a destruição das relações ecológicas, por meio de desmatamentos, monocultivos e uso de químicos dirigidos pelo agronegócio (sejam eles agrotóxicos, hormônios ou antibióticos), têm engendrado condições perfeitas para o desenvolvimento de patógenos e doenças.¹¹ A Covid-19 não é a primeira e pode não ser a última.

Políticas públicas que favoreçam a constituição e consolidação de sistemas alimentares territorializados serão essenciais para alterar os padrões de governança atualmente dominantes. A agroecologia cobra a atuação do Estado e, por meio de arranjos produtivos e organizativos locais, desafia a ordem hegemônica e constitui mercados territorializados. São circuitos curtos, que valorizam a alimentação local e diminuem a dependência de combustíveis fósseis, contribuindo também para preços acessíveis.

Entre as inteligências coletivas mobilizadas para a geração de renda e mercados justos, encontramos a governança associada à organização

das feiras agroecológicas e os arranjos coletivos necessários para a comercialização da produção nos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Essas políticas dão vida aos sistemas localizados ao garantirem a compra da produção e a distribuição dos alimentos às populações, sobretudo àquelas em situação de vulnerabilidade, contribuindo ativamente com a segurança alimentar e nutricional.

Vale destacar ainda as variadas estratégias econômicas cooperativas e autogestionárias, que podem ser impulsionadas com o apoio decisivo do Estado, de organização coletiva para certificação e beneficiamento, ambas com intuito de agregar valor à produção. Assim, a promoção de renda na agroecologia se dá em aliança com a construção de mercados justos, pautados pela compreensão comum de que o alimento não é uma mercadoria, mas um direito. Embora esse direito básico não venha sendo assegurado pelo Estado, ele segue na pauta prioritária da luta política travada cotidianamente em defesa do Estado democrático e de direitos.

✓ SUPERAREMOS A BARBÁRIE DO PROJETO ÚNICO?

Na esteira do projeto único imposto pelo pensamento neoliberal, o autodenominado “agro” esforça-se para se reafirmar diante de suas crescentes contradições. Verdadeiros malabarismos retóricos tentam ocultar as múltiplas incongruências entre o agro que se diz pop e a realidade agrícola e alimentar de um país com mais da metade de sua população em situação de insegurança alimentar e nutricional; entre o agro que se apresenta *sustentável* enquanto ecossistemas são devastados em ritmos sem precedentes, para dar lugar às suas monoculturas e criatórios extensivos; entre o agro que se pretende *tech*, mas que lança mão de verdadeiro arsenal (agro)tóxico para contrabalançar os efeitos dos desequilíbrios ecológicos por ele mesmo gerados.

É esse mesmo “agro” que se arroga a ser *tudo* que atua para deslegitimar ou descaracterizar iniciativas de produção e abastecimento alimentar não alinhadas à sua lógica técnico-econômica totalitária. Superar essa versão fantasiosa e triunfalista sobre os sistemas alimentares é condição para a remoção de estruturas de poder ditas modernas que insistem em reproduzir no século XXI um modelo econômico ancorado na especialização primária que remonta ao período colonial. Valendo-se da superexploração da natureza e do trabalho humano, o agronegócio irradia efeitos

degenerativos sobre o conjunto da sociedade, ao ponto de assistirmos à coexistência de seguidos recordes de produção agrícola com a acentuação da fome e da miséria.

Mas as alternativas existem. Elas mostram sua força nas diversificadas experiências sociais que se proliferam pelo país. Identificadas com o campo da agroecologia, inspiram caminhos para que os ciclos regressivos gerados pelo agronegócio sejam superados e deem lugar a círculos virtuosos, alimentados por economias ecologicamente regenerativas e socialmente justas e democráticas. Com decisão política, reformas, regulações, reorientação de investimentos e políticas públicas articuladas para a valorização e expansão do paradigma agroecológico, essas experiências têm tudo para, no decorrer de uma geração, se converter em um verdadeiro continente de territórios diversos de produção e consumo de comida de verdade.

Para que isso aconteça, será a alternativa agroecológica efetivamente compreendida, assimilada e promovida pelas lideranças e organizações políticas? Ou a força ideológica do agro permanecerá se impondo, mesmo em meio ao campo progressista institucionalizado, no intento de desqualificar a agroecologia como um “agromito” ou de reduzi-la a um simples nicho de mercado? 

***Helena Rodrigues Lopes** e **Thais P. Bittencourt** são doutorandas pelo CPDA-UFRRJ; **Jorge O. Romano** é doutor e professor do CPDA-UFRRJ; **Paulo F. Petersen** é doutor colaborador da AS-PTA e membro do Núcleo Executivo da ANA.

1 Isabelle Stengers, *No tempo das catástrofes: resistir à barbárie que se aproxima*, Cosac Naify, São Paulo, 2015.

2 Ver: www.olheparaafome.com.br.

3 “Produção de grãos da safra 2020/21 segue como maior da história: 268,9 milhões de toneladas”, Conab, 10 nov. 2020.

4 “Apesar da pandemia, Brasil vive boom em exportações agrícolas”, UOL, 8 jan. 2021.

5 “Exportações do agro ultrapassam barreira dos US\$ 100 bilhões pela segunda vez. Em relação a 2019, houve crescimento de 4,1% nas vendas externas do setor”, Governo do Brasil, 12 jan. 2021.

6 Achille Mbembe, “O direito universal à respiração”, IHU Online, 17 abr. 2020.

7 Guilherme Delgado, *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*, UFRGS, Porto Alegre, 2012.

8 A análise do discurso presente neste artigo se dá com base na teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

9 José Luiz Tejon, fundador da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (AB-MRA) e influenciador do agronegócio.

10 Bruno de Pierro, “Visões múltiplas”, *Pesquisa Fapesp*, ago. 2013.

11 Sobre o livro de Rob Wallace, *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência* (Elefante, 2020), cf. entrevista com o tradutor da obra no podcast Guilhotina, “#80 – Allan Rodrigo de Campos Silva”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, 21 ago. 2020. Disponível em: <http://bit.ly/Allan-Campos>.

EXPORTAÇÕES OCIDENTAIS ARRUINAM OS ESFORÇOS DE AMBIENTALISTAS LOCAIS

A invasão do lixo no Sudeste Asiático

A solução depende dos consumidores e das comunidades locais! Essa é a filosofia das empresas que produzem plástico em abundância, sem se preocupar com o que acontece com ele. Quando a China decidiu recusar os dejetos enviados pelos países ocidentais, seus vizinhos foram inundados, em detrimento da saúde da população. E se tratássemos o problema na fonte?

POR AUDE VIDAL*

Nas primeiras horas do dia, pilhas de folhas mortas e embalagens plásticas queimam em frente às casas de Kalianyar, o vilarejo de Java Oriental onde mora Slamet Riyadi. O rapaz trabalha no setor do turismo, após aprender inglês por conta própria. Ele sabe que a queima não elimina tudo. “Como não veem mais nada, os moradores acreditam que não há mais nada. Mas o plástico fica!” Ele quer montar uma associação para separar o lixo, vender o que pode ser reciclado, fazer compostagem com a matéria orgânica e, quanto ao resto, ele vai ver...

Slamet é o único ali que está preocupado com a fumaça cheia de dioxina. O plástico não é coletado nas áreas rurais da Indonésia. Mas a vida cotidiana está cheia dele. No mercado da cidade vizinha, Tamanan, duas barracas vendem embalagens descartáveis, sacos e caixas de isopor, muito utilizadas por outros comerciantes. As embalagens individuais abundam: não apenas são práticas, mas, principalmente, permitem que as famílias pobres façam suas compras dia a dia. Quando o lixo não é queimado, ele se acumula nas margens das estradas e nos cursos de água.

Maior rio de Java Oriental, o Brantas carrega resíduos de todo tipo. A Ecoton, uma associação local liderada por um grupo de biólogos, fez dele seu campo de investigação e luta. Estamos em Gresik, não muito longe de Surabaya, capital da ilha e segunda maior cidade do país. Conduzida por Prigi Arisandi, ganhador do Prêmio Goldman 2011, dedicado ao meio ambiente,¹ a equipe de biólogos da Ecoton monitora a qualidade da água e a saúde dos peixes, que sofrem mutações genéticas preocupantes que impactam sua reprodução. A associação alerta o público para vários tipos de poluição e procura soluções junto ao poder público e a empresários, nessa área que, embora rural, é industrializada.

OPERAÇÃO ESPADA NACIONAL

Em 2016, a entidade mobilizou a população a respeito dos problemas decorrentes da remessa de esgoto não tratado no rio, instando as empresas locais a modificar seus processos produtivos. Uma fábrica que recicla papel importado do mundo inteiro, por exemplo, aprimorou seus métodos, como constataram representantes da US Aid, organização norte-americana que apoia a Ecoton. Mas, dois anos depois, esses esforços foram reduzidos a pó por um afluxo de resíduos plásticos em toda a região, por causa da desorganização do tráfico mundial desses materiais.

Perto das instalações da associação, no vilarejo de Sumengko, um lixão a céu aberto atrai dezenas de catadores que reviram o lixo em busca de achados mais ou menos valiosos. Eles têm esperanças de encontrar cédulas de dinheiro, trocados de países ricos, que acabam representando valores significativos diante das modestas remunerações locais. Após a triagem, tudo o que não pode ser vendido acaba como combustível em uma fábrica de tofu próxima.

Em Java Oriental, como em qualquer parte da Indonésia, Malásia, Tailândia, Filipinas e Vietnã, a mesma história se repete: empresários inescrupulosos fingem reciclar resíduos plásticos. Em muitos casos, eles são apenas separados e queimados a céu aberto ou descartados na natureza, quando não apenas estocados até a saturação do local, o que leva o tempo necessário até o empresário patife desaparecer. A queima sem precauções especiais ou a degradação do material no meio ambiente libera dioxinas, furanos, mercúrio e bifenilas policloradas (PCB). Essas substâncias tóxicas, em sua maioria muito voláteis ou lipossolúveis, podem contaminar o meio ambiente e se acumular no corpo humano, causando câncer e distúrbios do sistema hormonal e do sistema nervoso.

Na Malásia, moradores da costa oeste, alertados por maus odores e por problemas respiratórios e de pele, descobriram a existência de usinas de tratamento de resíduos. A associação Kuala Langat Environmental Protection Action Group, cofundada por Tan Ching Hin, ex-chefe de um vilarejo localizado a poucos quilômetros de Klang, o maior porto do país, no Estreito de Malaca, identificou cerca de 38 delas em 2018 – apenas uma funcionando legalmente! De acordo com o relatório da Global Alliance for Alternatives to Incineration (Gaia), uma ONG que trabalha com associações locais, mais de 900 mil toneladas de lixo plástico foram importadas pela Malásia em 2018, e mais de 400 mil por Tailândia e Vietnã.² Após essa publicação, veículos de comunicação da Europa e dos Estados Unidos correram para ver o lixo do Sudeste Asiático: “Os jornalistas estrangeiros ficam animadíssimos quando encontram lixo vindo de sua terra em nossos aterros”, conta Mageswari Sangaralingam, coeditora malaia da publicação e membro da ONG Sahabat Alam Malaysia (SAM), um pouco chocada com a abordagem da mídia. O destaque das revistas são os potes de iogurte de mirtilo canadenses e as embalagens de queijo francês abandonadas no meio dos coqueiros, em vez de reportagens sobre os prejuízos causados às populações.

O Sudeste Asiático está sendo invadido por lixo desde que a China encerrou suas atividades de reciclagem, em 2018. Até então, era para a China que o Ocidente mandava seus resíduos, aproveitando os contêineres que retornavam vazios para esse grande exportador de produtos manufaturados. Em um mercado mundial de cerca de US\$ 10 bilhões, a China acumulava no início da década de 2010 mais de três quartos dessas importações. Em 2016, o documentário *Plastic China*, do diretor Wang Jiu-Liang, chocou a opinião pública chi-

nesa e internacional com seu retrato da miséria em torno das atividades artesanais de reciclagem e incineração.³ As crescentes demandas da população chinesa em termos de saúde ambiental, bem como o forte aumento da própria produção de resíduos levaram as autoridades a agir. Em julho de 2017, elas avisaram a Organização Mundial do Comércio (OMC) que fechariam suas portas no dia 1º de janeiro de 2018. A operação, chamada Espada Nacional, tinha como objetivo “proteger a China, seu meio ambiente e a saúde de seus cidadãos”.⁴ Então, os empresários da reciclagem transferiram parte de suas atividades para os países do Sudeste Asiático, com destaque para a Malásia, que não tem soluções técnicas para processar de maneira satisfatória todos esses resíduos – nem a Indonésia ou a Tailândia, apesar de seu amplo uso de embalagens plásticas. Para agravar a situação, a legislação ambiental malaia é pouco restritiva e as populações mais pobres não têm condições de recusar o trabalho nos aterros que surgiram desde 2018. Impulsionadas por um setor industrial em crescimento na década de 2010, essas atividades já existiam, mas ganharam outra dimensão. “Alertamos o governo em meados de 2017, quando soubemos que a China iria interromper as importações. Nós previmos que os resíduos seriam desviados para o Sudeste Asiático”, declara Mageswari Sangaralingam.

CONTÊINERES DEVOLVIDOS AO REMETENTE

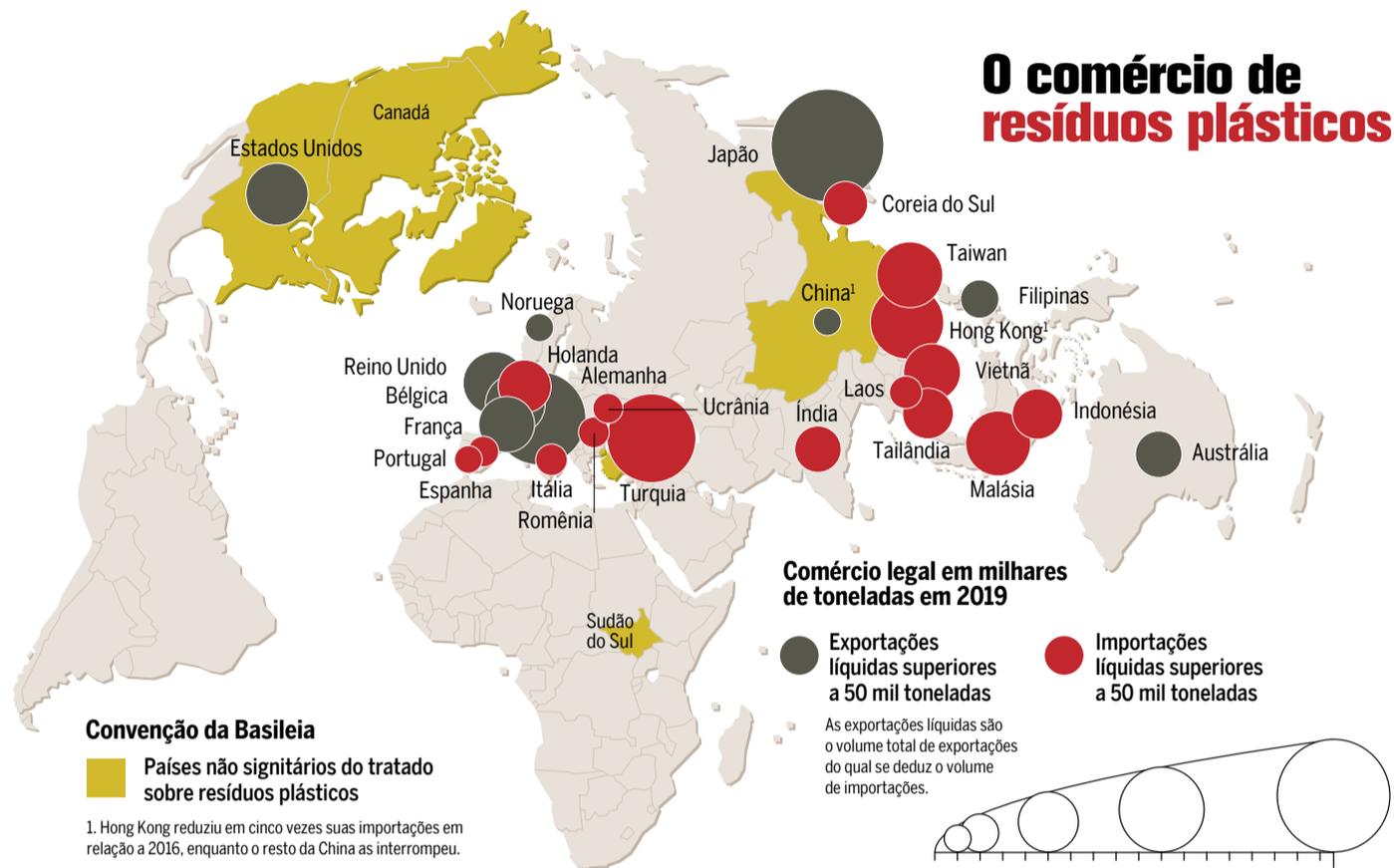
As autoridades tergiversaram. A Tailândia, por exemplo, impôs uma moratória às importações de resíduos plásticos em abril de 2018, mas a suspendeu no mês seguinte. A Malásia recusou autorizações de importação em maio de 2018, mas em junho reabriu as comportas, antes de anunciar uma moratória de três meses, depois de três anos. Na Indonésia, em novembro de 2018, Airlangga Hartarto, então ministro da Indústria, pediu a seu colega do Meio Ambiente que levantasse a proibição, em nome dos US\$ 40 milhões trazidos pela indústria de reciclagem para a balança comercial do país⁵ – sem resultado.

Na primavera de 2019, finalmente, as respostas do governo tornaram-se mais claras, afirmando uma espécie de patriotismo ecológico. A ministra do Meio Ambiente da Malásia, Yeo Bee Yin, afirmou ter fechado mais de 148 fábricas ou usinas de processamento ou armazenamento de resíduos plásticos. As descobertas de cargas não declaradas ou mal declaradas se multiplicam. Durante uma viagem ao porto de Klang, em 23 de abril de 2019, a ministra constatou a

declaração fraudulenta de um carregamento espanhol: resíduos classificados como recicláveis, mas que não o eram. No dia 28 de maio, ela prometeu devolver 3 mil toneladas de lixo a seus países de origem: Estados Unidos, Japão, França, Canadá, Austrália, Reino Unido e até Bangladesh. Depois de chamar os intermediários malaios de “traidores”, ela se dirigiu aos países exportadores: “Exigimos que os países desenvolvidos revisem sua gestão de resíduos plásticos e parem de enviá-los aos países em desenvolvimento. Se eles forem enviados para a Malásia, serão devolvidos sem culpa”.⁶ Três dias depois, em Butterworth – o segundo maior porto do país, localizado em sua porção nordeste –, 265 contêineres que continham uma mistura de material orgânico em decomposição e resíduos plásticos chamaram a atenção dos funcionários da alfândega. Em 15 de junho do mesmo ano, as autoridades contabilizaram 126 contêineres de lixo não declarado e 155 aguardando inspeção. E isso não parece ter mudado desde então.

A Indonésia, por sua vez, tomou medidas para devolver aos Estados Unidos, em 17 de junho de 2019, cinco contêineres de lixo que saíram de Seattle com a declaração de “papel para reciclagem”, mas continham também plástico e fraldas usadas. Por fim, o presidente filipino bateu na mesa: após um ultimato pedindo ao Canadá que retirasse seus resíduos até 15 de maio de 2019, ele chamou seus diplomatas, enviou 69 contêineres de volta ao porto de Vancouver e ameaçou, no caso de recusa das autoridades canadenses, afundá-los em águas territoriais canadenses.⁷ A carga foi desembarcada sem problemas.

Essas tensões explodiram durante a reunião da Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua Eliminação,⁸ realizada entre abril e maio de 2019 em Genebra. As ONGs do Sudeste Asiático, cuja proposta foi apoiada pela Noruega, queriam banir esse tráfico, incluindo resíduos plásticos no texto. Sua petição “Stop dumping plastic in paradise!” [Parem de jogar plástico no paraíso!] obteve quase 1 milhão de assinaturas. Entre os militantes presentes para defendê-la estavam Prigi Arisandi, da Ecoton, e Mageswari Sangaralingam. Apesar da oposição virulenta dos Estados Unidos, que ainda não ratificaram o tratado, a proposta foi adotada: um anexo à convenção inclui plásticos não recicláveis⁹ (ficando permitido o comércio dos recicláveis). Sua exportação está proibida sem o consentimento prévio dos países anfi-

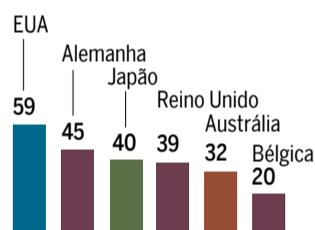


Convenção da Basileia
Países não signatários do tratado sobre resíduos plásticos

1. Hong Kong reduziu em cinco vezes suas importações em relação a 2016, enquanto o resto da China as interrompeu.

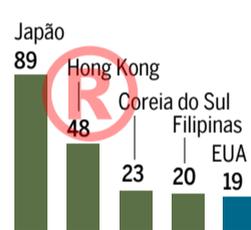
Maiores exportadores para...

Malásia



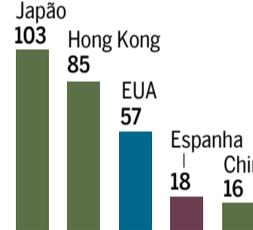
Exportações em milhares de toneladas, em 2019

Vietnã



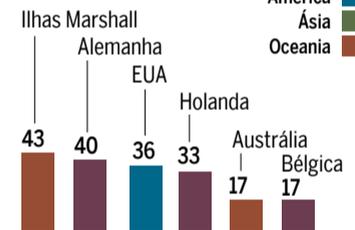
Exportações em milhares de toneladas, em 2019

Tailândia



Fontes: Nações Unidas, base de dados Comtrade; Convenção da Basileia.

Indonésia



Europa
América
Ásia
Oceania

triões, e essa disposição vale para todos, incluindo os Estados Unidos. Von Hernandez, da coalizão de ONGs Break Free from Plastic [Livrando-se do plástico], resume a vitória: “Os países que recebem resíduos plásticos misturados e não separados de origem estrangeira agora têm o direito de recusá-los, o que obriga os países de origem a garantir a exportação apenas de plásticos limpos e recicláveis”.¹⁰ Em teoria, os países que não estão em condições de tratar esses resíduos podem recusá-los.

Ainda é cedo para avaliar os efeitos da norma, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021. Mas, em 29 de janeiro, em um relatório publicado com a Zero Waste Europe e a Gaia, a organização SAM já alertava: “O tráfico de resíduos europeus impede a Malásia de alcançar sua meta de ‘lixo zero’”. As importações já estão proibidas no país desde outubro de 2018, em termos muito próximos aos da Convenção de Basileia, mas as autoridades não conseguem parar o tráfico. A SAM lembra que esse contrabando envolve uma multiplicidade de atores, alguns dos quais pertencentes ao crime organizado e especializados em forjar declarações sobre os materiais transportados ou

sobre seu destino. Segundo a associação, existem “falhas graves em todas as etapas do percurso”.¹¹

No início de 2020, a Malásia devolveu pelo menos 4 mil toneladas de lixo plástico ilegal para os vinte países de onde elas haviam saído, incluindo 43 contêineres para a França. Mas, nos primeiros sete meses de 2020, o país recebeu mais de 33 mil toneladas de resíduos provenientes apenas do Reino Unido, um aumento de mais de 81% em relação ao ano anterior.¹²

Cinco contêineres de lixo saíram de Seattle com a declaração de “papel para reciclagem”, mas continham também plástico e fraldas usadas

Com a elevação do uso de plásticos descartáveis causado pela pandemia de Covid-19, a crise dos resíduos pode aumentar ainda mais, apesar da legislação internacional. “Ainda não sabemos se esse lixo plástico sujo e não separado continua chegando à Malásia vindo da Europa”, disse Mageswari Sangaralingam em fevereiro. “Não te-

mos acesso aos dados das autoridades alfandegárias. Mas, sem o controle efetivo dos países exportadores e importadores, corremos o risco de vê-los ainda entrando em nosso país.”

OS LIMITES DA RECICLAGEM

Principal pedido da ONG malaia: mais transparência. A Comtrade, base de dados das Nações Unidas, documenta a circulação de resíduos plásticos por tipo, país de origem e país de destino. Mas poderia ser útil incluir dados sobre suas características (limpos ou não) e sobre o processamento previsto (ou não) nos locais de recebimento. Essa transparência permitiria às autoridades locais e aos organismos internacionais monitorar o tráfico ilegal de forma mais eficaz.

É verdade que o comércio de resíduos recicláveis continua permitido, mas tanto a Convenção de Basileia como a norma-quadro da União Europeia sobre resíduos preveem que eles sejam reciclados no país onde foram produzidos, “a menos que haja uma solução melhor em termos ambientais e sanitários” – o que não é o caso do Sudeste Asiático, cuja infraestrutura é, de modo geral, menos eficiente do que a dos países da Orga-

© Cécile Marin

UM SETOR EM FRANÇA PROSPERIDADE

Segundo a Citeo, empresa criada por distribuidores de produtos de consumo para promover a reciclagem na França, 70% do lixo doméstico é reciclado. O setor vai bem: 28 mil empregos para 9 bilhões de euros em faturamento em 2017. Em 2016, 94% do papel e papelão foram reciclados, além de 80% dos metais e 76% do vidro. Mas o quadro é menos esplendoroso quando examinamos o caso dos plásticos, dos quais apenas 26% estão sujeitos à “recuperação de materiais”, para usarmos a expressão consagrada.

Responsáveis pela gestão de resíduos, as autoridades intermunicipais francesas optam, desde 2012, pelos “coletores extensivos”, ou seja, por coletar junto tanto os resíduos recicláveis como aqueles que parecem ser, a fim de simplificar a vida dos cidadãos e tornar a coleta seletiva mais aceitável. Essa forma de coleta foi incentivada pela Citeo com o objetivo de aumentar as quantidades coletadas,¹ a despeito da proporção que é reciclada. Os plásticos que não são reprocessados são majoritariamente incinerados, como 14,4 milhões de toneladas de lixo a cada ano.

Em 2017, foram gerados 326 milhões de toneladas de resíduos, sendo 39 milhões de toneladas de produtos domésticos e similares, e o restante de resíduos relacionados à indústria e à construção. As exportações francesas de resíduos são cerca de três vezes maiores do que as importações, indo majoritariamente para países europeus (principalmente Bélgica, Espanha, Alemanha e Luxemburgo) e para a Turquia. Do total de resíduos, 16%, o equivalente a 2,3 milhões de toneladas, são encaminhados para “outros países”² (entre os mais pobres do mundo) apesar dos danos causados ao meio ambiente e à saúde de suas populações.

1 Giulietta Gamberini, “Recyclage: à Paris aussi, le tri du plastique devient plus simple” [Reciclagem: também em Paris, separar o plástico torna-se mais simples], *La Tribune*, 9 jan. 2019. Disponível em: www.latribune.fr.

2 “Déchets. Chiffres-clés” [Resíduos. Dados principais], Agência Francesa de Meio Ambiente e Gestão Energética, Angers, 2020.

nização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por isso, esta é a segunda recomendação do relatório: proibir todas as exportações de resíduos plásticos, mesmo recicláveis, desses países.

A SAM e seus parceiros europeus também pedem que a indústria dos países ocidentais invista em melhorar a concepção de suas embalagens em termos ecológicos, utilizando materiais mais fáceis de reciclar. Por fim, propõem reduzir os resíduos na origem, sobretudo abandonando as embalagens descartáveis. Se, antes dessa crise, o Sudeste Asiático não se distinguiu por uma gestão muito ecológica de seu próprio lixo, há exemplos de iniciativas realizadas em vários países, de Bandung (Indonésia) a San Fernando (Filipinas), para atingir o objetivo de “lixo zero”. A SAM, que tem sede em Penang, uma ilha altamente urbanizada no noroeste da Malásia, lembra que o governo local proibiu, em 2014, o uso de poliestirenos para embalagens de alimentos (ainda autorizado na Europa em 2021). Em 2015, a ilha já apresentava um índice de reciclagem próximo a 40% e, em 2018, colocou em prática um plano de coleta de sobras de alimentos em locais de alimentação co-

letiva. Esses esforços promissores são prejudicados quando os países mais ricos se livram de seus resíduos de maneira barata.

A reciclagem, que é percebida como uma solução mais ecológica do que o aterro ou a incineração, a ponto de a prática da coleta seletiva servir como critério de distinção social, teve sua aura manchada após a descoberta dos danos causados no Sudeste Asiático. Longe de ser uma solução, ela na verdade é limitada, complexa e cara.

É preciso separar os materiais com um cuidado que é difícil de exigir dos usuários, sejam eles residenciais ou corporativos

Limitada, porque sob o nome genérico de “plástico” existem diversos materiais, identificados de 1 a 7 na embalagem: 1 para o tereftalato de polietileno (PET), utilizado nas garrafas de água e refrigerante; 2 para polietileno de alta densidade (Pead), o das garrafas de leite, óleo e detergente; 5 para o polipropileno

(PP), usado de várias maneiras, como caixas de comida para viagem. Eles só podem ser reciclados uma vez. Os outros plásticos (3, 4, 6 e 7) não são recicláveis.

Complexa, porque é preciso separar os materiais com um cuidado que é difícil de exigir dos usuários, sejam eles residenciais ou corporativos. Tanto a negligência como a vontade mal informada de fazer o bem (colocando junto com os resíduos recicláveis aqueles que gostaríamos que fossem) resultam em resíduos pouco ou mal separados. As autoridades municipais também levam a uma coleta menos seletiva (*ler boxe*).

E cara porque a pré-triagem requer alta tecnologia, ou então muita mão de obra. Sua rentabilidade também pode ser prejudicada pelo preço baixo do petróleo, que torna mais barato fabricar plásticos virgens. Nesse caso, o legislador precisa impor ou apoiar financeiramente a integração dos materiais reciclados pelos fabricantes.

Na França, a Agência de Meio Ambiente e Gestão Energética (Ademe) reconhece que o reprocessamento de plástico “enfrenta freios tecnológicos e econômicos”.¹³ A pesquisa avança, mas às vezes é mais lenta do que a chegada de novos materiais ao mercado. Flore Berlingen, ex-diretora da Zero Waste France (antigo Centro Nacional de Informações Independentes sobre Resíduos) e autora de *Recyclage. Le Grand enfumage*,¹⁴ dá o exemplo da garrafa de leite feita de plástico brilhante branco. Utilizada por conveniência ou por ter uma aparência mais atraente para o consumidor, ela prejudicou o avanço técnico que tinha melhorado a separação das garrafas convencionais, mais opacas: o tipo de plástico não é o mesmo, mas as máquinas têm dificuldade para diferenciar.

Teoricamente, o princípio da “responsabilidade ampliada” do produtor “compromete os comerciantes de produtos embalados e papéis gráficos a financiar ou organizar a gestão do fim de vida das embalagens e papéis”, segundo a empresa de reciclagem Citeo. Mas a história da garrafa de leite brilhante mostra que esse princípio não serve para muita coisa.

Antigamente, as embalagens reutilizáveis eram responsabilidade dos fabricantes, que tinham de organizar a coleta. A “embalagem perdida” que a substituiu, depois que ela se tornou “descartável”, efetivamente exime os fabricantes de suas obrigações. Assim, eles a abandonaram ao cuidado das comunidades. Parece difícil voltar a responsabilizá-los, mesmo que o quadro legislativo e regulatório avance rapidamente.¹⁵

No final, é forçoso constatar: desde 1950, dos 6,3 bilhões de toneladas de resíduos plásticos produzidos em todo o mundo, apenas 9% foram reciclados e 12% incinerados. O restante se acumula em aterros ou no meio ambiente, acabando muitas vezes, de forma mais ou menos degradada, nos oceanos.¹⁶ A crise no Sudeste Asiático revelou com força a injustiça ambiental e começou a agitar a opinião pública, tanto nos países que recebem como naqueles que enviam resíduos. Talvez possamos finalmente lidar com esse outro problema mundial que é a poluição plástica. 

*Aude Vidal, antropóloga, é autora do ensaio *Égologie. Écologie, individualisme et course au bonheur* [Egologia. Ecologia, individualismo e a corrida pela felicidade], *Le Monde à l'Envers*, Grenoble, 2017.

- 1 Oferecido pela fundação criada por Richard Goldman, chefe de uma seguradora norte-americana, e por sua esposa, Rhoda, é o prêmio de maior prestígio para a ação ambiental.
- 2 “Discarded. Communities on the frontlines of the global plastic crisis” [Descartado. Comunidades na linha de frente da crise global do plástico], Gaia, Berkeley (Califórnia), abr. 2019.
- 3 Wang Jiu-Liang, *Plastic China* [China de plástico], CNEX Inc., 2016.
- 4 “Notification G/TBT/N/CHN/1211”, Organização Mundial do Comércio (OMC), Genebra, jul. 2017.
- 5 Gayatri Suroyo e Cindy Silviana, “In Indonesia, splits emerge over efforts to stem plastic tide” [Na Indonésia, surgem divisões sobre os esforços para conter a maré de plástico], Reuters, 21 dez. 2018.
- 6 “Plastic waste to be sent back” [Lixo plástico mandado de volta], *The Edge Financial Daily*, Petaling Jaya (Malásia), 29 maio 2019.
- 7 “Philippines ships 69 containers of dumped rubbish back to Canada” [Filipinas enviam 69 contêineres de lixo de volta para o Canadá], Al-Jazeera, 31 maio 2019. Disponível em: www.aljazeera.com.
- 8 Tratado internacional sob a égide das Nações Unidas, assinado em 1989 e em vigor desde maio de 1992. Dos 166 Estados-partes, apenas os Estados Unidos e o Haiti não o ratificaram.
- 9 São eles: o tereftalato de polietileno (PET), o polietileno (PE) e o polipropileno (PP).
- 10 Rob Picheta e Sarah Dean, “Over 180 countries – not including the US – agree to restrict global plastic waste trade” [Mais de 180 países – sem incluir os Estados Unidos – concordaram em restringir o comércio global de resíduos plásticos], CNN, 11 maio 2019. Disponível em: <https://edition.cnn.com>.
- 11 “European waste trade impacts on Malaysia’s zero waste future” [O comércio europeu de resíduos impacta o futuro de lixo zero da Malásia], Zero Waste Europe, Bruxelas, jan. 2021.
- 12 Nicola Smith, “Britain sends more plastic waste to Southeast Asia despite clashes with local government” [Grã-Bretanha envia mais lixo plástico para o Sudeste Asiático, apesar dos confrontos com o governo local], *The Telegraph*, Londres, 9 out. 2020.
- 13 “Déchets. Chiffres-clés” [Resíduos. Dados principais], Ademe, Angers, 2020.
- 14 Flore Berlingen, *Recyclage. Le Grand enfumage* [Reciclagem. A grande cortina de fumaça], Rue de l’Échiquier, Paris, 2020.
- 15 A Ademe cita nada menos que dezoito leis, decretos e planos de ação franceses ou europeus desde 2010.
- 16 Laura Parker, “A whopping 91% of plastic isn’t recycled” [Escandalosos 91% de plásticos não são reciclados], *National Geographic*, Washington, DC, 20 dez. 2018.

AS FIGURAS DA DIREITA ISRAELENSE

Pacifistas não entendem a ideologia de Netanyahu

Por muito tempo minoritário, o Likud se impôs pouco a pouco como a maior força política de Israel – uma ascensão que deve muito à personalidade de seus dirigentes. Quer se trate de Menahem Begin, primeiro a vencer a esquerda, de Yitzhak Shamir, antigo chefe de uma organização terrorista, ou de Benjamin Netanyahu, o atual primeiro ministro, todos trabalharam para intensificar a colonização dos territórios palestinos

POR CHARLES ENDERLIN*

A PRIMEIRA VITÓRIA DO LIKUD

Em 17 de maio de 1977, o Partido Trabalhista perdeu as eleições e, pela primeira vez desde a criação do Estado de Israel, o poder passou para a oposição de direita. O Likud entrou no jogo. Menahem Begin, o novo primeiro-ministro, era a favor da anexação dos territórios palestinos. Ele era um fiel apoiador do Gush Emunim [Bloco da fé], a organização sionista religiosa que tem por objetivo desenvolver a colonização na Cisjordânia. Na Kol Israel [A voz de Israel],¹ isso significava um novo vocabulário. Não se pode mais dizer “Cisjordânia”, e sim “Judeia-Samaria”; o termo “colônias” foi, a princípio, banido. Tanto quanto possível, não se devia falar de “implantações”, mas de “localidades” judias. Ainda era facultativo, e eu nem sempre utilizava o vocabulário “recomendado”, que, para mim, não conseguia mascarar a realidade da ocupação dos territórios palestinos.

Nessas condições, meus comentários e minhas reportagens nem sempre agradavam a diversos israelenses de origem francesa – principalmente o professor André Neher. Personalidade importante do judaísmo francês, imigrante recentemente instalado em Jerusalém, ele as considerava inadmissíveis. Eu descobriria, bem depois, as advertências que ele tinha proferido depois da Guerra dos Seis Dias de junho de 1967 aos “teóricos de uma esquerda pura [e a] muitos intelectuais judeus da diáspora que reivindicam o direito de crítica com relação a Israel, sem se darem conta do mecanismo mortalmente perigoso no qual eles aceitam entrar. [...] Ser contra Israel, por qualquer nuance que seja, é, neste ponto preciso, ser realmente e fatalmente contra Israel, é dar para a acusação de Israel uma contribuição cujas repercussões sobre o todo são perigosamente imprevisíveis. Essas ‘críticas’ são, portanto, nocivas, em lógica pura”.²

Já nessa época ele não gostava das reportagens que a imprensa israelense publicava sobre a repressão da resistência à ocupação e ao início da colonização nos territórios palestinos após a Guerra dos Seis Dias. Para aquilo que era então uma direita judia, a mídia deveria se autocensurar, não mostrar o que estava acontecendo. Desde então, Neher e seus amigos combateram qualquer crítica da colonização que Begin e Ariel Sharon quisessem desenvolver.

BEGIN E A PAZ COM O EGITO

Alguns meses depois, um evento importante veio transformar o Oriente Médio e chacoalhar a visão profundamente enraizada na consciência coletiva dos israelenses sobre um mundo árabe com o qual a paz é, no melhor dos casos, um sonho impossível. Em 9 de novembro de 1977, o presidente egípcio Anwar Sadat anunciou, ao longo de um discurso diante do Parlamento de seu país, que estava disposto a ir ao Knesset, em Jerusalém, “se isso permitisse que a morte de um soldado ou oficial egípcio fosse evitada”. Para os jornalistas da Kol Israel, isso parecia totalmente incongruente. O *rais* (“presidente”, em árabe) em Jerusalém? Begin respondeu na mesma noite que estava disposto a acolhê-lo. Essa aproximação entre dirigentes inimigos continuou por alguns dias. Na redação, analisávamos o fato, na melhor das hipóteses, como um grande exercício de relações públicas, e uma brincadeira nos levava às gargalhadas: “Sadat vai a Yad Vashem!”.³ Era inimaginável. Algumas semanas antes, o *rais* tinha declarado que estava disposto a sacrificar 1 milhão de soldados egípcios para recuperar sua terra, o Sinai. Na sexta-feira, 18 de novembro de 1977, no final da manhã, eu estava no Aeroporto Ben Gurion para cobrir a chegada da delegação preparatória vinda do Cairo. Pela pri-

meira vez na história, um avião oficial egípcio aterrissou em Israel. A visita iria mesmo acontecer. No dia seguinte, na tribuna do Knesset, Sadat declarou: “A paz só será real com a condição de ser fundada na justiça, e não na ocupação das terras alheias”. Ele insistiu na “necessidade de uma retirada total dos territórios árabes, incluindo Jerusalém do Leste”, e na criação de um “Estado palestino”.

Como o Egito já não apresentava o risco de incomodar os planos de Begin e de seu ministro Sharon, ele lançou a colonização na Cisjordânia

Em 17 de setembro de 1978, sob a liderança de Jimmy Carter, o presidente norte-americano, Begin e Sadat assinaram solenemente os Acordos de Camp David. O Egito ia recuperar todo o Sinai⁴ e concluir um tratado de paz com Israel. É preciso, entretanto, voltar aos textos do “Acordo-modelo para a paz no Oriente Médio”. Uma frase fez estremecer a direita israelense, que por muito tempo condenou Begin por isso: “Os palestinos participarão da determinação de seu próprio futuro”. Como? Primeiro, durante um período transitório de cinco anos no início do qual “os habitantes da margem ocidental do Jordão e de Gaza elegerão uma autoridade autônoma que os governará e colocará em ação uma potente força de polícia local, que contribuirá para garantir a segurança de Israel e de seus vizinhos”. Três anos depois do início desse período transitório deveriam começar as negociações para definir o estatuto definitivo da margem ocidental e de Gaza e concluir um tratado de paz entre Israel e a Jordânia, cujos representantes participariam

de todo o processo. E esta outra pequena frase, que também dessa vez provocou reações da direita israelense: “Qualquer solução oriunda das negociações deverá também reconhecer os direitos legítimos do povo palestino e suas justas necessidades”. Essa definição da autonomia dos palestinos será encontrada novamente, quase palavra por palavra, nos Acordos de Oslo, quinze anos depois...

Como o Egito já não apresentava o risco de incomodar os planos de Begin e de seu ministro Sharon, ele lançou a colonização na Cisjordânia. O número de habitantes nas implantações passou de apenas 20 mil em 1977 para mais de 70 mil dez anos depois. Em outubro de 1979, Moshe Dayan, que tinha deixado o Partido Trabalhista para se tornar o ministro das Relações Exteriores do gabinete de Begin, pediu demissão. Ele entendeu que, para o Likud, não se tratava na realidade de continuar o processo de paz com os palestinos... Pelas mesmas razões, Ezer Weizman, o ministro da Defesa, também se demitiu alguns meses depois.

O MISTÉRIO SHAMIR

Em 1988, eu decidi escrever a biografia de Yitzhak Shamir.⁵ Sabia-se muito pouco sobre o passado desse personagem, chefe do grupo paramilitar sionista Stern nos anos 1940, agente do Mossad, presidente do Knesset quando da visita histórica de Sadat a Jerusalém, ministro das Relações Exteriores durante a guerra contra o Líbano em 1982, sucessor de Begin na chefia do Likud e duas vezes chefe de governo.⁶ Diversos intelectuais israelenses me diziam: “Shamir!? Não é interessante! Não enxerga dois palmos à frente do nariz!”. Em outras palavras, não havia nada a escrever sobre ele! Quando, bem depois, eu me interessei pelo movimento messiânico e por Netanyahu, reencontrei essa falta de interesse – e de compreensão – dos intelectuais da esquerda israelense pela ideologia da direita no poder.

Efetivamente, Shamir não tinha publicado nenhum livro, nem concedido à mídia israelense grandes entrevistas contando sua vida, suas origens. Não havia quase nada a seu respeito. Foi preciso que eu procurasse, encontrasse testemunhas ainda vivas. A história desse homem me parecia fascinante. Um cientista político o definia como nacional-bolchevique. Devo reconhecer que não consegui escavar todas as zonas obscuras de suas origens. Seus pais eram membros de uma célula comunista em Rozhoni, seu vilarejo natal na Polônia oriental. Depois da ocupação da região pelo Exército Vermelho, em 1939, Shlomo Yzernitzky, seu pai, foi designado pela hierarquia soviética

para o importante cargo de comissário encarregado do comércio de peles e couros, um recurso estratégico.

Dois amigos de infância de Shamir, encontrados em Israel, me diziam que ele era mais versado nos escritos de Marx e Engels que nos de Vladimir Zeev Jabotinsky, o fundador do sionismo revisionista, um movimento anticomunista e antissocialista oposto às instituições da Organização Sionista Mundial e que pregava a criação de um Estado judaico dos dois lados do Jordão. Para todas as outras testemunhas, não havia dúvidas: ele teria se unido muito jovem ao Betar, o movimento da juventude sionista revisionista. Ele veio para a Palestina em 1935 com a aprovação dos soviéticos dos quais dependia seu pai? Onde estaria a verdade? O grupo paramilitar sionista Stern, do qual ele se tornou chefe operacional a partir de 1944, tinha ligações privilegiadas com o Partido Comunista na Palestina, na Tchecoslováquia e na Bulgária. A resposta se encontraria talvez nos arquivos do NKVD⁷ em Moscou.

Relendo as autobiografias publicadas pelos veteranos do grupo Stern, eu constatei que, até o início dos anos 1960, alguns se vangloriavam de ter se engajado nas vias do terrorismo. Esse termo desapareceu nas edições seguintes, seus autores apresentando-se mais como “combatentes pela liberdade”. Minha impressão de estar diante de uma reescrita da história foi reforçada ao longo dos dias passados nos arquivos do Museu do Stern, em Tel Aviv. Eu via homens e algumas mulheres, de idade, passar horas registrando seus testemunhos. Eu pedia explicações: “Eles estão testemunhando somente agora?”. Resposta: “De jeito nenhum! Estão reformulando seus testemunhos. Tem coisas que não se pode contar hoje em dia!”.

Entretanto, eu consegui pôr as mãos em uma citação de Shamir em um livro de Gerold Frank, *The Deed*.

Uma noite em 1942, ele conversava com Eliahu Beit Tsouri, que acabava de recrutar. Trechos:

- Shamir: “Nosso objetivo? Libertar nosso povo da ocupação estrangeira. É nossa guerra contra a Inglaterra [então potência mandatária na Palestina, N.R.]. [...] Seremos apenas um pequeno grupo. Poucos contra muitos. Estaremos isolados em nossa guerra. A população nos rechaçará até que consigamos educá-la. [...] Faremos uma guerra de guerrilha. É a única arma dos fracos contra os fortes. A única maneira de chegar a um equilíbrio de forças...”
- Beit Tsouri: “Que operações poderemos realizar?”
- Shamir: “O terrorismo individual. Ações terroristas dirigidas individualmente contra as pessoas na chefia da administração de ocupação.”

Sob as ordens de Shamir, Eliahu Beit Tsouri e Eliahu Hakim assassinariam, no Cairo, Lord Moyne, ministro britânico das colônias, no dia 8 de fevereiro de 1944. Capturados e condenados à morte, eles foram enforcados.

O RETORNO DE NETANYAHU

As eleições legislativas aconteceram em Israel em 10 de fevereiro de 2009. O partido Kadima, dirigido por Tzipi Livni, ficou na frente, com 28 deputados. Essa antiga deputada do Likud efetuou uma mudança ideológica de 180 graus ao aceitar, em troca da paz, o princípio da partilha da terra de Israel com os palestinos, contrariamente à educação muito à direita que ela recebeu de seus pais. Eitan Livni, seu pai, foi o chefe das operações de Irgun, a organização clandestina dirigida por Begin, que combateu os britânicos até a independência de Israel, em 1948. O presidente do Estado lhe confiou a missão de formar uma nova coalizão governamental. Ela negociou sem sucesso com Ehud Barak, cujo Partido Trabalhista desmoronou e não tinha mais que doze elei-

tos. As duas formações ultraortodoxas recusaram suas propostas, assim como o partido Shass, os ultraortodoxos orientais. Na verdade, Barak e o Shass não queriam que ela dirigisse o país. Eles concluíram um acordo secreto com o ex-primeiro-ministro Netanyahu, que, por sua vez, conseguiu formar uma coalizão parlamentar de 74 deputados com o Likud, os sionistas religiosos, os ultraortodoxos, o Shass e os Trabalhistas. Barak conservou o Ministério da Defesa.

Netanyahu voltou então ao poder. Eu reli seu livro em suas duas versões, em hebraico e em inglês. Na época, segundo suas declarações durante a campanha das primárias do Likud, ele não mudou sua visão, como a definiu em seu livro *A Place Among the Nations* [Um lugar entre as nações], e não tinha a intenção de fazer a menor concessão aos palestinos: “A vida cotidiana dos árabes pode ser concebida diferentemente na realidade do local. [...] Quando alguns árabes povoam uma colina isolada, não há nenhuma razão para declarar a colina inteira autônoma. [...] Apenas seriam autônomos os centros urbanos. O resto do território, pouco povoado, será excluído desse acordo”.

Para o primeiro-ministro, a esquerda continua sendo o inimigo interno, porque ela aceita a ideia de que o povo palestino tenha direitos. É, escreve ele, o sintoma da doença contraída no início do século na Europa do Leste. O vírus do marxismo que impregnou todos os movimentos judeus, socialistas, comunistas e de esquerda desde o início do século XX.

O campo da paz compreende a ideologia que guia a política de Netanyahu? Eu não creio. E tive a confirmação em uma recepção na casa do historiador e universitário Zeev Sternhell, em Jerusalém. O convidado de honra era Yirmiyahu Yovel, na ocasião do lançamento em livrarias de sua tradução em hebraico da *Crítica*

da razão pura, de Emmanuel Kant. Estavam reunidos cerca de vinte professores eméritos, historiadores, sociólogos, filósofos, a maioria fundadores do movimento A Paz Agora, nos anos 1970. Nenhum nunca leu algum livro de Netanyahu.

Em 2012, Sternhell reconheceria: “Na esquerda, a gente não tinha entendido que tudo isso iria logicamente se encadear. Baruch Goldstein [autor do massacre de 29 palestinos em Hebron em 1994] e Yigal Amir [assassino de Yitzhak Rabin em 1995] representavam uma corrente ideológica e política considerável, muito poderosa, uma verdadeira torrente que a esquerda se recusava a ver por covardia. Era cômodo fechar os olhos. Era mais fácil dizer que tínhamos pegado uma gripe do que dizer que estávamos com câncer, enquanto era mesmo um câncer que nos afetava, e isso foi o grande fiasco da liderança israelense de esquerda”.⁸

*Charles Enderlin é jornalista. Autor da obra *De notre correspondant à Jérusalem. Le journalisme comme identité* [De nosso correspondente em Jerusalém. O jornalismo como identidade], Seuil, Paris, 2021. Os trechos deste artigo são tirados dessa obra.

- 1 Foi nessa rádio pública israelense, multilíngua, nacional e internacional, que o autor começou sua carreira de jornalista em 1971, na seção francófona. (N.R.)
- 2 Nono colóquio dos intelectuais judeus de língua francesa, 29 jan. 1968. Citado em *Israël dans la conscience juive. Données et débats* [Israel na consciência judaica. Dados e debates], Presses Universitaires de France, Paris, 1971.
- 3 Monumento em memória às vítimas do Holocausto, em Jerusalém. (N.R.)
- 4 Ocupado por Israel desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967. (N.R.)
- 5 Shamir. *Une biographie* [Shamir. Uma biografia], Olivier Orban, Paris, 1991.
- 6 De 1983 a 1984, depois de 1986 a 1992. (N.R.)
- 7 A polícia política soviética. (N.R.)
- 8 Entrevista com Zeev Sternhell, que pode ser lida em *Au nom du Temple. Israël et l'irrésistible ascension du messianisme juif (1967-2013)* [Em nome do Templo. Israel e a irresistível ascensão do messianismo judeu (1967-2013)], Seuil, Paris, 2013. Também figura no documentário de mesmo nome (2015).

3

Conteúdo rico e variado? Debate sério? Vozes marcantes?

PASSA LÁ NA CENTRAL 3

INFORMAÇÃO NA PALMA DA SUA MÃO

CENTRAL3.COM.BR

A SUA CENTRAL DE PODCAST

30+ podcasts

conteúdo autoral e de parceiros

esporte, política, música e +

nos principais agregadores

UMA IDEOLOGIA VÍTIMA DE SUAS CONTRADIÇÕES

O declínio do sionismo de esquerda

Pela quarta vez em dois anos, a oposição ao primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, se vê diante do mesmo impasse: embora majoritária, ela é tão heterogênea que não consegue chegar a um acordo. Com treze das 120 cadeiras do Parlamento, a esquerda sionista, encarnada pelo histórico Partido Trabalhista e pelo Meretz, parece velar a hegemonia perdida

POR THOMAS VESCOVI*

Depois das quatro eleições legislativas ocorridas em Israel desde abril de 2019, impôs-se a mesma constatação: a influência do Partido Trabalhista diminuiu muito em relação às alianças entre nacionalistas e religiosos. A utopia do sionismo de esquerda, ou seja, a fundação de um Estado para os judeus sobre bases socialistas, parece ter fracassado. Entretanto, essa esquerda teve um papel fundamental na história de Israel: no coração de sua criação, em 1948, foi majoritária no Knesset (o Parlamento israelense) durante as três primeiras décadas de existência do Estado e voltou ao comando de 1992 a 1996 e depois de 1999 a 2000. Mas, nas últimas eleições, essa esquerda mostrou-se incapaz de voltar ao primeiro plano, registrando os piores resultados de sua história – sete cadeiras das 120 em março de 2020 e treze neste ano.

Para explicar esse declínio, convém recordar as origens e contradições do sionismo de esquerda. Em 1897, em Basileia, intelectuais judeus fundaram o movimento sionista. Sua principal figura foi o jornalista austro-húngaro Theodor Herzl. Antigo defensor da assimilação, ele viu seu ideal desmoronar: em 1894, em Paris, cobriu o caso Dreyfus para seu jornal; depois, em 1897, soube da eleição do candidato social-democrata e abertamente antisemita Karl Lueger à prefeitura de Viena. A partir de então, passou a ver a assimilação não mais como uma solução, e sim como uma ameaça. Os judeus se viam cercados, de um lado, por correntes a favor de sua destruição física, em que os pogroms, no Império Russo, foram a expressão mais direta, e, de outro, por um desejo dentro de suas fileiras de se integrar às sociedades europeias, afastando-se da religião e até mesmo de qualquer pertencimento comunitário. No entanto, essa última estratégia não impediu que o antissemitismo se difundisse e amea-

çasse sua segurança. O objetivo se tornou então a criação de uma entidade política em que eles seriam majoritários e viveriam em segurança. Em outras palavras, a edificação de um Estado judeu.

O projeto sionista, porém, não era monolítico e surgiram tendências. A burguesia se reuniu em torno de Herzl, que, partidário de um Estado judeu liberal, procurou obter ajuda diplomática e pontos de apoio no seio do capitalismo ocidental. Outros militantes defendiam um sionismo aliado ao socialismo, fazendo repousar o sucesso do projeto na transformação dos judeus marginalizados em trabalhadores, operários e camponeses produtivos. A partir dos anos 1920, esse sionismo de esquerda, conhecido como “trabalhista”, chegou a se impor à frente do movimento.

No fim do século XIX, os fundadores do movimento reivindicaram o reconhecimento não apenas de um direito à soberania para os judeus, mas também de um direito à instalação em uma terra onde eles eram então pouco numerosos: não chegavam a 5% da população da Palestina. Em um contexto em que as potências ocidentais estabeleceram impérios na Ásia e na África, principalmente, o projeto sionista integrava a ideologia colonial.¹

Ser de esquerda podia revelar uma abordagem universalista e consistir em defender princípios como a justiça social para todos e o acesso dos povos à igualdade e à liberdade. O sionismo parecia estar em contradição com esses ideais, pois pretendia defender somente os judeus. Durante a segunda metade do século XIX, a esquerda radical europeia mostrou-se crítica a esse respeito. Considerava que os princípios marxistas e socialistas eram os únicos objetivos a serem seguidos: seria por meio da revolução social que os judeus se emancipariam, e não pela criação de um Estado a milhares de quilômetros de seus locais de luta. As

perspectivas nacionalistas, e com maior razão etnorreligiosas, foram percebidas como uma ruptura com a luta de classes, destinada a unir os indivíduos em função de sua condição social, e não de sua comunidade. Por outro lado, as organizações marxistas e socialistas europeias negavam a existência de uma “nação judaica”.

KIBUTZ, A IMAGEM HISTÓRICA IDEAL

No entanto, aqueles que sofriam com o antissemitismo e com suas humilhações diárias, e a quem era negada qualquer forma de reconhecimento social, não podiam esperar até o triunfo de uma hipotética revolução. Foi assim que o sionismo ganhou influência entre os ativistas de esquerda, cujo ideal progressista e revolucionário não deixava de estar impregnado de uma cultura colonial. Na Palestina, diante de uma população árabe amplamente camponesa e ligada a modelos políticos tradicionais, as organizações sionistas de esquerda se sentiram uma vanguarda revolucionária, sobre a qual se assentava a vitória do marxismo ou do socialismo no Oriente Médio. Assim como a burguesia sionista, elas partiam do princípio de que, sendo seu projeto justo, moderno e progressista, os árabes só poderiam se beneficiar dele.

Essa perspectiva ruiu a partir dos anos 1920 e 1930, marcados por vários ciclos de revoltas dos árabes da Palestina contra a expropriação de suas terras e o jogo duplo da potência mandatária britânica. Isso levou, em 1947, à solução “onusiana” de uma divisão da Palestina em dois Estados, árabe e judaico – solução arrasada pela Primeira Guerra Árabe-Israelense. No decorrer desse conflito, o movimento sionista chegou a tomar posse de 78% da Palestina, onde foi fundado o Estado de Israel, em 1948. Este só teve legitimidade graças à decisão da ONU, que previu a criação a seu lado de um Estado árabe.



No entanto, o não cumprimento por Israel das resoluções da ONU começou já em sua criação, quando a esquerda ditava a agenda política. De década em década, o sionismo trabalhista, com sua recusa a conceder direitos iguais aos árabes que viviam em suas fronteiras e reconhecer o direito dos palestinos de viver livres e dignamente em sua pátria, perdeu sua máscara progressista e conservou apenas um caráter conservador e colonial.

Hoje, a visão do judeu revolucionário desembarcando na Palestina para fundar com seus camaradas um Estado progressista e uma sociedade igualitária permanece enraizada no imaginário político de muitos europeus. Durante décadas, estes últimos se sensibilizaram com a questão israelo-palestina por meio da celebração do modelo socialista israelense, com os *kibutzim* coletivistas e seus pioneiros trabalhando a terra. O quadro era idealizado, mas hoje não significa grande coisa. Não apenas porque os *kibutzim* não são mais significativos nos equilíbrios econômicos e sociais, mas sobretudo porque eles não podem mais dissimular a realidade da política israelense: uma política colonial, opressiva e ancorada na doxa neoliberal, o que faz de Israel um dos países mais desiguais do mundo ocidental: o segundo – atrás do México – no seio da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE). A

© Renato Zechetto



isso acrescenta-se a degradação do clima político: muitos intelectuais e jornalistas qualificam a evolução de Israel a partir dos anos 2000 de “direitização”, alguns falando até em “desvio fascizante”, em um contexto de marginalização crescente da esquerda sionista.

O Estado trabalhista, construído no decorrer das primeiras décadas da existência de Israel e baseado em princípios de laicidade e solidariedade entre trabalhadores judeus, não existe mais. Israel está hoje plenamente integrado ao capitalismo ocidental e tornou-se até um eldorado para os empreendedores das novas tecnologias digitais. No seio da sociedade, as ondas de reformas econômicas adotadas a partir dos anos 1980 substituíram o espírito coletivo pelo individualismo, e os valores socialistas parecem agora fora de moda, contrariamente àqueles do nacionalismo religioso. A título de exemplo, em setembro de 2019, apenas 41% das crianças estavam matriculadas em escolas laicas e públicas; o restante frequentava escolas privadas e religiosas. Esse novo estado de espírito atinge também a instituição militar. Segundo a associação de refuseniks Mesarvot (“que reúne aqueles que se recusam a entrar para o Exército”), cerca de 50% dos estudantes escapam do serviço militar. Entre eles, menos de 10% se afirmam todo ano como objetores de consciência, recu-

sando-se a se alistar por motivos filosóficos ou políticos. Os outros conseguem ser isentos, caso sejam ultraortodoxos, ou obtêm dispensa por diversos motivos, principalmente profissionais (embora a atribuição de alguns postos imponha o cumprimento de suas obrigações militares).

Em setembro de 2019, apenas 41% das crianças estavam matriculadas em escolas laicas e públicas; o restante frequentava escolas privadas e religiosas

IGNORÂNCIA DA REALIDADE PALESTINA

Por outro lado, embora o Estado reconheça apenas um “povo judeu”, a conflituosidade permanece onipresente entre os componentes da população judaica (asquenazes, falashas, mizrahim, judeus russos, sefarditas...), que se sentem concorrendo para ascender aos postos de decisão do país. Se Israel conta apenas com 30% de judeus asquenazes, estes últimos encarnam as principais correntes da esquerda sionista. A eleição em 2017 do empresário Avi Gabbay, de família marroquina, à liderança do Partido Trabalhista (posto que ocupou até 2019) não teve influência so-

bre o voto dos judeus orientais, tradicionalmente favoráveis à direita. Entretanto, Avi Gabbay multiplicou os convites discretos ao eleitorado conservador e religioso, afirmando que as colônias representavam a “bela face do sionismo” e que os erros da esquerda se deviam ao fato de que seus militantes haviam esquecido o que significava ser judeu. Seu sucessor até janeiro de 2021, Amir Peretz, também marroquino, não foi melhor do que ele no plano eleitoral.

Outro elemento desfavorável para a esquerda sionista: seus militantes não conhecem, ou conhecem mal, o cotidiano dos israelenses que vivem na periferia das principais cidades. Para o cientista político Ilan Greilhammer, o conjunto do movimento trabalhista sionista, inclusive o Meretz, não tem “nenhuma ligação com as massas populares”.² Os responsáveis por esses partidos, acrescenta, “nunca foram a Sderot ou a Netivot [duas cidades do sul de Israel, próximas à Faixa de Gaza], nem passando de carro”. Isso explica por que suas ideias são percebidas como propostas “elitistas” concebidas por e para os privilegiados de Tel Aviv. Como ocorre em muitos países, o eleitorado de direita é nitidamente mais popular que o de esquerda, salvo entre os árabes.

Após as eleições de abril de 2019, o jornalista Meron Rapoport estudou o voto de 37 comunidades judaicas entre as mais pobres do país, representando 1 milhão de eleitores.³ No geral, essas cidades reúnem judeus mizrahim e judeus russos. Na média, a taxa de participação ali é de 60%, o equivalente a trinta cadeiras no Knesset, segundo as regras do voto proporcional em vigor em Israel. Em seu conjunto, a esquerda sionista obteve 3,25% dos votos, ou seja, um deputado. Os dirigentes do Partido Trabalhista e do Meretz não existem aos olhos dos judeus mais desfavorecidos, principalmente os não asquenazes. Inversamente, a direita nacionalista conseguiu 22 mandatos nessas comunidades, entre os quais doze para o Likud. O partido de Benjamin Netanyahu, assim como seus aliados, enraíza-se nessa sociedade periférica, em particular por meio de organizações beneficentes que propõem atividades para as crianças ou escolas subsidiadas. Algumas décadas antes, esse ativismo era exclusividade da central sindical Histadrut e tinha um papel importante na penetração trabalhista entre os mais desfavorecidos.

A esquerda sionista sentiu também ter perdido seu viveiro de dirigentes provenientes dos *kibutzim*, graças ao qual ela manteve por muito tempo sua participação no Estado e nas suas instituições. No passado,

os *kibutzim* permitiam aos militantes adquirir uma educação política que, com a carreira militar, constituía a base principal da formação trabalhista. Esses quadros representavam a elite do país. Se hoje ainda existem cerca de 250 *kibutzim*, eles são em sua maioria privatizados. Dotados de terrenos para a construção de vilas ou parques para lazer, atraem jovens casais com filhos em busca de um modo de vida mais saudável. Apenas alguns ainda funcionam segundo os princípios coletivistas, tais como a igualdade de salários e a vida em comunidade.

Enfim, é preciso observar que a maior parte dos militantes da esquerda sionista tem pouca consciência da realidade palestina e não sabe o que significa viver sob bloqueio militar. Quando leem reportagens realizadas por jornalistas como Amira Hass e Gideon Levy nos territórios ocupados, eles associam seus autores a esquerdistas, alarmistas e pessimistas, que só ouviriam a versão palestina. Também é revelador o desinteresse trabalhista pelas ONGs, como a B'Tselem, a Breaking the Silence ou a Yesh Din, que mostram a realidade da ocupação, assim como todos os elementos incômodos e os pontos cegos que a sociedade israelense não deseja ver. Essas organizações são os últimos pilares do campo da paz, mas não têm quase mais nenhum apoio político dos principais dirigentes da esquerda, mais preocupados em recrutar eleitores entre os mais de 660 mil colonos que residem na Cisjordânia. Encontram-se isoladas diante de um poder que limita consideravelmente suas atividades ao apresentá-las como traidoras da pátria. Ao se desligar de uma parte desse campo político que antes formava uma de suas bases eleitorais, a esquerda sionista se priva de dinâmicas que poderiam oferecer um discurso alternativo à propaganda colonial e ultrasecuritária de Netanyahu. 

*Thomas Vescovi é pesquisador independente em história contemporânea. Este artigo foi adaptado de sua obra *L'Échec d'une utopie. Une histoire des gauches en Israël* [O fracasso de uma utopia. Uma história das esquerdas em Israel], La Découverte, Paris, 2021.

- 1 Ler Gilbert Achcar, “La dualité du projet sioniste” [A dualidade do projeto sionista], *Manière de Voir*, n.157, fev.-mar. 2018.
- 2 Chloé Demoulin, “La gauche israélienne se cherche à droite... et ne se trouve pas” [A esquerda israelense tenta achar um lugar à direita... mas não encontra], *Mediapart*, 8 jun. 2018. Disponível em: www.mediapart.fr.
- 3 Meron Rapoport, “Israel's left lost a million votes in the last polls. Here's how they get them back” [Esquerda israelense perdeu 1 milhão de votos nas últimas eleições. Aqui está como eles os recuperaram], *Middle East Eye*, 19 ago. 2019. Disponível em: www.middleeasteye.net.

CAMPANHA NÃO CONSEGUIU CONVENCER FUNCIONÁRIOS A SE ORGANIZAREM

Por que os sindicatos perderam a batalha contra a Amazon nos EUA

Famosos hollywoodianos, jornalistas, políticos: todos desejavam a criação de uma seção sindical no imenso armazém da Amazon em Bessemer, no Alabama. Todo mundo, menos os trabalhadores do local, que votaram em massa contra a sindicalização... A pressão exercida pela transnacional durante a campanha bastaria para explicar esse resultado?

POR MAXIME ROBIN*, ENVIADO ESPECIAL

“Davi contra Goliás.” A comparação não saía da boca dos militantes que, em março, organizaram um referendo sobre a criação de uma seção sindical no BHM1, o imenso armazém da Amazon em Bessemer, no Alabama. E a comparação não era infundada. Carregadores, em sua esmagadora maioria afro-americanos, desafiaram uma das mais poderosas empresas do mundo, de propriedade do homem mais rico do planeta – Jeff Bezos –, em um dos estados mais conservadores dos Estados Unidos.

Porém, enquanto na Bíblia o pequeno Davi acaba derrotando o gigante Goliás, na Amazon aconteceu o contrário. Dos 5.805 funcionários das instalações que ocupam 8 hectares, apenas 738 votaram “sim”, ao passo que 1.798 votaram “não”. Stuart Appelbaum, líder do Retail, Wholesale Department Store Union (RWDSU), o sindicato do grande varejo nos Estados Unidos, imediatamente contestou o resultado, acusando a Amazon de ter violado a neutralidade da votação. A derrota no Alabama se soma àquela ocorrida em Delaware, em 2014, confirmando o mastodonte das vendas on-line como uma fortaleza inexpugnável para as organizações de trabalhadores.

Nos Estados Unidos, sindicalizar os funcionários de uma empresa é uma *via crucis*. Primeiro a organização sindical deve ser chamada por um funcionário da planta – no caso do Alabama, um estoquista que telefonou para o RWDSU em agosto –; em seguida, ela deve provar à agência federal encarregada das leis trabalhistas, a National Labor Relations Board (NLRB), que 30% dos trabalhadores do local desejam que a seção sindical seja criada. Vencida essa etapa, vem uma amarga campanha, ao fim da qual se organiza um referendo. A luta é travada fábrica por fábrica, supermercado por supermercado, fast-food por fast-food: se o “sim” tivesse vencido em Bessemer, isso não mudaria em nada a situação dos demais armazéns da Amazon. Para os funcionários, entrar nesse processo implica uma batalha longa e árdua, que, se perdida, pode trazer represálias contra aqueles que buscaram a ajuda do sindicato – muitas vezes a demissão. Nessas condições, não é de espantar que apenas 6,3% dos funcionários do setor privado sejam sindicalizados nos Estados Unidos.

Nas últimas duas décadas, a Amazon construiu nos Estados Unidos 110 centros do tamanho do BHM1 e planeja construir mais 33.¹

Com quase 1 milhão de pessoas a seu serviço, o equivalente a uma para cada 150 pessoas economicamente ativas do país, a empresa é o segundo maior empregador privado em nível nacional (e em dois anos espera ultrapassar a rede de supermercados Walmart). A crise sanitária, com o desenvolvimento maciço das compras on-line, impulsionou ainda mais as atividades da companhia, a ponto de ser difícil mensurar o ritmo de contratação da Amazon hoje, que se tornou ainda mais fácil, na medida em que o vírus levou repentinamente ao desemprego milhões de trabalhadores. Uma situação sem precedentes, de acordo com historiadores – exceto talvez no início dos anos 1940, quando as indústrias contratavam a todo vapor para apoiar o esforço de guerra.²

RECOMPOSIÇÃO TERRITORIAL

Para descrever a importância assumida pela empresa, o jornalista Alec MacGillis menciona um “efeito Amazon”, que recompõe o território norte-americano segundo uma hierarquia em três níveis: no topo, “as cidades que abrigam as sedes da Amazon e os empregos bem pagos, de alto nível educacional”, como Seattle, Washington e Boston; de-

pois, as “cidades-armazém”, que ficam com “o manuseio da carga e os empregos claramente mais baixos”; por fim, o restante do país, onde o comércio local é afundado pela explosão das compras on-line, sem a contrapartida da geração de empregos, a não ser nos postos de entrega.³

Bessemer pertence à segunda categoria, a das cidades-armazém. Emblemática dos pequenos centros industriais em declínio, com seu tecido social fragilizado desde o fechamento, nos anos 1990, da fábrica da Pullman, que produzia vagões de carga, ela lembra outras localidades escolhidas pela Amazon para instalar seus gigantescos centros logísticos, como Sparrows Point, nos arredores de Baltimore, e King of Prussia, perto da Filadélfia. Cidades em crise ficam de joelhos para atrair a transnacional, o que impulsiona a guerra fiscal. “Bessemer oferece créditos fiscais competitivos, locais comerciais acessíveis, mão de obra treinada e baixo custo de vida”, orgulha-se o site da Câmara de Comércio, cujos funcionários não responderam ao nosso pedido de entrevista. Durante a campanha sindical, o prefeito democrata Kenneth Gulley, no comando desde 2010, absteve-se de tomar posição. Em fevereiro, durante seu “Discurso do Estado da Cidade”, ele elogiou a chegada da Amazon e destacou o “ambiente pró-negócios” do município, sem dizer uma palavra sobre o conflito.

Os sindicatos nem sempre gozam de boa reputação junto às autoridades eleitas no sul dos Estados Unidos. O Alabama faz parte do clube dos 27 *right-to-work states* (estados do direito ao trabalho), onde a lei permite que os funcionários não paguem contribuições sindicais, fragilizando o caixa das organizações trabalhistas. A legislação e a tributação favoráveis às empresas incentivaram a instalação, nessa região do país, de grandes grupos automotivos, particularmente alemães e japoneses, que trazem consigo todo um ecossistema



de subcontratação. Dessa forma, o Alabama exibe a particularidade de abrigar a única fábrica não sindicalizada da Mercedes no mundo.

Nesse contexto, a campanha lançada em Bessemer foi uma surpresa. O BHM1 é um armazém novo (foi inaugurado em março de 2020), que oferece 6 mil empregos com salários que começam em US\$ 15,30 por hora, o dobro do salário mínimo no Alabama e um pouco menos do que se recebe em uma fábrica de automóveis, porém mais do que no Walmart (US\$ 11 por hora) ou em um fast-food (onde a remuneração tende a se alinhar com o salário mínimo). A Amazon também oferece cobertura de saúde desde o primeiro dia de trabalho, o que está longe de ser regra no setor privado dos Estados Unidos.

Quando chegamos às instalações do RWDSU em Birmingham, a principal cidade do Alabama, no fim de março, os semblantes eram de cansaço. Visivelmente extenuados por uma maratona de vários meses, um pequeno grupo de organizadores recebia um apoio de peso: o ator Danny Glover, que usava um boné do Newark Eagles, uma franquia da Negro National League, a liga de beisebol exclusiva para negros durante a segregação. Sua visita tinha o objetivo de motivar a tropa, dar um tapinha nas costas dos organizadores e contar sua história. Diante dele, na sala de reuniões com as cores do RWDSU (cujo emblema representa uma mão negra apertando uma mão branca), estavam os trabalhadores que simbolizaram o movimento na mídia, entre eles Jennifer Bates, que depôs sobre suas condições de trabalho no Senado a convite de Bernie Sanders. Pela porta entreaberta, via-se também Darryl Richardson, o trabalhador que fez o telefonema em agosto.

Em uma conversa de mais de uma hora, Glover alternou piadas sobre cinema e momentos mais sérios, principalmente quando falou sobre seus ancestrais que nasceram escravos em Louisville, na vizinha Geórgia, e seus avós meeiros, que colhiam algodão para um proprietário branco. A avó do comediante ignorou as conveniências e ameaças dos proprietários e mandou os filhos para a escola, em vez de obrigá-los a trabalhar no campo. Sua mãe trocou a Geórgia por São Francisco e se tornou funcionária dos correios. O ator se lembra da atmosfera rebelde que reinava em sua casa. Quando adolescente, ele lia nos jornais as histórias dos ativistas negros do sul que “defenderam seus direitos” agarrando-se aos bancos dos restaurantes reservados aos brancos: “Eles foram meus heróis”.

Jennifer Bates, por sua vez, contou sobre o insuportável controle de

tempo que vigora na Amazon, as encomendas urgentes impossíveis de satisfazer em razão do tamanho do hangar, as horas extras requeridas no último minuto e que complicam o cuidado das crianças, e sua exasperação por ver suas tarefas determinadas e cronometradas por um algoritmo. “Nunca vou entender como uma pessoa sã pode organizar um sistema como esse e esperar que as pessoas vivam uma vida plena. Com jornadas de dez, onze, doze horas, como ter uma família? Ficamos preocupados com as crianças fora de casa, mas o sistema foi pensado para que a mãe e o pai estejam em casa com elas?” Questionada por Glover, Bates esclarece que seus filhos já estão crescidos e que ela tem sete netos, despertando exclamações e risos de admiração. É por eles que ela luta, afirma: “Se não lidarmos com os problemas agora, sabemos o que nos aguarda no futuro”.

ENTRE O ESPÍRITO DE EQUIPE E A RIVALIDADE CRONOMETRADA

Esse sentimento não deve nada ao acaso. Apesar de seu gigantismo, a Amazon ainda se considera o “tenro broto” dos primórdios, a *start-up* do “primeiro dia”. “Ir para o segundo dia significaria paralisia. Seguida de inutilidade. Seguida de um lento e doloroso declínio. Seguido da morte. É por isso que na Amazon sempre estaremos no primeiro dia”, declarou Bezos (também proprietário do *Washington Post*) em 2016, em uma carta aos acionistas da companhia. Para manter esse clima febril, a empresa precisa aumentar implacavelmente a produtividade e diminuir o custo da mão de obra. E vê o surgimento de qualquer contrapoder como uma ameaça existencial.

De ascendência afro-americana, o cinquentão em forma Perry Connelly aterrissou no BHM1 após perder o emprego de segurança de aeroporto durante a pandemia. O dinheiro que ganha hoje “é equivalente ao que pagava de imposto no emprego anterior” – modo de dizer que ele viu sua chegada à Amazon como uma franca regressão. O *stower* (estoquista) é responsável por escanear os produtos e colocá-los nas prateleiras equipadas com códigos de barras. “Na hora do almoço, é uma corrida: ir ao banheiro, chegar à sala de descanso, buscar a refeição, sentar. Me sobra o quê? Doze minutos para comer?”

É a primeira vez na carreira que ele tem uma agenda tão cronometrada: “Eu me identifico no computador, faço a leitura do código de barras. O computador calcula o tempo gasto entre uma leitura e outra”. É o famoso *time off task* (tempo sem tarefa), ou TOT, do qual falam todos os funcio-

nários. “Basicamente, para a máquina, é um momento em que você não faz nada. Eles querem que o TOT seja o mais baixo possível, mas isso depende necessariamente dos produtos que caem na sua mão.” Um defeito no código de barras, um cupom de desconto, e os problemas começam. Connelly ri nervosamente ao falar da atmosfera frenética no armazém, entre o espírito de equipe e a rivalidade cronometrada. “Eles promovem a competição o tempo todo. Quem coloca mais produtos nas prateleiras ganha um intervalo extra de quinze minutos, uma camiseta.” Antes do referendo sobre o sindicato, a Amazon ofereceu um bônus de demissão para tirar os funcionários descontentes da votação. “Desde o início da campanha, eles despediram 250 pessoas”, diz o carregador.

No condado conservador, onde mais de quatro em cada dez eleitores afro-americanos deram seu voto a Donald Trump em 2016 e em 2020,⁴ os ativistas sindicais, no entanto, insistiram em inscrever sua abordagem na continuidade das lutas pelos direitos civis do pastor Martin Luther King e do movimento Black Lives Matter [Vidas Negras Importam], denunciando a hipocrisia da Amazon nesses temas. “Eles estão se lixando para as vidas negras”, declarou Darryl Richardson à *New York Magazine*. “Querem dar a impressão de se importar, principalmente com Martin Luther King. Colocam folhetos e fotos dele pelos corredores. Fingem, porque os negros são maioria na fábrica.”⁵ As referências a Luther King são onipresentes na região. O pastor foi levado sob custódia em Bessemer, em 30 de outubro de 1967, por organizar sem autorização a Marcha pela Igualdade. O caso foi encerrado na Suprema Corte, que se recusou a examinar a apelação, deixando o pastor condenado a cinco dias de detenção e US\$ 50 de multa. No dia de seu assassinato, em 4 de abril de 1968, em Memphis (com um rifle comprado em Birmingham), Martin Luther King tinha ido apoiar uma greve de coletores de lixo negros, que exigiam melhores salários e condições de trabalho.⁶

A estratégia sindical foi apoiada por democratas de alto escalão (parlamentares, líderes religiosos influentes...), que se sucederam em Bessemer antes da votação na Amazon, falando da cidade como uma “nova Selma”.⁷ Outro apoiador de passagem, o rapper Killer Mike, chegou a comparar Bezos a um “senhor de escravos”, e as condições de trabalho nos armazéns (calor e ritmo, sobretudo) às dos campos de algodão.

Essa retórica inflamada, porém, não convenceu os trabalhadores (85% negros, segundo estimativas do

sindicato) e, olhando em retrospectiva, a campanha fracassada de Bessemer parece uma enorme miragem. Um observador que se informasse apenas por meio de redes sociais, mídias e vídeos on-line teria apostado na vitória do “sim”, tão numerosas e visíveis eram suas publicações. Sindicatos poderosos, como o dos jogadores da liga profissional de futebol americano (NFL) e o dos roteiristas de Hollywood, além de artistas e acadêmicos, apoiaram a iniciativa. Até o presidente Joe Biden assumiu publicamente seu apoio duas semanas antes do fechamento das urnas – apoio inédito de um inquilino da Casa Branca, desde Franklin Roosevelt.

DEMISSÕES ABUSIVAS

A cobertura por vezes romântica e idealizada do conflito ajudou a fomentar a ilusão de uma vitória do “sim” na opinião pública, distorcendo a realidade de um terreno mais difícil de compreender. A pandemia, a atmosfera tensa pela presença da mídia e pela agitação sindical em frente ao armazém, bem como a topografia do local – um imenso depósito sem janelas plantado em uma área industrial, um estacionamento vigiado por um carro da polícia e seguranças, sindicalistas agitando cartazes no cruzamento mais próximo – tornavam difícil, se não impossível, interagir com os trabalhadores, exceto pelo punhado de carregadores publicamente envolvidos com o sindicato, ou com os funcionários completamente satisfeitos com seu destino, exibidos pela comunicação da empresa.

É claro que a Amazon usa seus recursos ilimitados e toda a sofisticação tecnológica à sua disposição para influenciar os funcionários. Por trás das portas do armazém, a gerência organizou “sessões de informação” coletivas obrigatórias sobre as consequências da criação de um sindicato no local, e os telefones dos funcionários foram bombardeados com mensagens que descreviam o sindicato como um invasor. “Não deixe estranhos dividirem uma equipe vencedora! Acreditamos que você não precisa pagar um intermediário para falar em seu lugar nem pagar taxas para conseguir o que já tem de graça”, pode-se ler no print de tela fornecido por um funcionário.

A Amazon também instalou no armazém de Bessemer, no dia 25 de janeiro, consultores especializados (pagos com milhares de dólares por dia), os famosos *union busters* [caçadores de sindicatos].⁸ Circularam boatos terríveis de que a Amazon poderia simplesmente fechar o armazém em caso de “traição” dos funcionários – como o Walmart, que em 2009 decidiu encerrar suas atividades

em Jonquière, no Canadá, após a constituição de um sindicato.

Com seus interesses em jogo, a multinacional não hesitou em violar a legislação trabalhista para destruir a campanha: a NLRB não tem o poder de puni-la financeiramente. Depoimentos de ex-funcionários que tentaram organizar o sindicato nos depósitos de Delaware e da Virgínia mencionam um comportamento brutal, ameaças e represálias, incluindo demissões abusivas, como a de um funcionário que estava de licença médica para cirurgia no joelho. Em Chester, na Virgínia, a sanção das autoridades, após investigação, foi obrigar a Amazon a afixar na sala de reunião, em uma folha de papel A4, uma lista de ações que se comprometeu a não cometer. “Não ameaçamos demitir; não perguntamos sobre atividades sindicais; não vigiamos; não ameaçamos com represálias.” O documento deveria servir para tranquilizar os funcionários, mas pode ter o efeito oposto, explicitando em local de destaque os riscos assumidos pelos rebeldes.⁹

Frustrado por não poder falar com os funcionários da Bessemer, um jornalista entrou no estacionamento do armazém, embora isso pudesse significar problemas com a lei, para estender seu microfone a quem quer que fosse. Com uma camisa havaiana que contrasta com a cor de asfalto, Mike Elk, de 35 anos, está em sua quinta cobertura de uma campanha sindical no sul dos Estados Unidos (todas derrotadas). Ele próprio foi demitido do site Politico por tentar sindicalizar a redação, e reinvestiu sua indenização para criar seu site, o Payday Report [Jornal do Dia do Pagamento], que propõe “cobrir as notícias sociais nos desertos midiáticos”. Otimista no início do movimento, que acompanhava desde a base em Pittsburgh, ele mudou de ideia quando foi a campo, observando que em uma reunião de Bernie Sanders em frente às instalações do sindicato, em Birmingham, no dia 26 de março, havia mais jornalistas que trabalhadores.

Antes de ser expulso da área do armazém por um segurança, Mike conseguiu entrevistar quatro carregadores. Todos eram negros; todos iam votar “não”. “Eu sou mais contra, porque não sei muito sobre sindicatos, nunca lidei com eles”, declarou Ashley, de 32 anos. Um funcionário de 19 anos comparou o sindicato a um “ladrão” que queria tirar parte de seu suado dinheiro. Esse era o principal argumento utilizado pela Amazon durante suas sessões de informação coletiva – a empresa chegou a criar um site dedicado ao argumento, o Do It Without Dues (algo como “resolva suas questões sem pagar ao sin-

dicato”). Um terceiro trabalhador, mais velho, explicou que já havia visto o RWDSU em ação em um emprego anterior, e isso não melhorou sua situação. O último funcionário usava uma corrente com broches em forma de animais convidando a votar “não”: “[Os gerentes] distribuem no depósito, todo mundo usa”. Os ministradores dos cursos sobre os sindicatos foram descritos como “bacanas”, de forma alguma ameaçadores: “Eles apenas explicaram para que serve um sindicato”. A exibição dessas entrevistas rendeu a Mike ofensas nas redes sociais, acusado de trabalhar para os patrões. Ele respondeu que era crucial “entender a psicologia dos ‘antis-sindicatos’, o sentimento dos trabalhadores”, e que não trabalha para ninguém, “a não ser para a verdade”.

OPINIÃO PÚBLICA FAVORÁVEL

É impossível saber que efeito a estratégia de associar a campanha sindical à luta pelos direitos civis teve sobre a votação. Além disso, os trabalhadores encontrados ao acaso por Mike não pareciam visceralmente hostis aos sindicatos: eles simplesmente não tinham consciência de sua utilidade. “É fácil culpar a Amazon, mas os sindicatos também têm culpa”, analisa o jornalista. Ele acha que uma eleição ganha deveria ser mera formalidade, apenas o coroamento de uma vitória já conquistada com a campanha e o convencimento de uma massa crítica de funcionários pelo sindicato, que dessa forma já não têm mais medo de expressar suas convicções ao lado do colega.

No caso do BHMI, o RWDSU usou uma tática diferente, chamada *hot shopping* no jargão sindical dos Estados Unidos. Trata-se de “virar” uma planta assim que ela abre, aproveitando um descontentamento repentino entre os funcionários – no caso de Bessemer, por causa das péssimas condições sanitárias do depósito. O objetivo é aproveitar o elemento-surpresa, sem ter trabalhado o terreno, colocando conscientemente a carroça na frente dos bois. Isso pode levar a negligenciar o trabalho de fundo. Por isso, os líderes religiosos locais pouco foram mobilizados durante essa campanha, ao contrário dos ativistas on-line e dos pesos-pesados do Partido Democrata, que vieram em grande número.

Outros problemas: a alta taxa de rotatividade de pessoal, a falta de tempo para se comunicar no armazém (tanto pelas condições de trabalho quanto pela pandemia, que tornou impossível qualquer atividade paralela, como um churrasco sindical) e a falta de perspectivas de carreira em um armazém. Quem sabe se ainda estará ali no ano seguinte? Por

que investir e arriscar seu lugar por um emprego no qual você não se vê a médio prazo? Na dúvida, os trabalhadores do BHMI podem ter achado que tinham mais a perder (emprego, salário, seguro-saúde coberto pela Amazon...) do que a ganhar (eles não sabiam exatamente o quê).

De qualquer forma, a saga de Bessemer foi uma oportunidade para o país fazer um balanço da situação de sua legislação trabalhista. Várias pesquisas mostraram que a opinião pública era fortemente favorável ao “sim”, e os editoriais estavam em sintonia. “É claro que o declínio dos sindicatos é a principal razão pela qual os ricos ficam mais ricos, e os pobres, mais pobres”, chegou a escrever o colunista liberal Joe Nocera em um texto em formato de *mea culpa*. “Como muitos democratas de minha geração, eu não prestei atenção nisso. Os sindicatos fazem subir os salários não apenas de seus membros: as empresas não sindicalizadas em geral precisam se alinhar a eles. A falta de sindicatos neste país significa que as empresas não sofrem nenhuma pressão para aumentar os salários.”¹⁰ A contagem de votos de Bessemer foi acompanhada ao vivo pelo site do jornal *The New York Times*, com o mesmo respeito prestado a uma eleição política nacional – algo nunca visto em uma eleição corporativa.

Perguntamos a Perry Connelly, o estoquista de Bessemer, o que seria dele se o “não” vencesse. “A direção do armazém vai usar um truque, uma desculpa qualquer para me despedir”, respondeu ele. “Estou pronto para isso: é o preço a pagar para que isso mude. Se ganhar o ‘sim’ e eu puder representar o sindicato, fico. Se o ‘não’ vencer, não estarei aqui por muito tempo.”

No dia da vitória do “não”, os trabalhadores de um centro de Chicago fizeram espontaneamente uma parada do trabalho. Outras ações foram anunciadas em cerca de cinquenta cidades. Eles terão um destino diferente? Para explicar a derrota de Bessemer, os militantes continuam culpando a Amazon, suas ameaças, sua intimidação. Durante o mês de março, a Câmara dos Representantes votou o Protecting the Right to Organize Act [Lei de Proteção ao Direito de Organização], ou PRO Act, que visa justamente eliminar as pressões exercidas pelo empregador durante as campanhas sindicais, proibindo particularmente as “sessões de informação” obrigatórias. Se o projeto for bem, pode morrer na porta do Senado, por falta de apoio dos republicanos. De qualquer forma, ele não isenta os sindicatos e os líderes democratas de aprender com o nau-

frágio no Alabama, colocando sua estratégia em questão. Sem isso, mesmo que Bessemer dê origem a novas campanhas, elas também correm o risco de acabar em fracasso.

Para sair do impasse, há quem proponha boicotar a Amazon. Mas mesmo esses militantes, sem saber, enriquecem a transnacional, seja comprando on-line de um concorrente como o eBay, para o qual a Amazon fornece produtos, seja usando a Netflix e o Google, já que a Amazon Web Services fornece energia para vastas porções da internet e armazena seus bancos de dados. Durante uma videoconferência sindical, no dia 6 de março, um militante ficou surpreso com o fato de que a Amazon é dona da rede de supermercados Whole Foods (especializada em produtos “orgânicos” e adquirida em 2017). Outro perguntou como “boicotar a Amazon”, sem saber que simplesmente participar daquele encontro beneficiava a empresa, da qual o Zoom depende para sua computação em nuvem. Em situação de semimonopólio – na terra da livre concorrência... –, a empresa de Bezos se tornou quase impossível de evitar. 

*Maxime Robin é jornalista.

- 1 “Map of Amazon warehouses” [Mapa dos armazéns da Amazon], CNBC, 19 jan. 2020. Disponível em: www.cnbc.com.
- 2 Karen Weise, “Pushed by pandemic, Amazon goes on a hiring spree without equal” [Impulsionada pela pandemia, Amazon entra em espiral de contratações inédita], *The New York Times*, 27 nov. 2020.
- 3 Francesca Paris, “‘The gaps have grown’: Reporter Alec MacGillis talks Amazon, regional inequality and his hometown of Pittsfield” [“As lacunas cresceram”: repórter Alec MacGillis fala sobre Amazon, desigualdade regional e sua cidade natal, Pittsfield], *The Berkshire Eagle*, Pittsfield, 7 abr. 2021.
- 4 Cf. “Presidential results” [Resultados presidenciais], 2016 e 2020, National Public Radio. Disponível em: www.npr.org.
- 5 Citado em Sarah Jones, “It’s not fair to get fired for going to the bathroom”. An Amazon worker in Alabama on the fight for a union” [“Não é justo ser despedido por ir ao banheiro”. Um trabalhador da Amazon do Alabama na luta por um sindicato], *New York Magazine*, 16 mar. 2021. Disponível em: www.nymag.com.
- 6 Ler Sylvie Laurent, “Le dernier combat de Martin Luther King” [O último combate de Martin Luther King], *Le Monde Diplomatique*, abr. 2018.
- 7 Em referência às marchas organizadas em 1965 entre Selma e Montgomery para protestar contra a proibição do voto de negros no sul dos Estados Unidos. Ler Adolf Reed Jr. “‘Selma’ et la légende noire” [“Selma” e a lenda negra], *Le Monde Diplomatique*, mar. 2015.
- 8 Lee Fang, “Amazon hired Koch-backed anti-union consultant to fight Alabama warehouse organizing” [Amazon contratou consultor antissindical apoiado pelo Koch para lutar contra a organização trabalhista em armazéns do Alabama], *The Intercept*, 10 fev. 2021. Disponível em: www.theintercept.com.
- 9 David Streitfeld, “How Amazon crushes unions” [Como a Amazon esmaga os sindicatos], *The New York Times*, 16 mar. 2021.
- 10 Joe Nocera, “Unions are back in favor. They need to seize the moment” [Sindicatos voltam à moda. Eles precisam aproveitar o momento], *Bloomberg Businessweek*, 21 mar. 2021. Disponível em: www.bloomberg.com.

EX-PRESIDENTE É O CRONISTA DE SUA PRÓPRIA FALTA DE AUDÁCIA

Obama, de Dom Quixote a Sancho Pança

Poucos presidentes norte-americanos despertaram tanto entusiasmo e se beneficiaram de tanta popularidade internacional. Ao final, contudo, restou um sentimento de que faltou alguma coisa. Em suas *Memórias*, Barack Obama apresenta algumas chaves para entender essa decepção. Elas podem explicar a atual audácia econômica de seu antigo vice-presidente?

POR SERGE HALIMI*

As obras dos dirigentes políticos que rememoram sua carreira depois de ter fracassado merecem ser lidas por quem gostaria de fazer melhor que eles. Quando se veem obrigados a admitir a desilusão que provocaram, atribuem-na com frequência ao irrealismo de seus partidários, à fúria de seus adversários, à complexidade do mundo, a um jogo político que os obriga a prometer mais do que podem cumprir. Segue-se que mesmo uma presidência decepcionante comporta uma realização que gostamos de exaltar. O primeiro volume das *Memórias* de Barack Obama termina com o relato pormenorizado do cerco e execução de Osama bin Laden...¹

Mas o autor, que já deve estar pensando no capítulo final do segundo volume, não pode ir muito longe na apresentação eufemística de seu balanço. É que sua presidência, iniciada em 20 de janeiro de 2009 num clima de euforia, após uma vitória eleitoral contundente e sob os auspícios do “Yes, we can” [Sim, podemos], encerrou-se oito anos depois com a chegada de Donald Trump à Casa Branca. E o que sem dúvida é mais grave para Obama: já não resta muita coisa de seus anos de exercício do poder na memória coletiva, a ponto de um dos presidentes mais inteligentes e brilhantes correr o risco de ter marcado menos a história de seu país que seu sucessor imediato, bem menos dotado que ele.

Tal como nós, o autor parece analisar seu percurso e suas realizações. E, tal como nós, ele se interroga: afinal, o que queria Barack Obama? O poder, sem dúvida. Militante associativo, decidiu entrar para a política porque não se contentava com gerenciar as consequências de decisões alheias. Em seguida, concluiu que um parlamentar minoritário de um estado do Meio-Oeste seria menos poderoso que um eleito para o Congresso. Depois, já senador por Illinois, voltou o olhar para a Casa Branca. Contra todas as expectativas,



Barack Obama na Sala Roosevelt da Casa Branca, em 2010

superou Hillary Clinton nas primárias democratas antes de suceder a George W. Bush ao final de uma campanha vibrante e alegre. Quase sempre, fez a escolha certa no momento certo – como se opor corajosamente, no outono de 2002, à Guerra do Iraque. E a sorte lhe sorriu: a crise financeira de setembro de 2008 desqualificou os republicanos semanas antes da eleição geral. Obama se tornou o primeiro presidente afro-americano da história dos Estados Unidos.

Missão cumprida e fim de percurso? Somos tentados a pensar assim, tanto mais que, quanto ao resto, seus objetivos pareciam vagos e permaneceriam letra morta: mudar o modo de fazer política, eliminar as divisões do país, incitar os jovens a servir ao interesse geral. Uma vez eleito, o homem que justificava sua ambição desmedida alegando a vontade de “mudar o mais rápido possível” não parou de repisar a ideia de que a mudança leva tempo. No início de suas *Memórias*, lembrando o jovem militante associativo que foi, Obama se entenece: “Eu era como Dom Quixote sem Sancho Pança”. Na Casa Branca, desse cavaleiro que combatia o mal, só restará a figura esbelta.

O capítulo no qual Obama justificava a escolha de seus colaboradores

mais próximos parece resumir sua presidência: não seria o caso de aproveitar a crise econômica e financeira para transformar o sistema, como fez Franklin Roosevelt, mas de repará-la. As coisas já iam suficientemente mal, parece dizer o novo presidente; não convocarei, para piorá-las ainda mais, pessoas que gostariam de mudar tudo. Rahm Emanuel, seu chefe de gabinete, havia apoiado Hillary Clinton, tinha contatos em Wall Street, comparecia ao Fórum Econômico de Davos? Não importa: “Com uma economia mundial em queda livre, minha tarefa número um não era reformular a ordem econômica mundial”, escreve. “Cumprida evitar um desastre de maior amplitude. Para isso, eu precisava de pessoas que houvessem gerido crises e fossem capazes de acalmar os mercados em pânico – pessoas a quem, por definição, pudéssemos censurar os pecados do passado.” O mesmo raciocínio impediu-o de escolher um ministro da Economia que não fosse um produto puro do sistema capitalista. Qualquer outro que não Timothy Geithner “precisaria de meses para compreender tão bem quanto ele a crise financeira e travar relações com os atores da finança mundial; ora, desse tempo eu não dispunha”.

BANQUEIROS SEQUESTRADORES

A impopularidade do plano de salvação dos bancos, elaborado pela nova equipe, decorreu do fato de confiar aos responsáveis pelo desastre a missão de remediá-lo. Obama exprimiu sua irritação diante da falta de “gratidão” dos banqueiros que ele havia “salvado do incêndio”, enquanto milhões de norte-americanos iam à falência sem que o Estado os socorresse. Ele admitiu: “É inútil dissimular as evidências. Os maiores responsáveis pelas desgraças econômicas do país continuaram fabulosamente ricos. Escaparam a qualquer processo porque as leis em vigor consideravam que a irresponsabilidade e a desonestidade espantosas dos conselhos de administração ou das salas de negociação eram menos reprováveis que o roubo de um adolescente numa loja”. Mas também aí ele se defende dizendo que não tinha escolha: os banqueiros mantinham a economia “como refém” e traziam “bombas no cinto”. Obama admite, porém, que chegou a lamentar não ter sido “mais corajoso nos primeiros meses” de seu mandato. Talvez isso explique hoje a audácia relativa do homem que foi seu vice-presidente durante oito anos.

A comparação entre eles é ainda mais tentadora no caso da Guerra no Afeganistão. Obama preferiu conservar o ministro da Defesa de seu predecessor, Robert Gates, “um republicano, um falcão, um defensor das intervenções estrangeiras”, porque... “ele sabia como funcionava o Pentágono e onde estariam as armadilhas a evitar”. Quase imediatamente, observa que os chefes militares queriam pressioná-lo, tornando públicas suas preferências no caso afegão, antes que ele se decidisse. Exasperado, convidou-os à Casa Branca e chamou-os à ordem, mas aceitou suas recomendações, pois acabou enviando mais tropas ao Afeganistão. Se Joe Biden mantiver a decisão que acaba de anunciar, será preciso esperar até 11 de setembro próximo para que todas saiam de lá. Doze anos perdidos.

Um livro anterior de Obama, publicado em 2006, trazia o título de *A audácia da esperança*.² Pinta um horizonte menos empolgante, porém mais conforme ao que foi sua presidência: “Seria útil descrever o mundo tal qual ele deveria ser se os esforços empregados para isso não são suficientes?”.

*Serge Halimi é diretor do *Le Monde Diplomatique*.

1 Barack Obama, *A Promised Land* [Uma terra prometida], Crown, Nova York, 2020. As citações que se seguem são extraídas dessa obra.

2 Barack Obama, *L'Audace d'espérer* [A audácia da esperança], Presses de la Cité, Paris, 2007.

ESTADOS UNIDOS, UM VIZINHO MUITO INVASIVO

México abala a tutela norte-americana

O México observa sua soberania ser dilapidada por todas as partes. No plano institucional, pela corrupção. No territorial, pelos cartéis. No econômico, pelo livre-comércio. E, no geopolítico, por sua proximidade “maldita” com os Estados Unidos. Nesse último campo, o presidente López Obrador operou uma mudança discreta, porém determinante

POR LUIS ALBERTO REYGADA*

Em 15 de dezembro de 2020, o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador (conhecido como AMLO), enviou uma carta de parabéns a Joe Biden, eleito para a Casa Branca algumas semanas antes. Em meio a protocolos esperados, a carta foge de um simples gesto diplomático de boa vizinhança: “Estamos certos de que, com seu governo, será possível seguir os princípios de política externa consagrados em nossa Constituição, em particular a não intervenção e [o direito à] autodeterminação dos povos”. Convencido de que a segurança e a prosperidade dos Estados Unidos estão “intimamente ligadas à situação no México”, o Departamento de Estado, há muito tempo, faz da supervisão do vizinho ao sul uma “prioridade absoluta”,¹ sem se preocupar muito com a questão da soberania.

Um escândalo recente marca esse espírito. O julgamento de Joaquín “El Chapo” Guzman, que terminou em 2019, revelou como a Agência de Alcool, Tabaco, Armas de Fogo e Explosivos (ATF) – supostamente encarregada de combater o tráfico de armas – “acidentalmente” se tornou um dos

fornecedores de fuzis de assalto do cartel de Sinaloa.² Por meio de seu projeto Gunrunner [traficantes de armas] e da Operação Fast and Furious,³ a ATF permitiu que contrabandistas ligados a traficantes de drogas obtivessem armas nos Estados Unidos e as contrabandeassem por meio da fronteira, em uma tentativa de seguir seu rastro. Desde 2006, e durante cinco anos, 2.500 armas, de fuzil semiautomático a antitanque, caíram nas mãos dos cartéis, com o consentimento tácito de agentes norte-americanos – que não se importaram com o impacto de seus métodos: as Kalashnikovs que passaram por esses programas secretos foram as mesmas que causaram a morte de seus próprios colegas da polícia de migração e da Patrulha de Fronteira dos Estados Unidos.

Entretanto, nada disso teria sido possível sem o aval de dirigentes mexicanos. Em 2002, quando o então presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, criou um comando militar para supervisionar a parte norte do continente (o US Northern Command – Northcom), seu homólogo, Vicente Fox, praticou uma diplo-

macia de resguardo e aplaudiu o estabelecimento do perímetro de segurança norte-americano. Em 2005, onze anos após o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), a Parceria para a Segurança e Prosperidade (SPP) entrelaçou ainda mais as políticas de segurança dos dois países. Em 2007, Felipe Calderón apelou ao “Tio Sam” para ajudá-lo em sua “guerra ao narcotráfico”. A Iniciativa Mérida tornou-se então a pedra angular da cooperação entre México e Washington.

PRESIDENTE GRAMPEADO

No papel, esse programa financiado pelo Departamento de Estado e pela Agência para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) visa “fortalecer a segurança mexicana e as instituições judiciais”, bem como o direito do Estado de “conter a violência” e “proteger a fronteira”. Ao mesmo tempo, deve “intensificar os esforços dos Estados Unidos em seu território para acabar com o tráfico de armas, dinheiro e a demanda de drogas”.⁴ De forma mais concreta, a iniciativa assume a forma de um envelope de meio bilhão de dólares destinado à

compra de equipamentos norte-americanos pelas forças de segurança mexicanas (veículos blindados, aviões de patrulha marítima, helicópteros de combate etc.), além de US\$ 3 bilhões para um fundo destinado a intensificar a presença norte-americana ao sul do Rio Bravo.

Calderón abriu amplamente as comportas da colaboração com os serviços de inteligência do norte. Seu governo autorizou o estabelecimento do Sistema de Vigilância Técnica do México, um programa que permite a Washington geolocalizar, interceptar e analisar as informações provenientes de qualquer sistema de comunicação (telefone e internet) no México. Em novembro de 2010, uma investigação jornalística revelou que nove agências de inteligência norte-americanas fixaram residência em um arranha-céu localizado não muito longe da embaixada dos Estados Unidos.⁵ Entre as entidades hospedadas, estavam a Defense Intelligence Agency (DIA, inteligência militar), o National Reconnaissance Office (NRO, imagens de satélite) e a National Security Agency (NSA, de inteligência digital).

Considerando que o tapete vermelho não estava suficientemente estendido, os Estados Unidos decidiram ir além dos termos dos acordos firmados com o vizinho. Em 2013, denúncias de Edward Snowden revelaram uma estação clandestina do Serviço de Coleta Especial (Special Collection Service – SCS), um programa secreto administrado em conjunto pela CIA e a NSA. Atuante na capital mexicana, seus agentes reuniam informações políticas e econômicas, notadamente interceptando comunicações de altos funcionários e, às vezes, do próprio presidente da República.⁶

Nacionalista convicto, AMLO não aceitou essa interferência. Poucos dias após sua vitória, em 1º de julho de 2018, e ao se preparar para receber como presidente eleito a visita de Mi-

À LA CARTE

Os melhores atores, nos melhores filmes

R\$ 9,90 mensal ou R\$ 108,90 anual

www.belasartosalacarte.com.br

ke Pompeo, secretário de Estado de Donald Trump, declarou que pretendia rescindir um contrato de compra de oito helicópteros militares no valor de US\$ 1,2 bilhão. No mês seguinte, seu futuro ministro da Segurança Pública declararia que “a colaboração no campo militar [com os Estados Unidos] não é a melhor forma de lidar com os problemas de insegurança”, antes de lançar uma pequena bomba: “Teremos de reconsiderar todos os acordos de cooperação existentes entre nossos países”.⁷

Desde que se instalou no Palácio Nacional, no início de dezembro de 2018, López Obrador mantém ativamente as agências de repressão às drogas dos Estados Unidos fora de sua estratégia. Poucos meses depois de reformular o corpo policial e abandonar a luta frontal contra os cartéis, anunciou em entrevista coletiva em 7 de maio de 2019: “Não queremos mais a Iniciativa Mérida”. O México solicitou que a ajuda norte-americana fosse redirecionada para projetos de desenvolvimento econômico, especialmente no sudeste do país e na América Central, a fim de conter a migração que tanto preocupava Trump.

A nova política de segurança de AMLO, entretanto, luta para provar seu valor. A incipiente Guarda Nacional não está conseguindo conter a taxa cada vez maior de homicídios, muito menos enfraquecer grupos criminosos. As forças de segurança sofreram vários reveses: catorze policiais pereceram em uma emboscada e um comando fortemente armado por pouco não conseguiu assassinar o chefe da força policial do México, no coração da capital.

Em novembro de 2019, chegou-se perto de uma crise diplomática após o massacre de uma família mexicano-americana no nordeste do estado de Sonora (fronteira com o Arizona), por membros do crime organizado. A opinião pública dos Estados Unidos estava em choque. Um editorial do *Wall Street Journal* ridicularizou a “rendição” de um governo à frente de um país “perigosamente perto de um Estado falido”. “Se o México não puder controlar seu território, os Estados Unidos terão de fazê-lo. [...] Uma operação militar não está descartada.”⁸ Quando Washington ameaçou incluir cartéis mexicanos na lista de “organizações terroristas estrangeiras” listadas pelo Departamento de Estado, o chanceler mexicano, Marcelo Ebrard, rebateu e reafirmou que o país “jamais tolerará qualquer ação que prejudique sua soberania nacional”, ciente de que tal designação teria consequências jurídicas que incentivariam a interferência (Twitter, 27 nov. 2019).

No último ano, o México trabalhou muito para se manter dentro dos limites diante de um parceiro comercial tão imprevisível quanto poderoso. Contudo, no fim de outubro de 2020, o governo mexicano bateu o punho na mesa, julgando intolerável não ter sido informado de uma investigação dirigida a um ex-ministro da Defesa, o general Salvador Cienfuegos, preso em sua chegada a Los Angeles, indo visitar sua família. Determinado a obrigar o governo dos Estados Unidos a respeitar os acordos de cooperação, AMLO estava disposto a abrir um precedente. Ele pediu a libertação do soldado aposentado, acusado pelo DEA de conluio com traficantes de drogas. Preferindo não colocar em risco a sustentabilidade de suas agências federais em território mexicano, a Justiça norte-americana aceitou – para surpresa de todos – abandonar seus procedimentos, argumentando “questões delicadas e importantes de política externa”,⁹ algo jamais visto.

A medida mostra que os dois países “são mais fortes quando trabalham juntos e respeitam a soberania de suas nações”, disse um comunicado conjunto presumivelmente ditado por diplomatas mexicanos.¹⁰ Cienfuegos foi enviado de volta ao México para julgamento, e a DEA compartilhou suas provas, resultado de uma investigação de oito anos. Mas, para o governo de López Obrador, “nada mais será como antes”, indicam colaboradores próximos: “a confiança foi rompida”.¹¹

CAMUFLADO POR WASHINGTON

O Executivo continua comprometido em melhor supervisionar as atividades das agências de segurança e inteligência dos Estados Unidos. Ele dá um novo pontapé no formigueiro ao propor uma reforma – adotada em apenas dez dias, em 15 de dezembro de 2020 – na lei de segurança nacional. Acostumados a operar quase sem restrições, a DEA, o FBI, a CIA e a Immigration and Customs Enforcement (ICE) agora serão responsáveis perante as autoridades locais.

Em 14 de janeiro de 2021, o Ministério Público mexicano anunciou o resultado de sua investigação sobre Cienfuegos: nada conclusivo; o general não será processado. Em entrevista coletiva, AMLO castiga a DEA e a acusa de ter criado um processo. “Não podemos deixar nenhuma dúvida pairar sobre o governo e suas instituições. Por isso, decidimos publicar todo o dossiê”.¹² As 750 páginas da investigação dos Estados Unidos foram tornadas públicas no mesmo dia – uma afronta ao Departamento de Justiça. Os opositores de López Obrador – os círculos conser-

UMA DIPLOMACIA REGIONAL COMBATIVA

Avontade do presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), de emancipar seu país dos Estados Unidos está evidente desde sua cerimônia de posse, em 1º de dezembro de 2020: o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, odiado por Washington, foi convidado. No mesmo dia, López Obrador lançou um plano de desenvolvimento integral com El Salvador, Guatemala e Honduras, marcando uma reorientação estratégica para o sul.

Rapidamente, o México demonstrou que seu retorno ao princípio do não intervencionismo não é sinônimo de indiferença ou passividade. Ele se opõe às pressões do Grupo de Lima – que reúne países americanos que não reconhecem o governo de Maduro –, mas sem deixar a organização. Prefere criar outros recursos de ação, como o mecanismo de Montevideu, com o Uruguai, e a Comunidade do Caribe, para promover o diálogo. Em 13 de agosto de 2019, em entrevista ao Canal Once, seu chanceler, Marcelo Ebrard, criticou as receitas norte-americanas, “que só podem levar ao desastre”.

O governo de AMLO também se reconciliou com uma antiga tradição: o asilo político. Este último foi concedido tanto a figuras próximas do ex-presidente equatoriano Rafael Correa, perseguidos por Quito, quanto a um deputado de oposição venezuelano. A Cidade do México acolheu especialmente o presidente boliviano, Evo Morales, após o golpe de Estado que o derrubou em novembro de 2019. Nessa ocasião, o México criticou abertamente o papel desempenhado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), destacando o papel nocivo de seu secretário-geral, Luis Almagro.

Ao mesmo tempo, pretende redinamizar a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), cuja presidência assumiu em 8 de janeiro de 2020. O objetivo não é criar um eixo progressista em uma lógica de enfrentamento da direita, e sim favorecer a unidade do bloco latino-americano nas instituições multilaterais – nas quais a diplomacia mexicana sonha ter um papel cada vez mais importante. (L.A.R.)

vadores que antes abriam as portas aos norte-americanos – estão construindo todo tipo de teorias para explicar sua atitude: ele estaria sujeito ao poder dos militares, em conluio com traficantes de drogas; seria um populista que joga com a fibra nacionalista para se preparar para as próximas eleições. “Talvez a reação do presidente seja simplesmente uma resposta à indignação provocada pela atitude questionável de uma agência estrangeira demasiado intervencionista e que precisava ser detida de uma vez por todas”, sugere o jornalista Jorge Zepeda.¹³

Resta saber se o presidente mexicano conseguirá convencer seu novo homólogo, Joe Biden, a revisar os termos de uma cooperação que foi ineficaz para a migração e desastrosa em termos de segurança – dois assuntos que certamente ressurgirão durante a gestão do presidente democrata. O Departamento de Estado norte-americano poderia dar o primeiro passo reconhecendo a morte da Iniciativa Mérida. Por enquanto, o Congresso dos Estados Unidos já planejou um pacote de US\$ 150 milhões para financiar a iniciativa em 2021.

*Luis Alberto Reygada é jornalista.

Chapo's jury to hear how the US government sent guns to the Sinaloa cartel” [Os promotores não querem que o júri de El Chapo ouça como o governo dos EUA enviou armas ao cartel de Sinaloa], *Vice*, 10 dez. 2018. Disponível em: www.vice.com.

3 Em referência à série de filmes *Velozes e furiosos*.

4 Site da Embaixada dos EUA no México (<https://mx.usembassy.gov>), Jorge Carrasco A. e J. Jesús Esquivel, “El gran espía” [O grande espião], *Proceso*, 14 nov. 2010.

6 Jens Glüsing, Laura Poitras, Marcel Rosenbach e Holger Stark, “NSA accessed Mexican president's email” [NSA acessou a caixa de e-mail do presidente], *Der Spiegel International*, Hamburgo, 20 out. 2013.

7 Diego Oré, “Incoming Mexican president to review US security cooperation-aide” [Novo presidente mexicano vai revisar acordos de cooperação de segurança com os EUA], *Reuters*, 3 ago. 2018.

8 “The cartelization of Mexico” [A cartelização do México], *The Wall Street Journal*, Nova York, 6 nov. 2019.

9 Michael O'Boyle e John Harney, “US dropping drug charges against Mexico's ex-defense chief” [EUA retiram as acusações de drogas contra o ex-chefe da defesa do México], *Bloomberg*, Nova York, 17 nov. 2020.

10 Comunicado Conjunto do Procurador-Geral da República do México e do Procurador-Geral dos Estados Unidos, 17 nov. 2020. Disponível em: www.gob.mx/fgr.

11 J. Jesús Esquivel, “Con Estados Unidos ‘se perdió la confianza’ y ‘ya nada será igual’” [Com os Estados Unidos, “a confiança foi perdida” e “nada mais será como antes”], *Proceso*, 21 nov. 2020.

12 “Presidente instruye a SRE publicar expediente completo de investigación contra el general Salvador Cienfuegos Zepeda” [O presidente instrui a SRE a publicar todo o processo de investigação contra o general Salvador Cienfuegos Zepeda], nota à imprensa da presidência da República, 15 jan. 2021.

13 Jorge Zepeda Patterson, “Cienfuegos, la otra explicación” [Cienfuegos, a outra explicação], *Milenio*, México, 19 jan. 2021.

1 “Integrated Country Strategy – Mexico” [Estratégia integrada de países – México], Departamento de Estado americano, 3 ago. 2018. Disponível em: www.state.gov.

2 Keegan Hamilton, “Prosecutors don't want El

RUANDA, O ÚLTIMO GENOCÍDIO DO SÉCULO XX

Na França, a verdade continua bloqueada

Nos últimos meses, dois relatórios estabeleceram a responsabilidade acachapante da França e de François Mitterrand no genocídio dos tútsis em Ruanda em 1994. Essa cumplicidade é reflexo da história ou um simples arranjo político pontual entre os países? Na França, o controle do acesso aos arquivos constituiu um entrave para a busca por respostas

POR FRANÇOIS GRANER*

“Responsabilidades esmagadoras”: em 26 de março de 2021, após dois anos de trabalhos, a Comissão de Pesquisa sobre os Arquivos Franceses Referentes a Ruanda e ao Genocídio dos Tútsis (1990-1994), chefiada pelo historiador Vincent Duclert, lançou nova luz sobre a ação da França nesse pequeno país da África dos Grandes Lagos. Ainda assim, zonas de sombra persistem por motivo do segredo que rodeia a política africana de Paris e da dificuldade de acesso aos documentos oficiais da época.

Os militares envolvidos estão hoje desobrigados do dever de sigilo, mas o acesso aos arquivos continua dependente de autorizações excepcionais. O Código do Patrimônio (artigo L. 213-4) impede a abertura dos referentes ao Executivo (presidência e governo) durante pelo menos 25 anos. Porém, segundo o jurista Bertrand Warusfel, a maior parte dos segredos, mesmo militares, perde importância ao fim de dez ou quinze anos.¹ Os pesquisadores podem, é certo, pleitear exceções, mas estas são concedidas conforme a boa vontade do próprio Executivo. Um mesmo telegrama diplomático de 1993 podia assim ser examinado em determinado momento, por todos os pesquisadores, em La Courneuve (arquivos do Ministério das Relações Exteriores), mas apenas a pedido, por outros, em Pierrefitte (Élysée); uma mesma ficha da Direction Générale de la Sécurité Extérieure (DGSE) é acessível em Pierrefitte, mas não em Vincennes (Ministério das Forças Armadas)...

Outro cadeado preserva as autoridades da curiosidade dos cidadãos e pesquisadores: o segredo de defesa. Apesar do nome, ele pode proteger arquivos sem nenhuma relação com a defesa. Segundo um relatório oficial de 2018, 5 milhões de documentos são considerados sigilosos, metade dos quais pelo Ministério das Forças Armadas; os outros provêm

do Ministério do Interior ou dizem respeito a assuntos nucleares para fins civis e mesmo... à agricultura.² Os documentos que o Ministério das Forças Armadas libera são frequentemente sem interesse, incompletos ou rasurados. “As peças liberadas são a biblioteca rosa”, ironiza Marc Trévidic. O ex-juiz antiterrorista se pergunta sobre a conformidade à Constituição de um princípio que permite ao Poder Executivo pôr entraves à justiça em assuntos “sensíveis”.³

A política francesa para Ruanda, entre 1990 e 1994, pertence a essa categoria. Como todos os presidentes da V República, François Mitterrand apoiou, em nome da “estabilidade” do continente, regimes autoritários considerados favoráveis à França. Em 1990, esse foi o caso do presidente Juvénal Habyarimana, ameaçado pela rebelião da Frente Patriótica Ruandense (FPR), hoje no poder. O Élysée tomou a decisão sozinho, ignorando o Parlamento e o resto do governo, como confirma o relatório Duclert. As informações sobre os preparativos de um genocídio dos tútsis foram sistematicamente ignoradas; os precavidos, como o coronel René Galinié, adido de defesa em Kigali, o general Jean Varret, chefe da cooperação militar, e Claude Silberzahn, que dirigia a DGSE, foram afastados e substituídos.

Em 1993, as acusações vieram a público.⁴ O Élysée e o Estado-Maior acenderam contrafogos midiáticos: *Le Canard Enchaîné*, *Le Monde*, *Libération* e *France Inter*, principalmente, reproduziram o relato simplificador de um regime legítimo atacado por um movimento armado estrangeiro baseado em Uganda e favorável aos interesses anglo-saxões (os “Khmers negros” da FPR). Essa negação, enraizada no segredo das deliberações governamentais, duraria um quarto de século. Após o atentado de 6 de abril de 1994, que matou o presidente Habyarimana e seu colega do Burundi, Cyprien Ntaryamira, os to-

madores de decisão franceses se esmeraram no apoio aos extremistas hutus, que levavam adiante o assassinato de seus principais adversários, tomavam o poder e exterminavam sistematicamente os tútsis. Entre 7 de abril e 17 de julho de 1994, 800 mil homens, mulheres e crianças foram massacrados, segundo a ONU.⁵ Como entender a atitude das autoridades francesas? Somente o acesso aos arquivos permitirá responder a essa pergunta.

Trata-se, sobretudo, de uns 10 mil documentos do Élysée, depositados nos Arquivos Nacionais em Pierrefitte, e de outro tanto do Ministério das Relações Exteriores, entre os quais muitos telegramas diplomáticos e cerca de meio milhão de fichas DGSE, às vezes duplicadas em vários locais. Acrescentem-se uns 200 mil documentos de interesse variado, dispersos pelas salas do Serviço Histórico da Defesa (SHD) em Vincennes. No total: cerca de 20 metros lineares.

Sob a pressão crescente de jornalistas e associações, o Parlamento, a justiça e os presidentes François Hollande e depois Emmanuel Macron autorizaram, cada um, a liberação de um ou vários milhares de documentos. Mas a maioria das peças continua inacessível ao público, e as condições de consulta das outras desencorajam a pesquisa, notadamente em virtude da impossibilidade de tirar cópias. Também é proibido publicar esses documentos on-line. Os mais difíceis de acessar são os arquivos do Ministério das Forças Armadas, que nem sequer fornece o inventário do SHD.⁶

Os poderes públicos reagem lentamente e com prudência às interpeleções dos pesquisadores e investigadores. Por isso, as revelações do jornalista Patrick de Saint-Exupéry no *Le Figaro* (12-15 jan. 1998), questionando a atitude da França durante o genocídio, redundaram numa simples Missão de Informação Parla-

mentar (MIP), em 3 de maio de 1998, quando uma comissão de investigação teria sido mais eficaz. “Sei que alguns arquivos foram encontrados após o fim da missão parlamentar”, lamentou mais tarde o coronel André Ronde, que fora encarregado de responder às perguntas dos parlamentares. “Isso foi intencional ou não? Ignoro-o” (France Culture, 7 abr. 2016).

Em outros pontos, a MIP se autocensura. Ela não convocou, por exemplo, o capitão Paul Barril, ex-guarda do Élysée que se tornou mercenário e foi várias vezes citado nas investigações sobre Ruanda. Promoveu numerosas audiências, mas algumas a portas fechadas, como as dos diretores da DGSE ou de vários militares. Não publicou a carta do general Jean Rannou, datada de 15 de junho de 1998, que enumerava as características das duas caixas-pretas do Falcon 50 presidencial abatido em 6 de abril de 1994. A MIP forneceu, todavia, algumas informações úteis, como os alertas enviados pelo general Varret desde 1990: “Eles são muito pouco numerosos, vamos liquidá-los”, dissera-lhe o comandante da guarda ruandense sobre os tútsis. Revelou também, em parte, o controle exercido pelo coronel francês Didier Tauzin sobre o Exército ruandense, em fevereiro-março de 1993. Infelizmente, seu relatório final se limitou a uma síntese parcial de seus trabalhos.

A partir de 2005, as denúncias de tútsis sobreviventes levaram a justiça a pedir a liberação de arquivos militares. Mas, de novo, a liberação continua parcial, como informa o *Journal Officiel*, onde são consignadas as recusas proferidas pelos magistrados.⁷ Em 2015, a promessa de Hollande de abrir os arquivos do Élysée a todos os pesquisadores se chocou com a procuradora de Mitterrand, Dominique Bertinotti, que só concedeu autorizações de consulta a conta-gotas, sem direito a fotografar. Sob pressão dos pesquisadores e associações de vítimas, o Conselho de Estado, em sessão solene em 12 de junho de 2020, decidiu em favor do “interesse de informar o público sobre esses acontecimentos históricos”, contra a “proteção de segredos de Estado”.⁸ Essa fórmula geral, pronunciada num caso específico, soa como uma advertência. Em outras democracias, como o Reino Unido, um pedido assim pode ser atendido em seis semanas e posto on-line após outro período semelhante.

Em abril de 2019, Macron, ansioso para melhorar a imagem da França em Ruanda e na África, autorizou a comissão de universitários presidida por Duclert. Deu-lhe acesso a um conjunto de arquivos tanto civis quanto militares. Nenhum especialista dos Grandes Lagos africanos

participou, sob pretexto de que se tratava, antes de tudo, de analisar o funcionamento do Estado. O volumoso relatório que daí resultou cita 8 mil documentos oriundos principalmente do Élysée, de Matignon, da DGSE e do SHD. Recoloca em seu devido lugar, finalmente, os que tentavam negar o genocídio dos tútsis e imputar à FPR um crime parecido (a tese falaciosa do “duplo genocídio”) ou livrar a França de toda responsabilidade.

Esse relatório é sem dúvida necessário, mas permanece insuficiente, atrasado com relação aos dados obtidos pela pesquisa universitária e jornalística. Seus limites são de vários tipos. Os próprios autores reconhecem que alguns arquivos estão faltando ou talvez tenham sido destruídos. O escritório da Assembleia Nacional recusou-se, assim, a comunicar a totalidade dos existentes na MIP – e não apenas os processos verbais das audiências a portas fechadas. Além disso, a Comissão Duclert, encarregada de estudar o período 1990-1994, excluiu documentos posteriores, mas pertinentes. “A pretensa implicação de oficiais ou soldados franceses no atentado [de 6 de abril de 1994]”, afirma ele na página 334, “só foi aventada por ocasião de um artigo da jornalista Colette Braeckman, publicado em 22 de junho no periódico belga *Le Soir* e tido como ‘efabulação’ pelo embaixador da França na Bélgica”. No entanto, outras fontes sustentam essa implicação, sobretudo a ficha DGSE de 14 de novembro de 1995, segundo a qual “um mercenário francês, Patrick Ollivier, estaria envolvido nesse caso e teria se utilizado de suas relações junto aos ministérios franceses da Cooperação e das Relações Exteriores a fim de ocultar a verdade”.⁹

Além disso, na análise dos arquivos que entram em sua esfera, o relatório parece cheio de lacunas. Procura-se aí, em vão, o que disse a parte francesa das longas conversas ocorridas de 9 a 13 de maio de 1994 entre o general Jean-Pierre Huchon, adido de defesa em Kigali, e o tenente-coronel Ephrem Rwabalinda, que solicitou a ajuda de Paris. Este último figura entre os adjuntos do chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Ruandenses (FAR) que participaram do genocídio. “Os militares franceses”, explicou o oficial das FAR em seu próprio relato dessas conversas, “estão de pés e mãos atados para fazer uma intervenção qualquer em seu favor por causa da opinião da mídia, que só a FPR parece controlar. Se nada for feito para melhorar a imagem do país no exterior, as autoridades militares e políticas de Ruanda serão responsabilizadas pelos massacres ali cometidos.” Em consequência,

acrescenta, “o combate midiático é uma urgência. Ele condiciona as operações ulteriores”.¹⁰

De modo geral, o relatório, que se concentra no período antes do genocídio, minimiza a ajuda francesa (qualificada de “estratégia indireta” pelo general Christian Quesnot) prestada durante os massacres ao Governo Interino Ruandês (GIR) e às FAR. Passa por alto pela questão do fornecimento de munições após 6 de abril de 1994, que, no entanto, está suficientemente estabelecida para ser objeto de uma queixa de cumplicidade no genocídio. E não diz absolutamente nada sobre a presença, também bem atestada, de uma boa dezena de soldados franceses na zona governamental entre abril e junho, após a evacuação oficial de todos os efetivos da França. Que papel desempenharam eles? O relatório também não examina as seis fichas DGSE relativas às duas pequenas equipes de mercenários comandados por Barril e Robert “Bob” Denard. Barril, porém, assinou com o primeiro-ministro do GIR, em 28 de maio de 1994, um contrato de assistência intitulado “Inseticida”. Lembrando: os extremistas hutus chamavam suas vítimas tútsis de “baratas”.

Outra zona sombria importante foi a operação militar Turquoise [Turquesa] (22 de junho a 22 de agosto de 1994), lançada por Paris com o aval do Conselho de Segurança da ONU, oficialmente para pôr fim aos massacres. Poucos dias após o início da operação, cerca de 2 mil tútsis refugiados nas colinas de Biseseo, a oeste de Ruanda, foram abandonados a seus assassinos, embora os militares franceses estivessem nas imediações, informados de sua presença. Desses fatos incriminadores, o relatório faz uma narração incompreensível para leigos. Estranhamente, deixa de mencionar que cerca de oitocentos desses refugiados foram por fim salvos em 30 de junho, por iniciativa de militares franceses que agiram sem receber ordens. Limita-se a retomar parte das justificativas do Exército (“insuficiência de informações”, “capacidade militar ainda limitada”, “preocupação com o respeito às ordens recebidas do poder político”), apesar da massa de arquivos que as contradizem.

Um inquérito por cumplicidade no genocídio, apresentado pelos sobreviventes de Biseseo, quer saber por que nenhuma ordem de proteção e resgate foi dada e a quem toca a responsabilidade, no local e em Paris. Os documentos secretos que foram recusados aos juízes figuram no âmbito acessível à comissão, que sabia de sua existência. Procurou-os, encontrou-os? Seja como for, não deu

DAS EXPULSÕES AO EXTERMÍNIO

- **1959** “Toussaint ruandense”: expulsão de dezenas de milhares de tútsis, principalmente para Uganda.
- **1962** Independência.
- **1963** Massacre de tútsis pelo poder hutu.
- **1973** Golpe de Estado do general hutu Juvénal Habyarimana. Massacre de tútsis.
- **18 de julho de 1975** Acordo de assistência militar França-Ruanda.
- **1986** Yoweri Museveni toma o poder em Uganda com o apoio dos tútsis exilados e reunidos na Frente Patriótica Ruandense (FPR) de Paul Kagamé.
- **1º de outubro de 1990** Ofensiva militar da FPR a partir de Uganda.
- **1993**
18 de agosto Acordos de paz de Arusha (Tanzânia) entre o governo ruandense e a FPR.
- **5 de outubro** Criação da Missão das Nações Unidas para a Assistência de Ruanda (Minuar).
- **1994**
Janeiro-março Primeiros assassinatos cometidos pelas milícias.
- **6 de abril** O presidente Habyarimana e seu colega do Burundi, Cyprien Ntaryamira, morrem num atentado contra seu avião. Assassinato de dez capacetes-azuis belgas.
- **Abril-julho** Genocídio de tútsis pelas milícias Interhamwe e Impuzamugambi, às vezes auxiliadas pelas Forças Armadas Ruandenses (FAR).
- **22 de junho** Prevista para dois meses e autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, a operação Turquoise, chefiada pelo Exército francês, deve proteger os civis ruandenses e distribuir ajuda humanitária.
- **Julho** A FPR toma o poder em Kigali.
- **6 de dezembro de 1997** A Comissão de Pesquisa Parlamentar belga, investigando os acontecimentos em Ruanda, cons-

tata que “a comunidade internacional e alguns de seus membros, entre os quais a Bélgica, fracassaram em 1994”.

• **1998** A Missão de Informação Parlamentar sobre Ruanda (França) reconhece “graves erros de avaliação”.

• **2000**

14 de abril Kagamé é eleito presidente de Ruanda; seria reeleito em 2003, 2010 e 2017.

7 de julho O grupo internacional de personalidades comissionado pela Organização da Unidade Africana (OUA) entrega seu relatório, intitulado “Ruanda: o genocídio que poderia ter sido evitado”.

• **24 de novembro de 2006** Ruanda rompe relações diplomáticas com a França em protesto contra os processos abertos pelo juiz Jean-Louis Bruguière que responsabilizavam ruandenses citados na investigação sobre o atentado de 6 de abril de 1994.

• **5 de agosto de 2008** Nomeada por Kagamé, a Comissão Mucyo (do nome de seu presidente, o ex-ministro da Justiça Jean de Dieu Mucyo) acusa, em seu relatório, a França de ter contribuído para a preparação do genocídio e participado dele.

• **2021**

26 de março O relatório da comissão de historiadores presidida por Vincent Duclert reconhece “responsabilidades esmagadoras” da França, mas enfatiza a ausência de cumplicidade no genocídio.

19 de abril Encomendado por Kigali em 2017 ao escritório de advocacia norte-americano Levy Firestone Muse, um relatório conclui pela “pesada responsabilidade” da França no genocídio, mas não formula nenhuma acusação quanto à sua participação nos morticínios de 1994.

conhecimento deles à justiça. O relatório menciona que as FAR recuaram em julho para a zona controlada pela Turquoise, tida como zona humanitária segura (ZHS), onde deveriam ser desarmadas. Enfatiza os limites dessa ação, mas omite que as FAR continuaram a combater a partir dessa zona, conforme revelam os mapas da DGSE e os indicadores de localização do Estado-Maior do Exército.

O relatório reproduz longamente as discussões na esfera do Executivo francês e do Conselho de Segurança da ONU para decidir se a Turquoise poderia e deveria deter os membros do GIR refugiados na ZHS ou simplesmente vigiá-los até que fossem entregues à justiça internacional. Bernard Emié, do gabinete do ministro das Relações Exteriores, Alain Juppé, escreveu então a seu representante no local: “Utilize todos os canais indiretos, principalmente seus contatos

africanos, sem se expor diretamente, para informar a essas autoridades nosso desejo de que abandonem a ZHS. Insista em que a comunidade internacional, sobretudo as Nações Unidas, logo deverá determinar a conduta em relação a essas pretensas autoridades” (página 632).

No entanto, o relatório ignora um elemento essencial de contexto, que esclarece essas mudanças. Embora nenhuma decisão houvesse sido ainda tomada, o Élysée e o Quai d’Orsay colocavam diante do fato consumado o resto do governo, o Parlamento francês e a ONU: a pedido do ministro das Relações Exteriores, o Exército francês deixou tranquilamente que os criminosos partissem para o Zaire (atual República Democrática do Congo), onde se reorganizaram para tentar reconquistar Ruanda. Após o genocídio, o Estado não desmentiu seu apoio a esses aliados em

fuga tanto para o Zaire como para a França, onde foram muito bem acolhidos. Mas esse fato não é de modo algum mencionado.

De maneira geral, o relatório Duclert dá a impressão de evitar tudo que pudesse abrir caminho para processos penais. Três características embasam, na lei e na jurisprudência francesas, a noção de cumplicidade: um apoio ativo, dado com pleno conhecimento de causa e com consequências sobre a evolução dos acontecimentos. Levando-se em conta os elementos acumulados e estabelecidos, a justiça deveria poder se pronunciar. Declarando-se incompetente para formular tal julgamento, a Comissão Duclert se dá o direito de apresentar uma conclusão eminentemente política. Como não se encontra nenhum indício da intenção de promover o genocídio entre os tomadores de decisão franceses, ela os exonera de toda cumplicidade. Ora, vale lembrar que em 1998 o ex-alto funcionário Maurice Papon foi condenado por cumplicidade de crime contra a humanidade sem ter aderido à ideologia nazista ou mesmo tomado pleno conhecimento do crime cometido.

O relatório mostra Mitterrand e seus consultores como exceções e sua política em Ruanda como disfunção do passado. O objetivo será reconciliar a França e Ruanda, ainda que a expensas do conhecimento histórico e da justiça? Objeto político-universitário dos mais estranhos, o relatório foi redigido no Ministério das Forças Armadas. Foi apresentado aos jornalistas por Franck Paris, consultor de Macron para assuntos da África, e pelo general Valéry Putz, membro de seu Estado-Maior particular, cujos predecessores de 1994 ele põe em causa.

A impossibilidade de esclarecer completamente os acontecimentos de Ruanda dá bem a medida do segredo que envolve ainda a política africana da França e o funcionamento das ins-

tituições da V República, que concede ao chefe de Estado e a seu círculo o poder de tomar, quase sem salvaguardas, decisões piores de consequências para populações e países inteiros. 

***François Graner** é pesquisador, membro da Association Survie e autor, com Raphaël Doridant, de *L'État français et le génocide des Tutsis au Rwanda* [O Estado francês e o genocídio dos tútsis em Ruanda], Agone-Survie, Marselha, 2020.

- 1 David Fontaine, "Archives publiques et bastions imprenables" [Arquivos públicos e fortalezas inexpugnáveis], *Le Canard Enchaîné*, Paris, 3 mar. 2001.
- 2 "Rapport sur le secret de la défense nationale en France/II" [Relatório sobre o segredo da defesa na França/II], Secrétariat Général de la Défense et de la Sécurité Nationale, Paris, jan. 2018.
- 3 Fabrice Arfi e Fabrice Lhomme, "Le juge Trévidic dénonce: 'Le dispositif sur le secret défense n'est pas constitutionnel'" [O juiz Trévidic denuncia: "O dispositivo sobre o segredo de defesa não é constitucional"], *Mediapart*, 24 fev. 2011. Disponível em: www.mediapart.fr.
- 4 Jean Carbonare, na época presidente da Survie, pediu ao Élysée e ao *Journal de 20 Heures* da France 2 que a França deixasse de apoiar os que preparavam um genocídio enquanto era tempo.
- 5 Ver François-Xavier Verschave, "Connivences françaises au Rwanda" [Conivências francesas em Ruanda], e Colette Braeckman, "Rwanda, retour sur un aveuglement international" [Ruanda, de volta a uma cegueira internacional], *Le Monde Diplomatique*, respectivamente mar. 1995 e mar. 2004.
- 6 Ver Philippe Leymarie, "Secret défense ou l'État de non-droit" [Segredo de defesa ou Estado de não direito], *Défense en Ligne*, 10 mar. 2018. Disponível em: <https://blog.mondediplo.net>.
- 7 *Journal Officiel de la République Française* de 14 dez. 2007, 13 jun. e 18 out. 2008, 20 fev. e 7 jul. 2009, 30 jul. 2010, 1º nov. 2012.
- 8 Decisões n. 422327 e 431026, de 12 jun. 2020, *Assemblée du Contentieux*, François Graner contre Ministère de la Culture, Conseil d'État, Paris. Cf. também Decisão n. 2017-655, de 15 set. 2017, *Conseil Constitutionnel*, Paris.
- 9 Ficha n. 16053/N, "France - Belgique - Rwanda: Au sujet de l'assassinat du président Habyarimana" [França-Bélgica-Ruanda: sobre o assassinato do presidente Habyarimana], DGSE, Paris, 14 nov. 1995.
- 10 Cf. Jacques Morel, *La France au Cœur du Génocide des Tutsis* [A França no centro do genocídio dos tútsis], Izuba-L'Esprit Français, Paris, 2010.

NO ESPELHO DOS "CEM DIAS DE RUANDA"

O enigmático silêncio africano

O fracasso da "comunidade internacional", que condenou à morte 800 mil tútsis em Ruanda, tem sido objeto de muitas análises desde 1994. Mas como compreender o silêncio dos Estados e dos intelectuais africanos enquanto se perpetrava, à vista de todos, o último genocídio do século XX? Até hoje, os assassinos vivem tranquilamente espalhados pelo continente

POR BOUBACAR BORIS DIOP*

Por que a humanidade não correu em socorro dos tútsis de Ruanda em 1994, embora os morticínios, maciços e de uma atrocidade espantosa, houvessem acontecido à vista de todos? A ONU é regularmente criticada e por bons motivos: o comandante da Missão das Nações Unidas para a Assistência de Ruanda (Minuar), o general canadense Roméo Dallaire, bem informado por um desertor do movimento extremista Hutu Power, pediu um reforço de 5 mil capacetes-azuis para evitar os massacres programados, mas ela, ao contrário, diminuiu os efetivos de 2.300 soldados para 270 observadores não armados. Nós esquecemos, porém, que a organização que entregou as vítimas a seus carcosos era dirigida na época por dois africanos: o egípcio Boutros Boutros-Ghali, secretário-geral, e o ganense Kofi Annan, subsecretário-geral, responsável pelo departamento de operações de manutenção da paz. Eles não tinham, é claro, nenhum poder de decisão, mas nada nas tratativas

com seus representantes em Kigali indica que houvessem tomado a medida exata do que estava acontecendo ali ou procurado mudar o rumo dos acontecimentos.

Os chefes de Estado e líderes da opinião pública africanos também não mostraram mais empatia para com aqueles que estavam sendo abatidos como gado em Butare, Kibuye, Gitarama e outros lugares.

Ainda que nada justifique essa omissão, poderíamos encontrar alguma desculpa se a catástrofe tivesse ocorrido num lapso de tempo muito curto. Ora, é pelo próprio motivo de sua duração – do início de abril a meados de julho – que falamos nos "Cem Dias de Ruanda"¹ a propósito do genocídio dos tútsis. Isso quer dizer que, se em Maputo, Abidjã ou Abuja, as autoridades com poder de decisão possam ter sido apanhadas desprevenidas, tiveram mais de três meses para se inteirar do que ocorria. Não fizeram isso. Em junho de 1994, o mês de maior morticínio, a Organização da Unidade Africana (OUA)

Sem diretriz – Parva Aesthetica

Esta coletânea de ensaios contém parte da crítica cultural produzida por Adorno em sua última década de vida. Na reflexão dialética sobre a arte de seu tempo, a crítica cultural aparece como necessariamente moderna, evidenciando a profunda afinidade entre arte e pensamento.



Filosofia Zoológica

O francês Lamarck (1744-1829) é conhecido por sua teoria pioneira sobre a transformação das espécies e da passagem de características entre gerações de indivíduos. Nesta obra, ele explica como as espécies podem desenvolver essas variações.



Os sentidos da alfabetização

Nesta segunda edição revista e ampliada, Maria do Rosário Longo Mortatti destaca o problema do método como objeto de estudo privilegiado da reflexão pedagógica. Essa escolha serve de eixo a uma reconstrução da história da alfabetização brasileira.



Produzir conteúdo.
Compartilhar conhecimento.
Desde 1987

www.editoraunesp.com.br



promoveu sua reunião anual em Túnis e, como se nada estivesse ocorrendo, nem sequer julgou necessário inscrever na ordem do dia a situação do “país das mil colinas”. O Governo Interino Ruandês (GIR), que na época não estava longe de ter assassinado 1 milhão de tútsis, tomou tranquilamente assento na reunião, em nome do Estado genocida...

É verdade que o fim do apartheid acabava de ser oficializado, após uma demorada luta em que a OUA desempenhara papel de destaque. Ela pretendia, pois, celebrar essa vitória na pessoa de Nelson Mandela, presente em Túnis. Mas foi ele, primeiro mandatário eleito democraticamente na África do Sul, que salvou a honra do continente ao fugir da pauta e declarar sem reboços: “O que está acontecendo em Ruanda é uma vergonha para todos nós. Devemos provar, com ações concretas, nossa vontade de resolver o problema”. O historiador Gérard Prunier, que relata o episódio,² menciona o choque que essa declaração provocou em Paris, onde François Mitterrand, sempre impregnado do “espírito de Fachoda”,³ raciocinou mais ou menos nestes termos: “Mandela ou qualquer outro, não deixaremos os anglo-saxões meterem o nariz em nossos negócios!”.

GENOCIDAS REFUGIADOS PELO CONTINENTE

Prunier, então membro do secretariado internacional do Partido Socialista, sabia em primeira mão – e dava conselhos a respeito – que a operação Turquoise, de triste memória, seria um fracasso. Via com clareza que se tratava principalmente de convocar sem demora tropas sul-africanas... Ansiosa por dar a aparência de força multilateral à sua expedição militar-humanitária, Paris não conseguiu, dessa vez, aliciar para a combinação os exércitos do que chama, com muita propriedade,

© George Mulala/ Reuters



Procurado: Felicien Kabuga, o “Financiador do Genocídio”

“países de sua esfera”. Até o Senegal, amigo dócil e detentor do recorde africano de operações externas da ONU, contribuiu com pouco: uns trinta homens, encarregados apenas de tarefas de intendência...

De seu lado, a OUA tentou mais tarde se safar com honra encomendando um relatório a um grupo internacional de eminentes personalidades chefiado por Ketumile Masile, ex-presidente de Botsuana, do qual faziam parte, entre outros, Ellen-Johnson-Sirleaf, diretora regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e futura presidente da Libéria, Lisbet Palme, psicóloga sueca e viúva do primeiro-ministro Olof Palme, o canadense Stephen Lewis, diretor-adjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e o general Amadou Toumani Touré, ex-presidente do Mali.

Seu relatório, sem dúvida um dos melhores sobre essa página sombria da história, foi concluído em julho de

2000 e se intitula, significativamente, “Ruanda: o genocídio que poderia ter sido evitado”.⁴ Encontramos nele (p.229) esta confissão de uma alta autoridade, não identificada, da OUA: “Enquanto africanos, seremos sempre assombrados por nosso fracasso em Ruanda; e a comunidade internacional deveria ser assombrada também”.

Era uma verdadeira autocrítica e, como tal, digna de respeito, embora tudo isso fosse irrisório diante da imensidão da perda: durante cem dias seguidos, cada dia de silêncio da OUA custava a vida de 10 mil inocentes...

De qualquer modo, os Estados africanos, considerados individualmente, não se sentiram de fato atingidos pelas conclusões do relatório. Por exemplo, nunca deixaram de fechar os olhos à presença, em seu solo, daqueles que conceberam ou executaram o genocídio. Um mapa da diáspora desses genocidas mostraria que eles não se refugiaram apenas na Bél-

gica e na França. Numerosos clientes potenciais da justiça internacional continuam, ainda hoje, instalados por toda parte no continente, seja na África do Sul, no Quênia, no Zimbábue e, é claro, na vizinha República Democrática do Congo (RDC). Sua sensação de segurança é tal que, às vezes, não acham necessário sequer dissimular sua identidade: Felicien Kabuga, apelidado de “Financiador do Genocídio”, foi por muito tempo protegido pelas autoridades do Zimbábue e em seguida do Quênia, antes de ir reencontrar sua família na França e ser preso, em maio de 2020, em Asnières-sur-Seine.

Todavia, as ex-colônias francesas são, por razões políticas evidentes, a primeira escolha dos assassinos em fuga. Eles costumam ser particularmente bem-vindos no Gabão e em Camarões – país onde foi por fim apanhado o coronel Théoneste Bagosora, tido como o “Cérebro do Genocídio”, condenado por crime contra a humanidade pelo Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR) em 2008. Em Ndjamena, em 2000, meus amigos e eu soubemos, após uma manifestação literária intitulada “Ruanda: escrever por dever de memória”, que um dos participantes de nossos debates era procurado pelo TPIR. Enfim, foi em Thiès, cidadezinha a uns 60 quilômetros de Dacar, que o coronel Aloys Simba (o “Açougueiro de Murambi”) acabou detido, em novembro de 2001. Ele vivia sob a discreta proteção da Organização Nacional dos Direitos Humanos, que depende da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH). Sem o pedido expresso e, vale dizer, enérgico da procuradora Carla Del Ponte, ele provavelmente nunca seria entregue ao TPIR.

Assim, quanto ao problema de Ruanda, a falência política e moral dos Estados africanos é completa. Vamos nos consolar atribuindo-a

CONHEÇA A SUA NOVA PLATAFORMA DE FILMES!



RESERVA
IMOVISION

A CADA FILME, UMA DESCOBERTA.

TENHA ACESSO A UM MUNDO DE FILMES TODOS OS DIAS NA SUA CASA POR APENAS R\$ 24,50 MENSAIS OU DE R\$ 245,00 POR R\$ 211,68 AO ANO (OFERTA DE LANÇAMENTO COM DESCONTO DE 10%).

OS FILMES COM QUE VOCÊ SEMPRE SONHOU, REUNIDOS EM UMA ÚNICA PLATAFORMA.

ASSINE AGORA!



unicamente aos erros de presidentes cínicos e, no caso dos francófonos, aterrorizados com a ideia de aborrecer Paris? Claro que não. É cada vez mais difícil, em qualquer questão, formular um julgamento global sobre a África; no entanto, podemos observar, em toda parte, que a “solução final” de Ruanda não impressionou os espíritos. O genocídio, porém, se deu no momento em que, graças às transições democráticas ocorridas após o fim da Guerra Fria, o jogo político se abriu na maior parte dos países africanos. O surgimento de forças novas havia liberado a palavra e era de esperar uma compreensão mais clara dos desafios do drama por parte de um público mais bem informado.

Nada disso aconteceu. A imprensa, que se tornou sem dúvida mais livre, quase nunca se aventura para além das fronteiras nacionais. Em tudo que não diz respeito à política local, ela continua a copiar, cegamente, os despachos da Agência France-Presse (AFP), da Reuters ou da Associated Press. Os jornais televisivos, de seu lado, se contentam em retomar no fim das transmissões as imagens e comentários da TF1 ou da France2. As rádios particulares se mostram – e se mostraram, sobretudo durante o genocídio – completamente mudas a respeito de Ruanda, de sorte que as únicas fontes de informação, tendenciosas como podemos supor, são a BBC, a Radio France Internationale (RFI) e a Voz da América.

Contudo, nos dias que correm, já não é mais possível invocar a desculpa da ignorância. Com efeito, poucas tragédias de nosso tempo, africanas ou não, foram tão meticulosamente estudadas quanto o genocídio dos tútsis de Ruanda. Nem se pode contar as publicações de historiadores e jornalistas sobre o assunto, sem falar dos filmes, obras literárias e peças de teatro. Um grande trabalho vem sendo feito também nas redes sociais.

CARNIFICINA DARIA RAZÃO AOS RACISTAS

É, portanto, em outra parte que precisamos buscar os motivos de 27 longos anos de apatia africana. Em Dacar, Nairóbi ou Maputo, os acontecimentos de Ruanda foram vistos sobretudo como uma constangedora carnificina interétnica que, infelizmente, daria razão aos racistas. As imagens de centenas de milhares de corpos apodrecendo ao sol ou atirados no Nyabarongo, de mulheres evisceradas, de bebês jogados vivos em latrinas e de cães prestes a se repastar em cadáveres eram quase surreais, sendo compreensível, até certo ponto, que a África, tomada de vergonha, haja por enquanto desviado o olhar. Essa atitude,

devida talvez ao que a escritora ruandense Yolanda Mukagasana chama de “medo de saber”,⁵ foi observada em todos os graves conflitos ocorridos na África, da guerra civil da Libéria aos distúrbios atuais na Etiópia e no Mali. Com o tempo, os países africanos vão se tornando, sem nem sequer se aperceberem disso, fortemente estranhos uns aos outros. E as fronteiras, para as pessoas, são as herdadas da colonização. Essa confusão mental não ajuda a ver as coisas com clareza. Assim é que, para muitos intelectuais africanos, a leitura do genocídio dos tútsis continua falseada por uma surda hostilidade ao presidente Paul Kagamé.

“Em Ruanda, os hutus matam os tútsis e os tútsis matam os hutus”: essa frase foi apregoada, no auge da matança, por Boutros-Ghali. Em Biarritz, na primeira conferência França-África após o genocídio, Mitterrand fingiu estar torturado pela angústia ao proferir, numa entrevista: “Que pode fazer a França quando os chefes africanos decidem resolver seus problemas a machadadas?”.

As palavras de um secretário-geral da ONU reforçadas pelas de um chefe de Estado francês: duas inépcias racistas antológicas. No entanto, elas dizem em voz alta o que por toda parte, inclusive na África, se pensa dos africanos. Essa percepção de um continente inteiro, por ele mesmo e pelos outros, tornou possível o planejamento do último genocídio do século XX e sua execução durante três meses. É ela também que, quase trinta anos depois, impede a África de compreender seus mecanismos, ou até de aceitar simplesmente a ideia de que, por trás desses cem dias de horror, havia não a irrupção de um ódio irracional e gratuito, mas, como muitas vezes se viu na história contemporânea, as clássicas lutas pelo poder fora de qualquer controle. 

***Boubacar Boris Diop** é romancista senegalês. Última obra publicada: *Bàmmeelu Kocc Barma*, EJO-Éditions, Dacar, 2017.

1 Cf., por exemplo, a exposição da Association des Rescapés et Familles de Victimes Ibuka. Disponível em: www.ibuka.be.

2 Gérard Prunier, Rwanda: le génocide, Dagorno, Paris, 1998.

3 Antigo posto avançado egípcio, Fachoda, no atual Sudão do Sul, atijou em 1898 a cobiça de britânicos e franceses. Isso originou um grave conflito diplomático, exacerbado pelo patriotismo de ambos os lados. O incidente costuma ser evocado como um símbolo da viva rivalidade colonial entre os franceses e aqueles que eles chamam globalmente de anglo-saxões.

4 “Le génocide qu'on aurait pu stopper” [O genocídio que poderia ter sido evitado], disponível no site da Commission d'Enquête Citoyenne: <http://cec.rwanda.free.fr>.

5 Cf. Yolanda Mukagasana, N'aie pas peur de savoir [Não tenha medo de saber], Robert Laffont, Paris, 1999.

Governo pandêmico: hora de apurar responsabilidades

Em sua saga para aniquilar o Estado brasileiro, ao revelar inaptidão, despreparo e desprezo pela ação pública, o presidente conduz um governo que alimenta o preconceito contra tudo que é público e deixa implícita a direção a tomar: franquear ao privado a gestão da nação

POR LENA LAVINAS E CLAUDIO S. DEDECCA*

A lista só aumenta e parece acompanhar não apenas o grau de letalidade da Covid-19, mas também a insanidade do chefe do Executivo. O presidente Jair Bolsonaro continua pregando o uso de drogas cuja eficácia no tratamento preventivo contra o coronavírus jamais foi comprovada, tendo agora agregado ao coquetel de sua autoria a proxalutamida. Tal como no caso da cloroquina e da ivermectina, esse bloqueador hormonal, cuja fabricação foi rejeitada por dois laboratórios, carece de estudos comprobatórios que afastem suspeitas de ter até mesmo provocado mortes.¹

Enquanto ultrapassamos as 400 mil mortes contabilizadas por Covid-19, sobram evidências de que o Brasil se moveu na contramão do resto do mundo na busca por vacinas. Como indica estudo² elaborado por um conjunto de acadêmicos e jornalistas para subsidiar as atividades da CPI da Pandemia, o país aderiu ao programa Covax Facility da OMS, para desenvolvimento e acesso a vacinas contra a Covid-19, pouco mais de duas horas antes do término do prazo estipulado. “Tendo a opção de solicitar doses suficientes para vacinar entre 10% e 50% da população, a escolha foi por 10%. Nosso país entrou como um dos financiadores com a cota mínima: comprou 42 milhões de doses, o suficiente apenas para 21 milhões de brasileiros” (p.41-42).

Convivendo com uma segunda onda da pandemia, que colapsa o sistema de saúde público e privado, o país toma conhecimento de que o Ministério da Saúde, além de não tomar iniciativas para a compra de va-

cinas em 2020 – embora contasse no “orçamento de guerra” com R\$ 24,5 bilhões nessa rubrica, só gastou R\$ 2,22 bilhões –, desconsiderou a necessidade incontornável de adquiri-las no montante necessário para atender à cobertura da população-alvo em 2021. Estudo em andamento do economista Carlos Octávio Ocké-Reis aponta que recorrer aos R\$ 21,6 bilhões não executados no ano passado traduz uma insuficiência orçamentária de no mínimo R\$ 5 bilhões nos gastos com vacina em 2021.

É fato, porém, que contas não são um forte desse governo. O ministro da Economia, que em mais de dois anos no cargo não aprendeu como se produz um orçamento, anuncia um enésimo programa social “forte e sólido”, que tem grandes chances de se somar à lista de iniciativas que naufragaram antes mesmo de tomar forma para além do nome de batismo, caso do Renda Brasil e do Renda Cidadã. À deriva, alardeou mecanismos de financiamento enganosos, que iam do uso de precatórios ao desvio de recursos do Fundeb ou ainda à extinção de benefícios contributivos e não contributivos, isto é, suprimindo direitos constitucionais. Na lógica do desmonte, essa é a rota do sucesso.

No auge de uma crise sanitária, social e econômica sem precedentes, que há um ano ceifa milhares de vidas, o governo federal se mostrou reiteradamente incapaz de executar os créditos extraordinários aprovados para o combate à pandemia, seja no tocante à compra de imunizantes e medicamentos, seja no financiamento de leitos de UTI, em queda, enquanto aumenta o número de óbitos

na fila de espera por tratamento intensivo. Como observa documento do Ipea³ sobre as respostas à Covid-19, além de “não haver intenção de elaborar um plano geral para o SUS, construído coletivamente” para enfrentar a pandemia, o atraso na disponibilização de recursos foi marca registrada da atuação do Ministério da Saúde, comprometendo o atendimento emergencial adequado à população e alimentando a escalada de novos casos e mortes.

Até mesmo o orçamento destinado ao pagamento do auxílio emergencial em 2020 não foi gasto em sua integralidade. O Inesc estima que R\$ 28,9 bilhões não foram executados – uma sobra que provavelmente explica que 1 milhão de adultos pobres não tenham sido alcançados no ano passado pelo auxílio emergencial, como revelam cruzamentos da Pnad Covid-19. Essa inoperância agudiza a fome e humilha quem, embora atenda aos critérios de beneficiário do auxílio emergencial, foi descartado, invisibilizado pelo Estado, que tem a obrigação constitucional de o proteger. A economia feita em detrimento dos mais vulneráveis corresponde a 65% dos R\$ 44 bilhões que vão financiar a segunda rodada do auxílio emergencial que começou a ser pago no início de abril, desta feita por apenas quatro meses e num valor muito aquém da cobertura das necessidades básicas de sobrevivência. Sobreviver passa a ter resposta na filantropia e na solidariedade.

Em sua saga para aniquilar o Estado brasileiro, ao revelar inaptidão, despreparo e desprezo pela ação pública, o presidente conduz um governo que alimenta o preconceito contra tudo que é público e deixa implícita a direção a tomar: franquear ao privado a gestão da nação. É esse mote que leva inexoravelmente à aprovação de projetos de lei que autorizam a aquisição de vacinas pela iniciativa privada, em meio a gargalos do Plano Nacional de Imunizações gestados pelo próprio governo, ao mesmo tempo que socializa o custo da iniciativa para toda a população. Parte do setor privado empresarial agradece, mesmo se ainda não logrou obter aquilo que segue em sua linha de prioridades: a liberdade plena para a comercialização de vacinas. Por ora, vão oferecer aos seus empregados a mesma ilusão de amparo invocada pelos senhores da guerra em defesa dos servos da gleba. O direito à proteção em troca da obrigação de trabalhar, e bem trabalhar.

É evidente a desorganização geral produzida pelo governo nas três dimensões relevantes para a sociedade – a política, a social e a econômica –, a qual produz um processo acelerado de enfraquecimento das políticas e

das instituições públicas. É espantoso que parte da elite nacional – motivada por seus interesses privados e sempre sedenta por benesses junto ao aparelho de Estado – e da classe média ainda continue dando legitimidade ao processo.

O enfraquecimento das políticas e das instituições públicas se expressa na total ausência de planejamento de curto, médio ou longo prazos. O governo adota medidas sociais e econômicas típicas, *ad hoc* e fragmentadas, enquanto se consolida uma recessão casada com o recrudescimento inflacionário, crescentes taxas de desemprego são acompanhadas por perda de renda dos segmentos mais pobres, o descontrole da pandemia corrói a capacidade do sistema de saúde, gerando seu colapso, um legado amplo de problemas de saúde da população é consolidado para os próximos anos e a deterioração do sistema de educação se estabelece em todos os seus níveis.

O desleixo governamental em relação à explosão dos problemas sociais e econômicos no presente é acompanhado da omissão quanto ao planejamento pós-pandemia. Enquanto a Comunidade Europeia, os Estados Unidos e a China estruturam robustos e complexos planos de desenvolvimento que visam estimular o crescimento, superar rapidamente as sequelas da pandemia, estruturar

uma economia sustentável e deslocar o risco de uma nova futura pandemia, já prevista pelos epidemiologistas em todo o mundo, o governo Bolsonaro pauta sua agenda em iniciativas de privatização que resultam em ridículos R\$ 3,5 bilhões; apoio aos grupos milicianos via liberalização do acesso a armas de elevada letalidade, com eliminação do imposto de importação; criação de imposto sobre livros; aprovação do ensino em casa (*homeschooling*); encaminhamento ideológico da concorrência para a rede 5G; omissão em relação ao desmatamento na Amazônia; paralisação de obras importantes de infraestrutura, como a finalização do rodovial na Região Metropolitana de São Paulo, e de mobilidade urbana em várias capitais brasileiras; abandono do planejamento para o sistema energético...

Enquanto as economias avançadas colocam na ordem do dia um aumento coordenado das alíquotas do Imposto de Renda das empresas para financiar a retomada do crescimento econômico, estabelecendo um piso mínimo global para evitar a evasão fiscal e para ir além da taxação das *big techs* e da *big farma*,⁴ no Brasil entra na agenda desonerar por completo os hospitais privados, que, aliás, se recusaram a aderir à proposta da fila única para gestão compartilhada de leitos no início da pandemia. Aqui o discurso da austeridade fere o bom

senso mais elementar e destoa de um conjunto de iniciativas em escala global que visam recolocar o sistema capitalista de volta nos trilhos.

São diversos os sinais de omissão do governo em relação ao planejamento econômico e social no presente e no futuro. Nesse sentido, não se pode dizer que o governo apresenta um comportamento contraditório em relação às políticas e instituições públicas. São amplas as evidências de simbiose entre incompetência na gestão governamental e ação planejada de desmonte das políticas e instituições públicas.

Tais evidências levaram a um distanciamento da maioria dos governadores em relação ao governo federal, independentemente de sua maior ou menor adesão ao projeto do presidente ensandecido. Premida pela explosão da pandemia em seus estados e abandonada pelo governo federal, a maioria dos governadores empreende esforços importantes para minimizar os dados econômicos e sociais da pandemia sobre sua população, sinalizando que não mais acreditam que uma política responsável venha a ser conduzida e coordenada pelo governo federal. E agora, com a abertura da CPI da Pandemia, pretende o presidente, acuado diante de sua irresponsabilidade, imputar a eles a autoria das omissões e inações que o incriminam.

É impossível, portanto, desconhecer o estado de deriva vivido pelo país, que tem gerado consequências econômicas e sociais desastrosas no presente e reserva novas consequências negativas para o futuro. Nesse sentido, o impeachment do atual presidente se apresenta como uma necessidade incontornável. Mesmo que ele não se reeleja em 2022, esperar por tal mudança significará acumular maiores problemas econômicos e sociais no presente, além de desafios colossais na construção de nosso futuro. 

***Lena Lavinás** é professora titular do Instituto de Economia da UFRJ; **Claudio S. Dedecca** é professor titular aposentado de Economia Social e do Trabalho da Unicamp.

- 1 Johanns Eller, “‘Nova cloroquina’ de Bolsonaro, proxalutamida foi rejeitada por dois laboratórios”, Blog Malu Gaspar, *O Globo*, 15 abr. 2021.
- 2 “A tragédia brasileira do coronavírus/Covid-19: uma análise do desgoverno do governo federal, 2020-21”. Documento entregue à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 do Senado Federal, abr. 2021. Autoria coletiva.
- 3 “Políticas sociais: acompanhamento e análise | BPS | n. 28 | 2021”. Disponível em: <https://bit.ly/3sS2fH0>.
- 4 Janet Yallen propõe que as economias avançadas e o G20 adotem um piso de 21% como alíquota para o IRPJ, taxa hoje que equivale à média, com grande dispersão entre países, facilitando a evasão e a multiplicação dos paraísos fiscais.



Presidente Jair Bolsonaro e sua equipe seguem se omitindo diante da pandemia

© Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

WASHINGTON SEMEIA A CIZÂNIA NA EUROPA

A batalha do gás natural

A degradação das relações entre a Rússia e a Europa Ocidental ocupa as chancelarias desde 2014 com uma sucessão de disputas: conflito na Ucrânia, destino do opositor Alexei Navalny, gasoduto Nord Stream 2... O pano de fundo é o grande jogo estratégico em que se cruzam a estratégia russa, as exigências norte-americanas, os interesses alemães, a crise climática e o dogmatismo liberal da Comissão Europeia

POR MATHIAS REYMOND*

Durante sua visita à Casa Branca, em julho de 2018, Jean-Claude Juncker, então presidente da Comissão Europeia, entrou em acordo com o presidente Donald Trump. “Hoje decidimos reforçar nossa cooperação estratégica no campo energético”, declararam os dois, em conjunto. “A União Europeia pretende importar mais gás natural liquefeito dos Estados Unidos para diversificar seu abastecimento.”¹ Era um segredo de polichinelo: os produtores norte-americanos de gás queriam mais mercado, e a União Europeia, principal importador mundial, parecia o cliente certo.

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, a questão do gasoduto Nord Stream 2 e as tensões no Mediterrâneo em torno das jazidas cipriotas colocam a produção de gás natural no centro do jogo geopolítico, no momento em que os desafios ambientais preocupam cada vez mais os Estados. Trata-se de um recurso não renovável, sem dúvida, mas menos poluente que o petróleo ou – sobretudo – o carvão. Além disso, permite que se produza uma eletricidade barata, e seu transporte é hoje mais fácil que no século passado.

Com o aparecimento do gás natural liquefeito (GNL), transportado por navios-tanque, o setor, outrora muito regionalizado, internacionalizou-se e libertou-se da dependência mútua entre exportadores e importadores imposta pelos gasodutos.² Mas o processo não prima pela simplicidade: o gás extraído é primeiro liquidificado por resfriamento a uma temperatura de -16 °C, transportado por barco e depois regaseificado. Na União Europeia, cerca de trinta terminais permitem essas operações (*ver mapa*). A maior parte das exportações mundiais é feita por gasodutos (63% contra 37% por mar), mas a diferença diminuiu (78% contra 22% em 2005).

Mais cômodo que o gás terrestre, o GNL entusiasma os adeptos da liberalização do setor. Graças a ele, os operadores trabalham com os preços de diversos mercados (europeu, atlântico e pacífico) e fecham com frequência cada vez mais contratos a curto prazo, os *spots*, que permitem efetuar

© Gerd Fahrenhorst/ Wikimedia



Tubos para o gasoduto Nord Stream 2, localizados em Mukran, Alemanha

transações diárias. Ao contrário, os contratos via gasoduto – e parte dos referentes ao GNL – acolhem prazos que chegam muitas vezes a vinte ou trinta anos.³ Todavia, os gasodutos têm sobre o GNL uma vantagem considerável: pelos tubos, as perdas energéticas se limitam a 4% ou 5%, ao passo que se elevam a 10% ou mesmo 15% por navio, em razão das múltiplas etapas de transformação (liquefação, transporte, regaseificação e encaminhamento final... por gasoduto).

Maior produtor mundial de gás, os Estados Unidos extraem 88% a mais que há quinze anos, enquanto a Rússia estagnou e a Europa diminuiu sua produção pela metade. Motivo? A descoberta, no início dos anos 2000, do gás “não convencional” extraído do subsolo pela técnica altamente poluidora da fraturação hidráulica.⁴ A partir de 2008, sua exploração intensiva foi facilitada pela “vontade de independência energética do governo federal” e, sobretudo, pelo “regime jurídico de exploração-produção, pelo qual, nos Estados Unidos, a propriedade do solo se estende ao subsolo”.⁵ Ou seja, o proprietário não precisa de autorização do Estado para explorar seu subsolo.

Se os Estados Unidos consomem o essencial de sua produção, também se livram dos excedentes em quantidade cada vez maior. Dos três grandes mercados mundiais, o europeu parece o mais suculento. Washington exerceu diversas formas de pressão sobre Bruxelas a fim de reduzir o controle da Rússia sobre o fornecimento de gás europeu. Em julho de 2017, Trump atacou a Iniciativa dos Três Mares (ITM). Reunido pela primeira vez em 2016, esse fórum congrega todos os anos doze países⁶ situados entre o Mar Báltico, o Mar do Norte e o Mar Adriático a fim de “promover a cooperação com vistas ao desenvolvimento das infraestruturas nos setores de energia, transportes e informática”.⁷ O então presidente norte-americano não escondia seu objetivo: reforçar, com o apoio da Polônia e contra a opinião da Alemanha, o abastecimento norte-sul da Europa com o fornecimento de gás partindo do terminal GNL de Swinoujscie (Polônia) para o resto da Europa Central⁸ e concorrer, assim, com os gasodutos russos vindos do leste.

De 2005 a 2011, quando ainda não exportavam gás para a Europa, os Estados Unidos não se opuseram à

construção do gasoduto Nord Stream 1 entre a Rússia e a Alemanha. A do gasoduto Nord Stream 2 obceca-os a ponto de fazerem tudo para impedir seu término. Mas o escândalo internacional em torno desse tubo eclipsa outro campo de batalha do gás. Decidida a contornar a Ucrânia, um vizinho com o qual está em conflito desde 2014, a Rússia não se contenta com dobrar o Nord Stream. Em 8 de janeiro de 2020, Vladimir Putin inaugurou, em companhia do presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, o gasoduto Turkish Stream, que visa alimentar a Europa pelo sul, via Turquia. Outra ramificação, batizada de Tesla, deve abastecer no futuro a Sérvia, a Hungria, a Bulgária e a Áustria, passando pela Grécia e a Macedônia do Norte, já clientes.⁹ Esse prolongamento traz à baila o South Stream, um antigo projeto russo de traçado similar ao abandonado por Moscou em 2014 por causa das pressões exercidas por Bruxelas sobre os membros da União Europeia parceiros do projeto.¹⁰ Diante dos obstáculos encontrados no mercado europeu e da hostilidade crescente dos ocidentais contra os tubos russos, Moscou aprimora suas capacidades de exportação de GNL e se volta para o leste: o tubo Força da Sibéria, inaugurado em dezembro de 2019, encaminhará para a China 38 bilhões de metros cúbicos por ano, durante três décadas.

No Velho Continente, os Estados Unidos sabem poder contar com um aliado ainda mais sólido que a Polônia: o dogmatismo liberal de Bruxelas. Com a abertura do setor à concorrência, a gestão dos gasodutos passa agora por sociedades independentes dos operadores históricos, para que estes não favoreçam o gás de uma empresa – a deles, no caso. Assim, a companhia russa Gazprom, que produz e distribui o gás, além de administrar os gasodutos, vê-se enredada em textos redigidos pela Comissão Europeia e... aprovados por Washington. Com efeito, meses após o acordo selado entre Juncker e Trump sobre o fornecimento de gás, o Parlamento europeu adotou em caráter de urgência, em 17 de abril de

2019, a diretoria sobre o gás constante do terceiro pacote de Energia-Clima, que revisava a fundo a diretoria sobre o gás de 2009.

“Essa mudança”, explicou a Comissão Reguladora da Energia da França, “estende a aplicação dos princípios legislativos essenciais da União Europeia ao domínio da energia (acesso de terceiros à rede, regras tarifárias, dissociação das estruturas de propriedade, transparência) a todos os gasodutos de destino e proveniência de países terceiros até o limite do território da União Europeia.”¹¹ Como observa o consultor Philippe Sébille-Lopez, “esse texto favorece claramente os projetos de importação de GNL dos Estados Unidos e outros lugares, pois o GNL escapa à confusão burocrática e regulamentar comunitária, cujas consequências ainda não conseguimos avaliar plenamente”.¹²

Mesmo que não consiga vencer seus concorrentes russos e noruegueses em termos de volume, o novo fornecedor norte-americano se aproveitará das novas regras fixadas pela Comissão Europeia: para que se consiga a “cooperação transatlântica”, é preciso “eliminar os obstáculos inúteis à concessão de licenças de GNL aos Estados Unidos a fim de acelerar as exportações norte-americanas” e, sobretudo, “manter consultas regulares e atividades de promoção com os operadores do mercado, de modo que os Estados Unidos se tornem o principal fornecedor de gás da Europa”.¹³

Essa ambição, abertamente propalada pelos países da Europa Central e apoiada por Bruxelas, poderá, no entanto, chocar-se contra alguns obstáculos. Por um lado, talvez Moscou reaja antes que as cartas sejam distribuídas. Se o GNL norte-americano custa menos que o gás russo (22% de diferença, para desempenho igual), os sucessivos processos de liquefação, transporte e regaseificação o tornam, em última análise, menos competitivo. Tendo, assim, margem maior para fixar suas tarifas, a Gazprom, a fim de reforçar sua posição dominante atual, “pode, notadamente, ignorar algumas cláusulas dos contratos e conceder a seus clientes europeus descontos sobre os preços contratuais indexados pelo preço do petróleo”.¹⁴

Por outro lado, a vontade europeia de diversificar as fontes de importação de gás confirma o fato de que os países-membros continuarão a se alimentar... de gás. Ora, a União Europeia deve reduzir em 20% suas emissões de gases do efeito estufa de hoje até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono em 2050. Esses objetivos implicam uma virada rumo às energias renováveis, hidráulicas ou nucleares. Entretanto, após o acidente

de Fukushima, no Japão, em 2011, o átomo perdeu prestígio.

Restam, pois, as energias renováveis. O entusiasmo com que são saudadas faz às vezes esquecer que elas necessitam de extração – poluidora¹⁵ – de minerais (cobalto, lítio, zinco, níquel, alumínio...) disponíveis apenas em alguns países (Bolívia, Brasil, Chile, China, Congo, Moçambique...), o que criará uma nova dependência. O essencial da economia deveria então repousar, futuramente, na eletricidade, o que leva a antever a multiplicação de parques eólicos, centrais elétricas, linhas de alta-tensão, transformadores, condensadores, interruptores e tomadas. Ora, o principal isolante elétrico utilizado hoje, o hexafluoreto de enxofre (SF₆), produz um efeito estufa 22.800 vezes mais potente que o gás carbônico. Sua utilização deverá aumentar 75% de hoje até 2030...¹⁶

Se a multiplicação dos recursos renováveis e a redução das fontes de energia que emitem mais gases do efeito estufa parecem a solução mais lógica, a equação ecológica não se re-

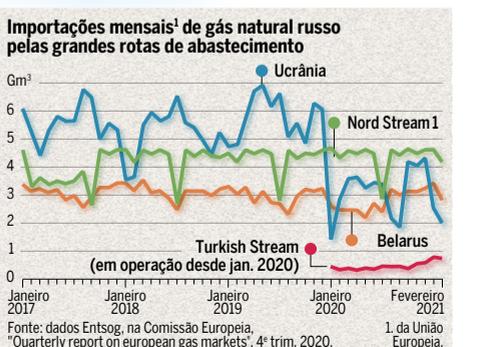
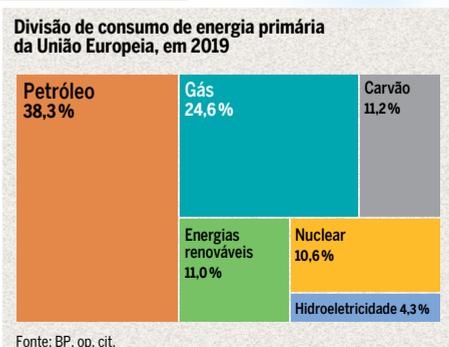
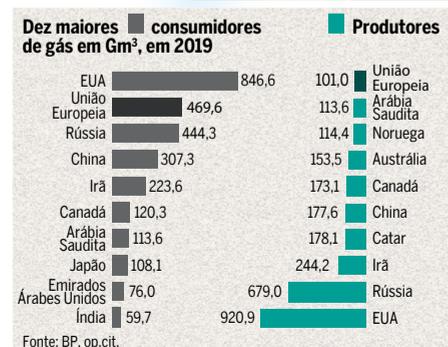
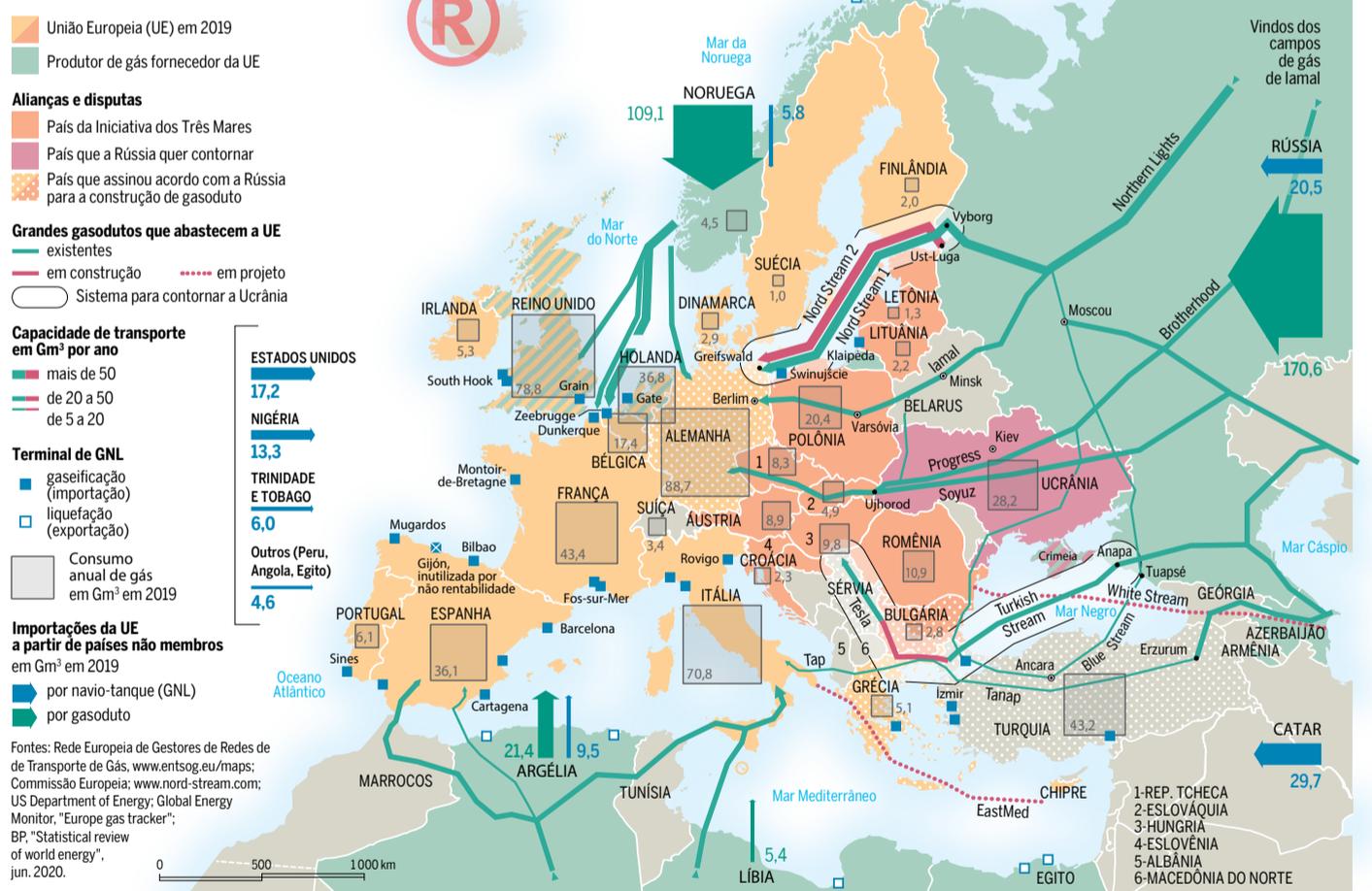
solverá sem o fator demanda: modificar em profundidade as cadeias de produção e de consumo graças à sobriedade energética, à transferência da produção manufatureira e à redução drástica dos fluxos de transporte. 

*Mathias Reymond é economista.

- 1 “Déclaration conjointe UE-États-Unis à la suite de la visite du président Juncker à la Maison Blanche” [Declaração conjunta UE-Estados Unidos após a visita do presidente Juncker à Casa Branca], Comissão Europeia, Bruxelas, 25 jul. 2018.
- 2 Ver “L’Europe énergétique entre concurrence et dépendance” [A Europa energética entre concorrência e dependência], *Le Monde Diplomatique*, dez. 2008.
- 3 Mathilde Godard, “Le GNL: l’énergie fossile de demain?” [GNL: a energia fóssil de amanhã?], *Forbes*, 23 jun. 2020. Disponível em: www.forbes.fr.
- 4 Ver Maxime Robin, “Au Dakota du Nord, les vaches perdent leur queue” [Em Dakota do Norte, as vacas perdem o rabo], *Le Monde Diplomatique*, ago. 2013.
- 5 Jean-Pierre Hansen e Jacques Percebois, *Énergie. Économie et politiques* [Energia. Economia e políticas], 3. ed., DeBoeck, Paris, 2019.
- 6 Áustria, Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia e Romênia.
- 7 www.3seas.eu.

- 8 Reuters, 4 jul. 2017.
- 9 “Rencontre Erdo an-Poutine: nouveau gazoduc, Lybie et Syrie sur la table” [Encontro Erdo an-Putin: novo gasoduto, Líbia e Síria na mesa], *Le Figaro* (com AFP), Paris, 8 jan. 2020.
- 10 Jean-Michel Bezat, “Gasoduc South Stream: pourquoi la Russie a décidé de jeter l’éponge” [Gasoduto South Stream: por que a Rússia decidiu jogar a toalha], *Le Monde*, 2 dez. 2014.
- 11 “Gaz et électricité. Cadre législatif européen” [Gás e eletricidade. Quadro legislativo europeu], Commission de Régulation de l’Énergie, 29 abr. 2020. Disponível em: www.cre.fr.
- 12 Philippe Sébille-Lopez, “Le gaz naturel en Europe: quels enjeux énergétiques et géopolitiques? Première partie” [O gás natural na Europa: quais são os desafios energéticos e geopolíticos? Primeira parte], *Diploweb*, 25 out. 2020. Disponível em: www.diploweb.com.
- 13 Citado por Philippe Sébille-Lopez, “Le gaz naturel en Europe”, op. cit.
- 14 Philippe A. Charlez, “Le gaz naturel liquéfié américain pourra-t-il concurrencier à terme les marchés gaziers russes?” [O gás natural liquefeito americano poderá, no futuro, concorrer com os mercados de gás russo?], *La Revue de l’Énergie*, n.633, Paris, set.-out. 2016.
- 15 Lorène Lavocat, “Les minerais: le très noir tableau des énergies vertes” [Os minerais: o quadro muito negro das energias verdes], *Reporterre*, 29 out. 2020. Disponível em: <https://reporterre.net>.
- 16 Hubert Mary, “Quelles alternatives à l’hexafluore de soufre, le plus puissant gaz à effet de serre utilisé dans l’industrie?” [Quais são as alternativas ao hexafluoreto de enxofre, o mais potente gás de efeito estufa utilizado na indústria?], *L’Usine Nouvelle*, Antony, 25 jul. 2020.

Geopolítica dos tubos e navios-tanque



OFERECER ÀS CRIANÇAS UMA ALIMENTAÇÃO SABOROSA, SAUDÁVEL E ECOLÓGICA

A cozinha coletiva como lugar de luta

A polêmica provocada pela introdução, em janeiro deste ano, de refeições vegetarianas nos refeitórios de Lyon pôs a merenda escolar sob os holofotes. Entretanto, as questões vão muito além da alimentação com carne ou mesmo do rótulo “orgânico”. Livre dos produtos industrializados, a cozinha coletiva pode se tornar um laboratório do “comer bem”

POR MARC PERRENOUD E PIERRE-YVES ROMMELAERE*

Desde que entrou em cena nos *reality shows*, a cozinha ganhou ares de nobreza, a ponto de se tornar um fator de distinção social. Os renomados cozinheiros, apresentados como criadores, indivíduos singulares e inspirados, expressam-se recriando pratos que se tornaram obras de arte. No outro extremo do espaço social e simbólico, a cozinha coletiva escolar parece condenada à mediocridade. Ela representa a cozinha pública, ao contrário da alta cozinha, privada e diferenciada. Refeições baratas, com um único cardápio que, em vez de clientes, alimenta usuários que não têm a opção de ir a outro lugar: alunos de todas as origens sociais. As crianças estão condenadas a comer produtos ruins e mal preparados?

Em todos os estabelecimentos escolares da França, os chefes de cozinha dos refeitórios têm o direito e o poder de propor à direção das escolas fornecedores locais que escolheram, em vez de confiarem nos produtos alimentícios da agroindústria. Sem dúvida, a merenda depende de uma atividade organizada: nutricionistas participam da elaboração de cardápios de acordo com os princípios do equilíbrio alimentar, atuando como árbitros entre os produtos e sabores aprovados pelas crianças e as práticas nutricionais virtuosas.

Asas de frango ou bastonetes de peixe empanados, massas com queijo ralado, mousse de chocolate: sabemos que os alimentos favoritos dos pequenos glutões correspondem com frequência aos consumidos em casa, onde seus pais nem sempre têm tempo, energia ou meios de diversificar e equilibrar os cardápios. Essas refeições domésticas se mostram muitas vezes excessivamente gordurosas, muito salgadas ou demasiadamente açucaradas, a fim de compensar a falta de sabor dos produtos básicos, provenientes da indústria agroalimentícia. Sua composição revela uma saturação de conservantes, aditivos

para reforçar o sabor e gomas e gelatinas para prolongar o prazo de validade e melhorar o aspecto. Habitadas e socializadas com esses excessos de glicose e de lipídios, as crianças pedem para repetir. É assim que, em algumas casas, o sobrepeso e até mesmo a obesidade se somam a carências nutricionais (e uso de antioxidantes, ácidos graxos multissaturados).¹

MANTER VIVO O TECIDO AGRÍCOLA LOCAL

Confrontados com esse problema de saúde, os industriais do setor criam rótulos e assinam listas e contratos públicos com parlamentares. O site *Cantines Responsables*, por exemplo, propõe um programa de formação e cursos on-line sobre a “transição alimentar” e tem um link para a revista profissional *L'Autre Cuisine*. Cada uma de suas páginas evoca a ação desinteressada de uma associação que tem como ambição promover o “serviço público” e as “dimensões social e sustentável na cozinha coletiva. Mas uma pesquisa um pouco mais aprofundada revela que tanto a revista profissional como o site mencionado têm como mecenas os grupos industriais (principalmente Elior e Sodexo) que dominam o mercado. Um trabalho de comunicação e de marketing instala a confusão, tirando partido de equívocos criados por palavras homônimas: falar de “qualidade” e “sustentabilidade” para não abordar a agricultura orgânica, evocar o “local” aplicando-o a toda a França mais do que a incontestáveis circuitos curtos (“É francês, é local!”), reivindicar uma “cozinha coletiva responsável”...

A merenda escolar impõe questões inextricavelmente sanitárias e relacionadas com o meio ambiente. Por um lado, a produção intensiva diminui a fertilidade das terras, polui e limita a biodiversidade. Por outro, a especialização de alguns países em uma monocultura de baixo custo (por exemplo, a Romênia no que diz respeito ao cogumelo-de-paris, a No-

va Zelândia quanto ao cordeiro) provoca um balé incessante de navios cargueiros, aviões e caminhões através do mundo. Trata-se de escolher entre uma produção industrial que necessita de um transporte rodoviário tão longo quanto poluente e uma produção local e artesanal.

Bem longe de laquear os cardápios com verniz ecológico, nutricionistas e cozinheiros recorrem a circuitos locais, em contato direto com os usuários – os alunos, com quem podem debater – e com os fornecedores que eles conhecem e escolheram. Num colégio de Lézignan-Corbières (Aude), por exemplo, os legumes vêm de uma associação de reinserção social que cultiva jardins de plantas leguminosas na saída da cidade. Ir buscar em sua região produtores confiáveis constitui uma primeira etapa, mas esse caminho na realidade só tem sentido se for articulado com um trabalho na cozinha. Quando se utilizam produtos locais, da estação, se possível orgânicos, são oferecidas refeições muito mais saudáveis do que as preparadas com produtos industrializados – por exemplo, usando frangos criados nos aviários e granjas a milhares de quilômetros, empanurados de antibióticos e abatidos com cinco semanas, ou mesmo produtos rotulados como “orgânicos” (iogurtes ou geleias), mas também vindos da indústria, muito açucarados e não locais. Portanto, é exatamente o fato de transformar no lugar o produto básico, de cozinhá-lo, que permite controlar os custos e conservar uma refeição por menos de 2 euros.

Se no que diz respeito aos produtos e ao abastecimento os usos continuam difíceis de serem alterados é porque, com cerca de 4 bilhões de refeições por ano na França, a cozinha coletiva representa um mercado gigantesco com engrenagens bem lubrificadas. Isso tem uma importância capital para os setores da indústria agroalimentícia e da prestação de serviços nas coletividades, quer se



trate de gigantes, como a Sodexo ou a Elior, especialistas na cozinha empresarial às quais as coletividades locais podem escolher delegar o serviço público, quer de outras indústrias, como a Transgourmet ou a Sysco, que fornecem pratos preparados e congelados para os cozinheiros das cozinhas coletivas.

A Lei Egalim, de outubro de 2018, “para o equilíbrio das relações comerciais no setor agrícola e alimentício e uma alimentação saudável, sustentável e acessível a todos”, é resultado de vários anos de negociação entre os poderes públicos e industriais do setor. Ela impõe que até 2022 (pelo menos foi a data estabelecida antes da crise sanitária) haja um aumento de até 50% dos produtos “com a etiqueta de qualidade” destinados à cozinha coletiva: apelação de origem protegida (AOP) ou controlada (AOC), indicação geográfica protegida (IGP), *label rouge* [selo vermelho que garante a qualidade do produto], agricultura orgânica (AO) etc. Poderíamos nos vangloriar disso. Mas o diabo se esconde nos detalhes, e a posição hegemônica dos industriais não está ameaçada. De fato, ao sentirem a direção do vento mudar, os campeões da agroindústria alimentícia passa-

© Linoca Souza



ram a desenvolver, há anos, uma série de “orgânicos” para seus laticínios, para alguns legumes etc. Iogurtes fabricados na Hungria ou legumes produzidos em serras da Andaluzia percorrem milhares de quilômetros em caminhões para chegar aos pratos e são provenientes de regiões onde o trabalho é mal remunerado. Mas eles podem se beneficiar do rótulo “orgânico”. A Lei Egalim não ameaça os atores dominantes do setor, que já propõem soluções “para uso imediato”. É possível até se perguntar se ela não vai servir de pretexto para os poderes públicos suprimirem funcionários territoriais e abandonarem todo o mercado de cozinhas coletivas aos prestadores de serviços industriais que, nos próximos dois ou três anos, serão os únicos a poder propor uma grande quantidade de ofertas “orgânicas” a preço baixo.

No entanto, ainda assim, cozinheiros e nutricionistas de estabelecimentos escolares optam, desde agora, por ir buscar em seu departamento produtores rotulados como orgânicos ou em processo de mudança. Em todas as regiões da França, como em todas as zonas temperadas, é possível cultivar uma grande variedade de frutas e legumes e criar todos os ani-

mais para abate. Com agricultores e criadores de animais que propõem produtos de qualidade e da estação, em geral é possível entrar em acordo sobre preços que permitem aos camponeses ganhar a vida e, ao mesmo tempo, aos cozinheiros propor cardápios acessíveis para as famílias. Também nesse caso tudo se relaciona com o trabalho na cozinha. Em vez de abrir pacotes de “seleta de legumes” congelados, é a própria equipe que lava os legumes, os descasca e os corta e cria os meios de servir para as crianças uma refeição preparada no local, com produtos bons, além de contribuir para manter vivo o tecido agrícola da localidade. Escolher um animal, em seguida cortar, limpar e temperar, e a própria pessoa cozinhar as carnes permite também reduzir as quantidades de alimentação composta de carne em benefício da qualidade, o que é uma necessidade ecológica: quando a carne é mais saborosa, é possível usar uma menor quantidade dela. Boas refeições, mas também com preço baixo? É possível suprimindo os intermediários industriais, diminuindo o custo do transporte e, sobretudo, reduzindo o desperdício: 30% a 40% das quantidades servidas nos refeitórios franceses acabam na lixeira.

Entre outros, na França, o trabalho de Jean-Marc Mouillac, em Dordogne, é exemplar. Na década de 2010, ele conseguiu convencer a escola em que trabalhava como chefe de cozinha a utilizar 100% dos produtos orgânicos e locais, mantendo o custo da refeição em 1,70 euro. Hoje em dia empregado pelo departamento, ele é instrutor de cozinha de coletividade e atua em todas as cozinhas coletivas do território. Bastou a competência de uma pessoa e um pouco de vontade política para criar uma função que, no entanto, parece indispensável ao setor. O objetivo não é transformar os agentes territoriais das cozinhas coletivas em chefes renomados; mas, entre os pratos “artísticos” e a produção industrial, existe um lugar para um ofício da cozinha de coletividade a serviço dos usuários.

Além de suas dimensões sanitária, ambiental e econômica, a cozinha de coletividade tem uma importância cultural. A comensalidade, o fato de comer junto com outras pessoas, é também a constituição de uma cultura comum. Sem dúvida, é possível louvar as virtudes da alimentação exótica, a abertura que ela daria para as crianças. Mas, antes de fazer os alimentos atravessarem o planeta, é possível começar redescobrimo os pratos tradicionais locais. Rabo e bochecha de boi cozidos com legumes, uma variedade de tomates tradicionais, lentilhas, favas, diversos tipos de couve: em todas as regiões da França tem-se acesso a esses produtos locais, muitas vezes orgânicos, por preços módicos. E, no entanto, muitas crianças jamais os experimentaram e nunca nem sequer ouviram falar deles.

OS COZINHEIROS ESTÃO COM A PALAVRA

A espetacularização de uma alta cozinha que utiliza as mais complexas técnicas (sifão, *sous vide* para cozinhar em baixa temperatura etc.) e os mais exóticos ingredientes tem a ver com o que se poderia chamar de uma gentrificação da alimentação. Nos tempos atuais, como uma imagem no espelho, é usual recorrer aos organismos geneticamente modificados, prontos para o uso e baratos – pratos prontos e preparados para serem rapidamente consumidos jamais foram tão vendidos –, principalmente entre as crianças e os adolescentes.² Cozinhar na cozinha coletiva coisas simples, mas boas, é também mostrar que existe uma terceira via entre a sofisticação dos “grandes chefes” e o *gloubi-boulga*³ das centrais industriais.

Para a equipe, existe todo um trabalho a ser feito em matéria de educação. Sair da cozinha coletiva no início do serviço, como fazem cada vez mais cozinheiros, e dizer algu-

mas palavras para as crianças sobre a origem dos produtos e como vão prepará-los permite que elas se interessem e se sensibilizem pelas questões sanitárias, ecológicas e econômicas associadas à alimentação. Fazer referência ao vínculo com os fornecedores locais, à qualidade dos produtos que permite a redução da quantidade de carne, ou explicar as razões da introdução de um dia sem carne é expor o problema do excesso de consumo da alimentação composta por carne no Ocidente. Explicar aos alunos por que muitas vezes vão ter menos bananas e com mais frequência maçãs é abordar a circulação mundial dos produtos alimentícios.

Para as equipes das cozinhas para coletividades, valorizar seu trabalho muda tudo. Elas não estão mais escondidas em suas respectivas cozinhas; podem se vangloriar de uma profissão cuja dimensão educativa e cultural passa a ser evidente; estão integradas às equipes pedagógicas (refeições espanholas, inglesas, alemãs, “romanas” ou “medievais” elaboradas com os professores e as turmas de alunos). Podem sensibilizar todos os estabelecimentos, o máximo possível, sobre os bons hábitos do circuito curto e orgânico e lembrar que na cozinha... se cozinha.

Após alguns anos, atores que até hoje eram inaudíveis enfim estão com a palavra. São cozinheiros e nutricionistas que começam a criar blogs para expressar sua insatisfação com práticas usuais, seu desejo de fazer de outra maneira e de desenvolver soluções locais. Escolher seus fornecedores, colocar em prática técnicas específicas, valorizar seu trabalho e integrar sua equipe à comunidade educativa: os ingredientes de uma cozinha coletiva artesanal, pública e social estão à mão. 

***Marc Perrenoud** é sociólogo, professor e pesquisador da Universidade de Lausanne, na Suíça; **Pierre-Yves Rommelaere** é chefe de cozinha no Colégio Anglade, de Lézignan-Corbières, França, e membro do coletivo Les Pieds dans le Plat. São coautores da obra *Une autre cantine est possible. Pour en finir avec dix idées reçues sur la cuisine de collectivité* [Um outro refeitório é possível. Para acabar com dez ideias preconcebidas sobre a cozinha de coletividade], Éditions du Croquant, Vulaines-sur-Seine, 2021.

1 Ler Benoît Bréville, “Obésité, mal planétaire” [Obesidade, um mal planetário], *Le Monde Diplomatique*, set. 2012.

2 Cf. Thibaut de Saint Pol, “Les évolutions de l’alimentation et de sa sociologie au regard des inégalités sociales” [As evoluções da alimentação e de sua sociologia no que diz respeito às desigualdades sociais], *L’Année Sociologique*, v.67, n.1, Paris, 2017.

3 Prato inventado pelo dinossauro Casimir, personagem de um desenho animado francês. A mistura parece o que chamamos de gororoba. (N.T.)

UMA NOÇÃO ONIPRESENTE... E BASTANTE CÔMODA

Resiliência por toda parte

Até onde ir com as políticas de arrocho e aperto fiscal e como chegar até lá? Como fazer que elas pareçam justificadas, até benéficas, e garantir sua aceitação social? O recurso às ciências cognitivas permite armar políticas públicas para esse fim e ajuda a moldar nosso comportamento; isso é ilustrado pela valorização da “resiliência”

POR EVELYNE PIEILLER*

“**A**qui, a resiliência tem sabor de uma salsicha de pé de porco.” É o que se podia ler, menos de uma semana depois dos atentados de 13 de novembro de 2015, em um artigo do *Le Monde* elogiando um restaurante. É possível supor que a salsicha tinha muito mais força comunicante de resiliência porque o mencionado restaurante estava situado em um dos *arrondissements* onde haviam ocorrido os fuzilamentos. Era provocador, mas precursor. Cinco anos depois, a palavra é usada, se permitirem dizer, em todos os tipos de ocupação. As instituições internacionais, o mundo das finanças, da administração, da saúde pública, os economistas, os urbanistas, os climatologistas: todos recorrem a ela. Os políticos a adoram. Joe Biden evocou em seu discurso de posse, em 20 de janeiro, a “resiliência” da Constituição. Emmanuel Macron a declina sem medo de se repetir. Se, no contexto da pandemia de Covid-19, o presidente francês evoca os “cenários de resiliência”, ele também sabe se mostrar mais criativo. Assim, para os 50 anos da morte do general De Gaulle, em 9 de novembro de 2020, Macron fez uma saudação a seu “espírito de resiliência”. Batizou a mobilização do Exército em março de 2020 de “Operação Resiliência”. No Fórum Econômico Mundial de Davos, em 26 de janeiro, o presidente se declarou “por um capitalismo resiliente”. Um recente projeto de lei francês se intitula “Clima e resiliência”. Os ministros compartilham do léxico do presidente, e Roselyne Bachelot, da Cultura, evoca com entusiasmo, num clima de suspense profundo, um “modelo resiliente de funcionamento dos locais culturais” (Twitter, 23 dez. 2020).

Visivelmente, ser resiliente é perfeito.

Talvez seja mesmo a perfeição.

Sem dúvida, isso não tem muito tempo. Por exemplo, se lembrarmos bem..., o general De Gaulle consagrou-se mais à resistência do que à resiliência. Por outro lado, qualquer que seja a névoa que a rodeia, é claro que ela tem toda uma vibração de

“positividade” particular. Sua popularização na França tem origem nos trabalhos do psiquiatra Boris Cyrulnik, que, há algum tempo, foi membro da Comissão Attali sobre os entraves ao crescimento e se tornou “o psi preferido dos franceses” – seus livros figuram, desde o início dos anos 2000, entre os mais vendidos no ramo de autoajuda.¹ Cyrulnik define a resiliência como a “capacidade de ter êxito, de viver e se desenvolver positivamente, de maneira socialmente aceitável, apesar do estresse ou de uma adversidade que comporte normalmente o risco grave de um resultado negativo”.² Sejam positivos! Todo um léxico floresceu em relação a essa maravilhosa capacidade: diante dos “acidentes da vida”, é possível “se reconstruir”, “retomar o próprio desenvolvimento” e até mesmo “se reinventar”. O sofrimento pode trazer benefício, em uma versão psicológica da destruição criadora.

CHOQUES ÍNTIMOS E CRISES SOCIAIS

Veem-se muito rapidamente as vantagens de levar adiante essa comovedora noção. Em primeiro lugar, ela tem o charme de poder ser aplicada de modo ambíguo ao indivíduo e ao coletivo, como se os choques íntimos e as crises sociais pudessem ser sobrepostos. Além disso, de qualquer maneira, são outras coisas, como a coragem, a sorte, a solidariedade, a luta, todos os elementos que permitem de fato “se recuperar”, mas que, indiscutivelmente menos “psi”, não têm esse belo mistério do processo mental que nos salva e recria. Trata-se de uma operação muito bem-sucedida de celebração da magia de nossos recursos, que maquia “a adaptação permanente do sujeito em detrimento do questionamento das condições de seu sofrimento”, como formula Thierry Ribault em um livro preciso e irascível.³

Sua extrema valorização evidentemente está de acordo com as ideias desta época, que convidam cada indivíduo a se considerar um capital a frutificar. Mas, de modo mais amplo, a promoção da resiliência como mo-

delo difuso de passagem lucrativa de sofrimentos, do resiliente como modesto herói, que reconheceu e transformou suas fragilidades, é uma arma ideológica e política ideal. Na realidade, ela é colocada hoje e celebrada como a solução para superar os tempos difíceis, o que confirma o Instituto Nacional de Altos Estudos da Segurança e da Justiça, atualmente integrado ao Ministério do Interior, quando propôs em março de 2020 “a resiliência como eixo de comunicação de crise”. O contrato assinado em 17 de março de 2020 com a BVA Nudge Unit (a “unidade de empurrãozinho” do grupo BVA), encarregada de dar consultoria para o governo em sua gestão da pandemia, esclarece seu papel e o quadro em que se situa a nova “fábrica de consentimento”. De fato, “empurrãozinho” é o termo inofensivo que designa técnicas de sugestão indireta com a função de influenciar, sem pressão, as motivações e a tomada de decisão, de nos tirar com doçura de nossa irracionalidade espontânea, obstáculo natural à adoção da “boa prática” – no caso..., da resiliência.⁴

Na França, o BVA Group, empresa de estudos e de consultoria, de acordo com seu site, oferece especialistas “para compreender os indivíduos e seus comportamentos emergentes, a fim de antecipar os grandes movimentos”, mas também “comunicação para criar, movimentar e converter [sic] graças ao formidável poder das ideias, da imaginação e da criatividade”. O site de sua filial BVA Nudge Unit indica com menos lirismo: “Nós acionamos os ‘fatores de mudança’ que modelam os comportamentos”.

Sabemos que a percepção e a interpretação do mundo se traduzem em informações eletroquímicas ao longo de uma rede de nervos e de células nervosas (neurônios) que fazem circular sinais; para resumir, os neurônios “codificam” a informação. As neurociências, que descrevem e examinam com atenção essa transmissão, podem se especializar na análise do que está em jogo nos comportamentos ou nas capacidades mentais. Que função exerce a se-

rotonina, o “hormônio da felicidade”? Que papel desempenha a dopamina nas dependências de drogas? Quais são as zonas de reflexão no cérebro e o que se passa nele quando elas são ativadas? Essas neurociências, que se denominam “cognitivas”, procuram assim identificar o que produz o “racional” e o “irracional”, circunscrever a conexão entre o consciente e o inconsciente e, com base na análise das disfunções, definir o processo psicológico que separa o normal do patológico.

Portanto, elas têm por objeto assuntos importantes, pois contribuem para estabelecer “cientificamente” normas de saúde, psíquicas e comportamentais, e podem ser solicitadas para corrigir, melhorar ou transformar “mecanismos” falhos.⁵ Uma vez que sabemos quais mensageiros químicos intervêm, por exemplo, nas emoções e conhecemos a localização da atenção no cérebro, seria uma lástima não se beneficiar desses avanços prodigiosos para auxiliar os indivíduos a superar suas dificuldades ou otimizar seu potencial. Para isso, basta uma análise refinada dos processos, um mapeamento detalhado das conexões dos neurônios e do recabamento dos mecanismos. É para isso que vai contribuir a análise dos “vieses cognitivos”.

Nos anos 1970, os psicólogos Daniel Kahneman (em 2002, ganhou o prêmio do Banco da Suécia em memória de Alfred Nobel, denominado “Nobel de Economia”) e Amos Tversky evidenciaram a irracionalidade de algumas escolhas econômicas.⁶ O que leva à tomada de uma decisão errônea é uma redução, geralmente inconsciente, na maneira de tratar a informação que a faz ser objeto de uma distorção. Esse “viés cognitivo” tem para ele o charme da rapidez (não se fadiga o cérebro) e da evidência (irradia certeza). Atualmente, há um repertório de cerca de duzentos vieses cognitivos. Nós nos limitaremos a poucos exemplos: o “viés de confirmação”, quando preferimos o que vai no sentido de nossas crenças; o “viés de enquadramento”, quando escolhemos o que a apresentação da pro-

posta nos incita a escolher; ou ainda quando escolhemos o que tende a valorizar a curto prazo. Não pareceria realmente necessário nos demorar nesses vieses, que se assemelham bastante ao peso dos preconceitos, da retórica, do temperamento etc., se as neurociências não os incorporassem ao seu campo de estudo, com a perspectiva de agir sobre eles.

Segundo elas, esses vieses, evidentemente balizados em todas as espécies de domínios, da memorização às relações sociais, apresentam algumas características marcantes. Ao contrário do erro, que é aleatório, eles seriam sistemáticos, atuariam em todos os indivíduos e seriam imemoriais: durante a pré-história, sua função era “permitir ao nosso cérebro economizar tempo e energia”.⁷ Mas, outrora úteis, hoje eles falseiam “nossas decisões cotidianas”.⁸ Essas fragilidades universais produzem um estado emocional e orientam nosso pensamento. Ora, o funcionamento do viés, do mesmo modo que o de qualquer operação mental, pode ser modulado graças à intervenção de outras mensagens: para que a decisão seja menos emocional, mais pertinente, mudamos as conexões.

Aí se encontra o papel dos “empurrãozinhos”. Conhecemos a história da mosca-alvo desenhada no fundo de mictórios em Amsterdã, a qual, efetivamente, permitiu uma grande redução dos custos de limpeza. O caso é famoso; um pouco menos famosas são as múltiplas “Nudge Units” que se estabeleceram para orientar algumas ações políticas: no Reino Unido, em 2010, no governo de David Cameron; em 2013, nos Estados Unidos, junto a Barack Obama... Na França, como resume Ismaël Emelien, que recrutou a filial da BVA quando era conselheiro de Macron, o objetivo não está tão longe da mosca-alvo: “Fizemos exatamente de modo que a pessoa siga na direção certa. É completamente indissociável do interesse geral”.⁹ É muito gentil. É sempre muito gentil quando pensam por nós, que pensamos mal. Concretamente, a Nudge Unit governamental se dispõe a “construir o bem-estar e a resiliência a longo prazo”, pois esta última não seria uma dádiva pessoal, um dom inexplicável, não: ela é “construída”.

Que não nos enganemos com isso: não se trata aqui da simples virtuosidade de comunicadores superdotados. Éric Singler, responsável pela BVA Nudge Unit, salienta: “Informar e convencer, por meio de elementos racionais, um indivíduo que não é racional não é pertinente para que ele mude seu comportamento”.¹⁰ E ele insiste: “A Nudge envolve uma mudança comportamental, não só uma mudança de imagem. Nela, o que está em

jogo não é criar uma motivação, mas de fato fazer as pessoas passarem da intenção para a ação. A intenção é criada pela pedagogia e pela comunicação. A ação é criada pela báscula comportamental”.¹¹ Viva a mosca. Em outras palavras, o objetivo, para retomar o que diz a filósofa Barbara Stiegler, é uma “modelagem infraconsciente de nossos comportamentos”.¹²

DESAPARECIMENTO DO MAU ESPÍRITO

A Nudge Unit é discreta em suas ações, o que se compreende. No entanto, é claro que construir a resiliência e, portanto, recabar as conexões para induzir a aceitar o que se supõe contribuir para a resiliência geral passa evidentemente pela culpabilização interiorizada do “desviante” e a gratificação interiorizada pela “boa prática”, portadora de um futuro resplandecente. Emoções que, uma vez os neurônios enfim codificados corretamente, modificam virtuosamente os comportamentos e permitem admitir as obrigações necessárias para melhorar o estado pessoal, assim como a situação coletiva. Desse modo, as ciências cognitivas “armam”, para retomar um termo estimado por Singler, as políticas públicas, tornando aceitáveis novas normas sociais que parecem então morais, altruístas, benéficas para todos.

Evidentemente, há motivo para se preocupar. É possível temer a “cientificação” de uma empresa política de... modificação das normas. É possível ficar horrorizado com a manipulação ideológica, o cinismo do elogio secreto da adaptação, em que desapareceriam as emoções ruins e o mau espírito que levam à não submissão. Mas é possível também constatar com certo prazer que a vontade de transformar cada indivíduo em suporte da resiliência teve de ser

acompanhada de meios de coerção tão arcaicos quanto as contravenções e que a opinião pública não está inteiramente convencida do poder de reinvenção que se supõe nascer das crises e dos estados de emergência... 

*Evelyne Pieiller é jornalista do *Le Monde Diplomatique*.

- 1 Cf. o estudo de Nicolas Chevassus-au-Louis, “Le grand bazar de Boris Cyrulnik” [O grande bazar de Boris Cyrulnik], *Revue du Crieur*, n.6, Paris, 2017/1.
- 2 Boris Cyrulnik, *Un merveilleux malheur* [Uma maravilhosa infelicidade], Odile Jacob, Paris, 1999.
- 3 Thierry Ribault, *Contre la résilience. À Fukushima et ailleurs* [Contra a resiliência. Em Fukushima e em outros lugares], L’Échappée, Paris, 2021.
- 4 O termo foi popularizado pelo economista Richard Thaler e pelo jurista Cass Sunstein em *Nudge. La méthode douce pour inspirer la bonne décision* [Empurrãozinho. O método doce para inspirar a boa decisão], Vuibert, Paris, 2010. Richard Thaler recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2017.
- 5 Elas já estão em prática, entre outras, na reflexão pedagógica. Cf. Stanislas Dehaene, *Les Neurones de la lecture* [Os neurô-

nios da leitura], Odile Jacob, 2007. O autor é presidente do Conselho Científico da Educação Nacional, instituído pelo ministro Jean-Michel Blanquer.

- 6 Ler Laura Raim, “Pire que l’autre, la nouvelle science économique” [Pior que a outra, a nova ciência econômica], *Le Monde Diplomatique*, jul. 2013.
- 7 Eléonore Solé, “Comment notre cerveau nous manipule-t-il?” [Como nosso cérebro nos manipula?], *Sciences et Avenir*, Paris, 21 jul. 2019.
- 8 Jérôme Boutang e Michel De Lara, *Les Biases de l’esprit. Comment l’évolution a forgé notre psychologie* [Os vieses do espírito. Como a evolução forjou nossa psicologia], Odile Jacob, 2019.
- 9 Citado em Géraldine Woessner, “Emmanuel Macron et le pouvoir du ‘nudge’” [Emmanuel Macron e o poder do ‘empurrãozinho’], *Le Point*, Paris, 4 jun. 2020.
- 10 Éric Singler, “Pour une ‘nudge unit’ à la française” [Para uma ‘unidade de empurrãozinho’ à francesa], *Libération*, Paris, 11 maio 2014.
- 11 Citado em Hubert Guillaud, “Où en est le nudge (1/3)? Tout est-il ‘nudgable’?” [Onde está o empurrãozinho (1/3)? Tudo é “empurrável”?], *InternetActu*, 27 jun. 2017. Disponível em: www.internetactu.net.
- 12 Barbara Stiegler, *De la démocratie en pandémie. Santé, recherche, éducation* [Sobre a democracia na pandemia. Saúde, pesquisa, educação], Gallimard, Paris, 2021.

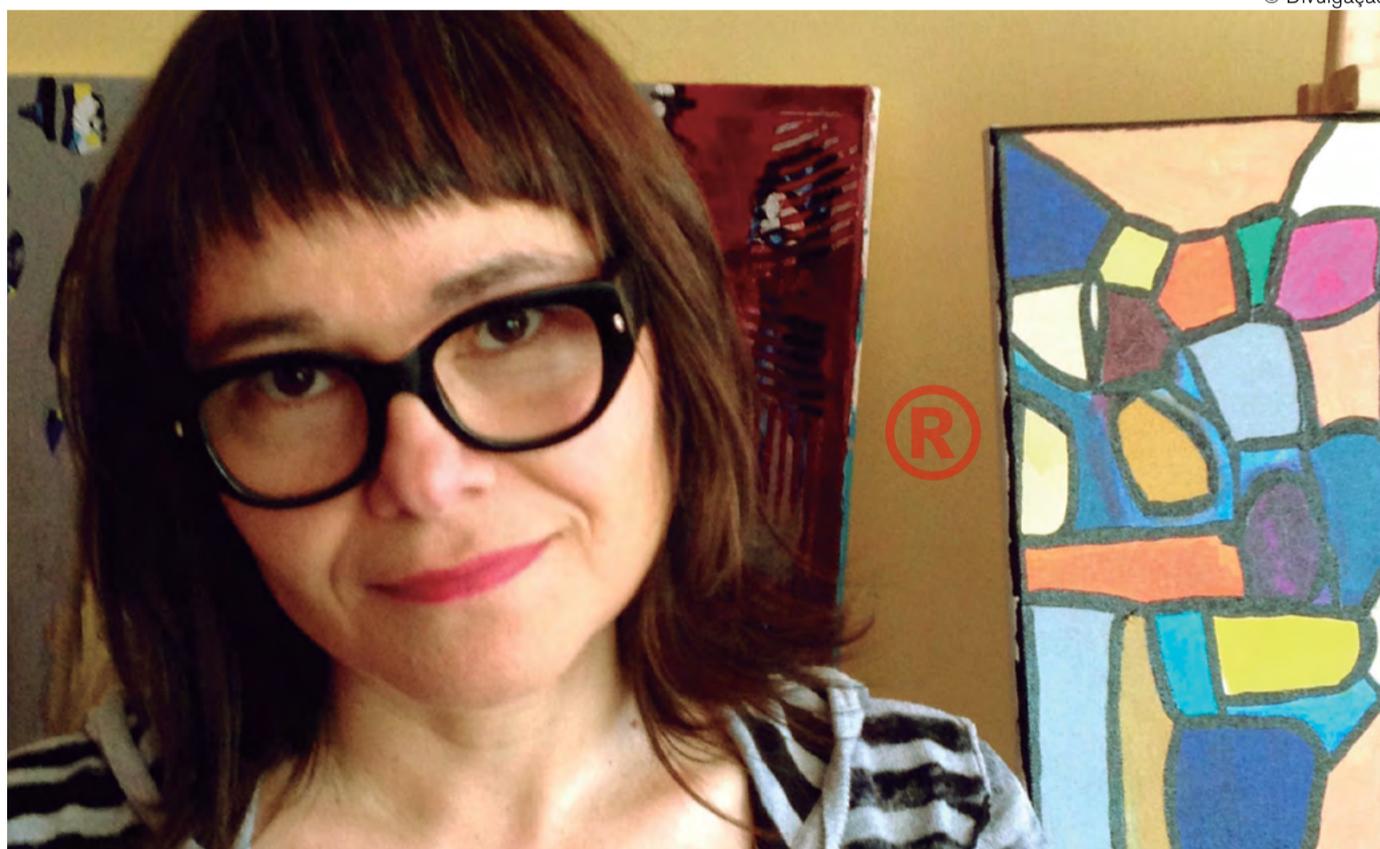


INTERVENÇÃO

Interseccionalidade como ferramenta na busca pela justiça social

O livro *Interseccionalidade* analisa o surgimento, o crescimento e os contornos do conceito que lhe dá nome e mostra como as estruturas interseccionais abordam temas diversos, como direitos humanos, neoliberalismo e política de identidade. Em entrevista, Sirma Bilge, uma das autoras, analisa como a interseccionalidade pode apoiar as diversas lutas por justiça social

POR BIANCA PYL*



© Divulgação

Sirma Bilge, professora da Universidade de Montreal, fala sobre seu novo livro escrito em parceria com Patricia Hill Collins

Sirma Bilge e Patricia Hill Collins trabalharam juntas na produção do livro *Interseccionalidade*, lançado no Brasil em março pela Boitempo. Elas utilizaram o conceito para olhar suas próprias diferenças durante o processo de escrita do livro. “Nós nos relacionamos por meio de nossas diferenças”, afirma Sirma em entrevista ao *Le Monde Diplomatique Brasil*. O conceito tem ganhado espaço dentro e fora da academia e, por isso mesmo, a professora do departamento de Sociologia da Universidade de Montreal alerta sobre a cooptação do termo pelo neoliberalismo: “o neoliberalismo organiza coisas como o capitalismo ético, perverte o vocabulário da justiça social para alimentar sua hegemonia contínua”. Além disso, Sirma resalta a contribuição prática da interseccionalidade para “desmantelar relações desiguais de poder e fa-

zer avançar a justiça social” e destaca a importância dos movimentos sociais, como o das mulheres negras no Brasil, para a construção do conceito.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL – O livro *Interseccionalidade* é resultado de sua parceria com Patricia Hill Collins. Como foi o processo de escrever o livro conjuntamente? Quais desafios vocês encontraram?

Sirma Bilge – Patricia e eu concordamos que não foi fácil, pois não dividimos o livro e dissemos: “Este é o seu capítulo. Este é o meu capítulo”. Simplesmente escrevemos juntas, o que significou um vaivém contínuo. Obviamente, viemos de espaços muito diferentes. Ela é uma afro-americana nos Estados Unidos. Eu sou uma primeira geração de migrantes da Turquia; passamos uma década na França e depois migramos para o Canadá.

Tínhamos muitas diferenças: de geração, idioma, religião. E essas diferenças nos ajudaram a trazer diferentes sensibilidades, experiências de vida e posições epistêmicas. Por outro lado, concordamos em muitas coisas de base e no âmbito político. E o mais importante: trabalhamos nossas diferenças de uma maneira muito produtiva. Há um momento em nosso livro de ilustração da *práxis* da interseccionalidade no qual falamos sobre a relacionalidade e a relacionalidade radical como valor e ideia fundamentais para a interseccionalidade. Então, nós praticamos isso. Nós nos relacionamos por meio de nossas diferenças. Ao mesmo tempo, aceitamos que nunca poderemos compreender totalmente a diferença do outro, sempre restará alguma parte dessa alteridade. É uma experiência muito enriquecedora. Não foi fácil, mas sou grata por isso. Patricia

sempre diz que ela não seria capaz de escrever esse livro sem mim. E eu sinto o mesmo. A obra é um ponto de encontro, um encontro entre mim e ela.

Em um trecho do primeiro capítulo, vocês dizem que o foco deve ser o que a interseccionalidade faz, e não o que ela é. Por que é tão importante enfatizar a prática da interseccionalidade?

O que está dito no livro, por meio da citação de um artigo da autora Kimberlé Crenshaw, “o que a interseccionalidade faz, e não o que é”, não pretende desvalorizar a teoria. Acreditamos que a teoria seja um assunto sério, e não apenas monopólio dos acadêmicos e da universidade. A hora da teoria chega por causa dos movimentos sociais, por causa das pessoas nas ruas. Teorias emancipatórias como a interseccionalidade não surgem de repente da academia. Dito isso, a teoria é importante. Esses debates sobre o que é interseccionalidade têm vida própria. É como se, com uma boa definição, tudo se resolvesse. E quando os acadêmicos concentram todos os seus esforços e debatem qual definição de interseccionalidade é a verdadeira, torna-se um círculo vicioso e estéril e não serve ao propósito de interseccionalidade como nós e outras pessoas a definimos. A interseccionalidade não é a única forma de análise para entender como o poder opera na sociedade, mas uma forma de intervir. É uma intervenção, uma *práxis* capaz de dismantlar relações desiguais de poder, de fazer avançar a justiça social e as múltiplas questões que a atravessam, como a justiça ambiental. Portanto, se concentrarmos nossos esforços e energias apenas em debater o que esse conceito significa, simplesmente não olharemos para as formas como as pessoas o usam, como utilizam essa abordagem e para fazer o quê. E as pessoas estão usando essa abordagem de várias maneiras. Essas formas nem sempre são progressistas e emancipatórias.

Qual é o potencial da interseccionalidade na colaboração com movimentos e organizações que buscam a justiça social?

Eu acho que há certa resistência da esquerda em relação à interseccionalidade quando diz que as injustiças estão relacionadas somente à política de classe. O potencial da interseccionalidade de criar coalizões entre diferentes movimentos em busca de justiça social é real. Mas as alianças precisam ser éticas. Quando outros grupos trouxerem suas prioridades, pode ser que eles escutem: “Oh, não, esses temas são muito específicos. Agora que vocês se juntaram ao movimento maior, precisamos olhar para o patriarcado. Não podemos olhar para o transpatriarcado, assuntos trans não são exatamente feministas”, ou outras coisas excludentes do tipo. Ou podemos ouvir: “Oh, não, aqui estamos lidando com anticapitalismo, não podemos abordar a questão da discriminação racial”. Então, voltarei ao que disse sobre a forma como Patricia e eu colaboramos nesse livro. Conteí que tentamos praticar a relacionalidade radical. E na coalizão política, da mesma forma, precisamos praticar a relacionalidade radical se quisermos que a interseccionalidade nos dê oportunidades de criar coalizões éticas.

Como movimentos e organizações sociais podem construir uma resposta interseccional às desigualdades aprofundadas pelo neoliberalismo?

O neoliberalismo também usa a interseccionalidade. Ele organiza coisas como o capitalismo ético, perverte o vocabulário da justiça social para alimentar sua hegemonia contínua. Então, houve cooptação desses vocabulários críticos e dos nossos instrumentos de luta pela hegemonia. Nossas ferramentas são sequestradas e usadas contra nós. Nesse contexto, quando o neoliberalismo usa a interseccionalidade, alguns grupos a abandonam, e eu não concordo com isso. Temos que reinvestir e repolitizar essas ideias, denunciar a cooptação neoliberal da interseccionalidade, mostrar que o neoliberalismo impõe medidas neoliberais, pois a universidade neoliberal está falando em inclusão, diversidade etc., mas isso nunca se traduz em mudanças substanciais.

É superficial, como maquiagem. Algumas palavras aqui, umas fotos ali, e está feito! Acho que os movimentos e organizações sociais precisam se desfazer das instituições neoliberais, precisam subverter e apostar no nosso poder de colaborar uns com os outros e construir fora dessas instituições, porque, se lutarmos dentro dessas instituições, seremos coopta-

dos. A ideia de mudar as grandes instituições neoliberais por dentro é uma ilusão para mim, não vejo isso como possível. O que vejo é que a curto prazo pensamos que estamos reformando a instituição, e a longo, vemos que elas apenas rearticulam a hegemonia. E simplesmente somos integrados às suas regras como camaradas, como se estivessemos incorporados em suas instituições. Tentamos reformar, mas no fim do dia os negócios parecem se consolidar como de costume.

Quais são as principais contribuições do movimento de mulheres negras no Brasil para os debates da interseccionalidade no mundo? Por exemplo, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. Em outras palavras, como as lutas locais podem ressoar com o que acontece no cenário global?

Eu li apenas as obras de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro que foram traduzidas para o inglês ou para o francês. Tive a sorte de poder lê-las e fiquei maravilhada com o conceito de amefricanidade.¹ Esse conceito é tão interessante e tão interseccional! Essas autoras têm um pensamento interseccional e uma *práxis* interseccional, ainda que não usem esse termo literalmente nessas obras, mas ele está lá. Então, como Patricia e eu dissemos no livro – o livro também traz pessoas do século XIX e as feministas do fim do século XIX na Índia –, precisamos rastrear como as mulheres, e incluo as mulheres trans, de múltiplos grupos marginalizados, já tinham um pensamento e uma *práxis* interseccional sem usar o termo. Em nosso livro, fizemos um breve panorama, um gostinho da interseccionalidade no mundo; nele é possível encontrar traços de interseccionalidade sem usar a palavra.

Infelizmente, meu conhecimento do contexto brasileiro e dos movimentos de mulheres negras brasileiras é muito limitado. O que eu li foi o suficiente para me convencer de como é fundamental prestar atenção nos atores, movimentos e saberes locais para exercitar o conhecimento em profundidade.

Meu maior desejo em relação a esse livro é que ele ajude a sobressaltar, intensificar na sua sociedade a luz que se lança sobre publicações, obras artísticas e o trabalho intelectual de mulheres afro-brasileiras. Sabe, acho que as teorias feministas afro-brasileiras têm muito a ver com interseccionalidade. E não estou dizendo que elas têm a aprender com a interseccionalidade – somos nós que temos muito a aprender com o trabalho feminista negro brasileiro, e muito a trocar. Com o trabalho feminista indígena no Brasil também. Meu desejo

é que a publicação de nosso livro crie múltiplas oportunidades para que mais pessoas possam ler esses livros fantásticos. Não apenas os de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, mas de todas as novas gerações de feministas afro-brasileiras.

Quais são os principais desafios colocados pela ascensão do populismo de extrema direita aos movimentos sociais e como a interseccionalidade ajuda a enfrentar esses desafios contemporâneos?

A justiça social não está embutida na interseccionalidade. Existem pessoas que usam a interseccionalidade, mas não são orientadas para a justiça social. Portanto, discursos políticos reacionários e conservadores, populistas de extrema direita e mesmo fascistas podem usar não o termo em si, porque eles não usam a palavra “interseccionalidade”, mas se apoiar em manobras interseccionais. Por exemplo, quando Trump está articulando seu nacionalismo branco, é muito interseccional. Quando falam sobre uma nação cristã branca; quando dizem que são invadidos por não brancos, muçulmanos, LGBTQ: estão se apoiando no ódio interseccional. Estão definindo interseccionalmente suas identidades e valores, dizendo: “Praticamos valores familiares, e a família natural deve ser heterossexual, cristã”. Essas retóricas e essa construção “nosso grupo *versus* seu grupo que nos ameaça” operam em fronteiras interseccionais, fronteiras simbólicas.

Não devemos interpretar a oposição mordaz dos movimentos populistas de extrema direita como interseccionalidade, não é isso que estou dizendo. Precisamos ir um pouco além da superfície e entender como eles usam a interseccionalidade, mas de uma forma totalmente oposta: para proteger privilégios interseccionais, não para lutar por justiça social. Parece uma coisa bizarra de dizer, mas há uma interseccionalidade oculta da extrema direita. Temos de estar alertas para isso. Caso contrário, não poderemos compreender como a usamos. Achamos que a interseccionalidade é uma definição positivada, orientada à justiça social. Não. É uma ferramenta. Pode ser usada para a justiça social, pode ser usada para múltiplas relações de poder interligadas.

A pandemia de Covid-19 aprofundou as desigualdades sociais em todo o mundo. Você acha importante que sejam feitas análises interseccionais sobre os efeitos da pandemia, para não correremos o risco de elaborar respostas que não estejam de fato alinhadas com os desafios colocados pela pandemia?

Quando pensamos em Covid e no que aconteceu – Quem morreu? Quem

teve acesso a cuidados de saúde? Agora, quem está tendo acesso à vacinação? Quem pôde se proteger durante as quarentenas e *lockdowns*? –, temos de pensar que esses acessos foram desiguais. Nem todos puderam se proteger – trabalhadores da linha de frente que sempre estiveram em posições precarizadas, como imigrantes, pessoas pobres ou que vivem em zonas rurais. É uma questão interseccional. É como a eugenia. A pandemia mata pessoas e não se dá importância. É assustador. É uma ficção científica, uma distopia. Estou pensando no que aconteceu há alguns meses em Montreal. As nações indígenas ainda sofrem com a colonização no Canadá. Havia um homem indígena Innu, que foi deslocado. Ele estava vivendo em situação de rua. Havia toque de recolher às 20h em Montreal, por causa da Covid, e seu abrigo foi fechado. Ele estava procurando abrigo e entrou em um banheiro químico. Estava –50 °C, ou algo assim, e ele morreu em um banheiro de plástico no centro de Montreal, em um dos bairros mais ricos da cidade. Seu nome era Raphael Andre. Quando olhamos para isso, há colonialismo, falta de moradia, métodos abusivos de policiamento relacionados à Covid, fechamento de abrigos. Existem tantas falhas! A pandemia de Covid-19 reproduz as desigualdades existentes e cria novas, como o toque de recolher. 

***Bianca Pyl** é jornalista, editora web do *Le Monde Diplomatique Brasil* e apresentadora do podcast Guilhotina.

Esta entrevista contou com o apoio de **Marina Valeriano**.

¹ Conceito de Lélia Gonzalez que significa “Um processo histórico de intensa dinâmica cultural (resistência, acomodação, reinterpretção, criação de novas formas) referenciada em modelos africanos e que remete à construção de uma identidade étnica. [O valor metodológico desta categoria] está no fato de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo”. Lélia Gonzalez, “Nanny”, *Revista Humanidades*, 1988.

Título Interseccionalidade
Autor Patricia Hill Collins e Sirma Bilge
Tradução Rane Souza
Orelha Winnie Bueno
Apoio Fundação Rosa Luxemburgo
Páginas 288
Preço R\$ 67,00
Preço e-book R\$ 51,00
Editora Boitempo



livros



TRILOGIA DO REENCONTRO
Botho Strauss,
Temporal

Não é preciso conhecer o teatro alemão e sua história para apreender a melancolia de *Trilogia do reencontro*, peça de Botho Strauss escrita em 1976 e encenada pela primeira vez em 1977, em Hamburgo. No texto, publicado pela editora Temporal com tradução de Alice do Vale, amigos se encontram no vernissage de uma associação artística, menos interessados nas obras expostas que em si próprios; tentativas de conversas, inícios falhados, assuntos tão intrigantes quanto queda capilar se acumulam em quadros rápidos que não evoluem, à semelhança da relação entre diversos personagens. A aparição silenciosa de um dos membros do conselho da associação – único acontecimento da peça – ameaça agitar esse estado de limbo, mas a perturbação é temporária.

Se tal fragmentação e estagnação não nos são estranhas nos dias atuais, seja nos espetáculos chama-

dos “pós-dramáticos”, em nossa subjetividade ou ainda em determinadas discussões políticas, a recuperação do contexto da escrita de *Trilogia do reencontro* adiciona camadas de complexidade a essa prostração. No esclarecedor prefácio à edição brasileira, o professor da Udesc Stephan A. Baumgärtel descreve a frustração da jovem burguesia cujos sonhos revolucionários de 1968 se dissolveram e, ao retomar a história recente do teatro alemão, atenta para o reflexo na cena dessa geração: um teatro sem narrativa, com personagens sem profundidade psicológica, numa peça que pode ser lida como despolitizante. Baumgärtel também apresenta a trajetória e o pensamento de Strauss – autor alemão importante, vencedor do prestigiado prêmio Georg Büchner em seu país, amplamente encenado por lá –, o que permite um entendimento mais amplo de *Trilogia*.

Vale observar ainda que, ao dedicar quase trinta notas ao final do volume às referências das artes plásticas citadas na peça, a edição acaba provocando uma reflexão sobre outros discursos que podem permear o texto de Strauss; se a pintura em questão na exposição da associação artística é a realista, com suas possibilidades várias de representação da realidade, que tipo de conversa Strauss está estabelecendo com a mimese?

[Mariana Delfini] Jornalista e tradutora.



A DEMOCRACIA RESISTE: O BRASIL DE 2018 A 2020
Liszt Vieira,
Garamond

Acabo de concluir a leitura do livro de Liszt Vieira, uma coletânea de cinquenta artigos publicados na Carta Maior entre 2018 e 2020. Saio da última página com a sensação de que tenho em mãos um texto que pode ser lido em duas perspectivas distintas. A primeira, mais óbvia, é como crônica de nossa tragédia contemporânea. Está tudo registrado com precisão jornalística: as reformas neoliberais que destruíram o contrato social instituído pela Constituição de 1988, a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições, os desdobramentos sociais e políticos da pandemia, a destruição da tradição da política externa brasileira. O trabalho de Liszt é incontornável para o leitor interessado em conhecer a factualidade da crise democrática que começou a se abater sobre o Brasil em meados da década de 2010.

Na outra chave, autor e texto se confundem e o livro deixa de ser crônica para se tornar testemunho. Liszt

é um dos arquitetos da democracia brasileira, que começou a ser construída no final da década de 1970. Ativista em defesa do meio ambiente e dos direitos das minorias quando essas agendas ainda engatinhavam, ele faz parte da geração que teve a juventude roubada pela ditadura militar.

Liszt foi observador atento do governo de Michel Temer, que destruiu as estruturas de proteção social do Estado brasileiro fundadas na década de 1930. Nem a ditadura militar conseguiu chegar tão longe. Os governos tucanos na década de 1990 tampouco. Temer conseguiu fazer em dois anos o que a direita brasileira não faz em quase noventa anos. Depois, a situação só fez piorar e os desdobramentos da vitória de Bolsonaro para a democracia estão aí para o mundo inteiro ver.

Na maturidade, Liszt está tendo o desprazer de testemunhar a derrocada da democracia que viu nascer. Mas se engana quem acha que, por isso, seu texto é melancólico e triste. De modo algum. É inspirador, analítico, um convite à resistência. Nasci no final da década de 1980. Sou da geração que herdou a democracia construída pela geração de Liszt. Tomo a prosa do professor como um chamado à responsabilidade. Defender a democracia é dever de todos nós, e a compreensão é o primeiro ato de resistência. Ler esse livro é um gesto político.

[Rodrigo Perez] Professor do Departamento de História da Universidade Federal da Bahia.

internet

NOVAS NARRATIVAS DA WEB

Sites e projetos que merecem seu tempo

OPERAÇÃO VINGANÇA

Esse é o apelido das operações que a polícia do Rio de Janeiro realiza nas favelas após a morte de algum policial. O especial feito pelo MediaLab.UFRJ e a Agência Autônoma, em parceria com Redes da Maré, Fogo Cruzado, Pista News, Witness e Rede LAVITS, foi inspirado em metodologias da arquitetura forense e mostra com mapas, vídeos, fotos e investigação jornalística como helicópteros levam terror aos moradores, não raro realizando disparos e jogando bombas do alto, perto de escolas, atingindo inocentes. O trabalho contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da Fundação Ford.

<https://documental.xyz/intervencao>

A OLHO NU

Nos Estados Unidos, o Unjustice Watch (Observatório da Injustiça, numa tradução livre), junto com o canal BuzzFeed, publicou o resultado de uma pesquisa que mostrava policiais e seus posts no Facebook considerados racistas, xenófobos ou preconceituosos. A ideia era que, ao revelar como os policiais se comportam nas redes, ficasse mais claro que essas questões não são individuais, mas prática recorrente em toda a corporação, derrubando a “teoria da maçã podre”. Toda a base de dados está aberta, e você pode buscar comentários feitos nas redes pelos policiais com filtros como cidade, faixa salarial, se está na ativa ou na reserva. Como seria uma pesquisa dessa com os policiais brasileiros?

www.plainviewproject.org

ARTES E EMOÇÕES

O Google fez um experimento: perguntou a 1.300 pessoas quais emoções eram disparadas ao observarem 1.500 pinturas. Com base nos resultados, criaram um atlas das emoções que foram causadas por elas: mistério, desejo, tédio, amor, raiva, confusão e nojo são algumas das 25 categorias pelas quais se pode navegar no site interativo. Foi realizado com a ajuda de cientistas da Universidade da Califórnia em Berkeley e pretende ser usado para auxiliar no estudo das emoções humanas. Experimente se você também percebe as sensações em cada quadro.

<https://artsexperiments.withgoogle.com/art-emotions-map/>

[Andre Deak] Diretor do Liquid Media Lab, professor de Jornalismo e Cinema na ESPM, mestre em Teoria da Comunicação pela ECA-USP e doutorando em Design na FAU-USP.

CANAL DIRETO

Capa

Ontem, foi o editorial do Washington Post. Hoje, é a capa do Le Monde Diplomatique Brasil. A “performance” do Brasil está assustando o mundo inteiro!

Julio Villar, via Facebook

Prêmio para essa capa agora, por favor!

Leandro Reis, via Instagram

Infelizmente tenho que aplaudir essa capa. É nossa triste realidade mesmo.

Adilson Barros, via Instagram

Quem pensou essa capa entende do riscado que une este mundo e o outro.

Caio F, via Instagram

O Diplomatique Brasil, além de ser um baita jornal, sempre nos brinda com artes sensacionais em suas capas.

Perfil do podcast Em Outras Palavras, via Twitter

Capa e conteúdo potentes! Retratam bastante bem o tamanho da barbárie nacional! Tempos difíceis! Mas venceremos essa quadra histórica de horror!

José Pereira, via Twitter

Cada vez mais me surpreendo com o Diplomatique Brasil. Mais uma vez, vocês acertaram na arte da capa e nos textos. Descreveram demais o que estamos passando e quanto Bolsonaro é realmente sádico.

Nick Faria, via Twitter

Ideologia, perspectivas e as bases do bolsonarismo

A ideologia bolsonarista acabou com toda e qualquer resistência contra a corrupção.

Alysson Sabóia, via Facebook

Por que não conseguimos aproveitar o valor econômico da biodiversidade?

Por causa dos interesses privados se involucrando na política e em políticas públicas.

Rócio Estrellas, via Instagram

Por que os funcionários públicos japoneses se matam de trabalhar

Dizer que servidor público vive ao abrigo de vicissitudes demonstra a falta total de entendimento das funções públicas e do Estado, desconhecendo o papel do servidor público e do trabalho desenvolvido para atender a sociedade.

Pedro Júnior, via Instagram

Participe de *Le Monde Diplomatique Brasil*: envie suas críticas e sugestões para diplomatique@diplomatique.org.br. As cartas são publicadas por ordem de recebimento e, se necessário, resumidas para a publicação.

Os artigos assinados refletem o ponto de vista de seus autores. E não, necessariamente, a opinião da coordenação do periódico.

SUMÁRIO



- 02** Frente de esquerda na França “Política externa”? Como assim?
Por Serge Halimi

- 03** Editorial
Perguntas impensáveis
Por Silvio Caccia Bava

- 04** Capa
Ultraprocessados, ultraesfomeados e o sistema agroalimentar moderno
Por Elaine De Azevedo
O triunfo dos supermercados no Brasil da fome
Por João Peres e Victor Matioli
Agro, um mau negócio
Por Helena R. Lopes, Jorge O. Romano, Paulo F. Petersen e Thais P. Bittencourt

- 11** Exportações ocidentais
A invasão do lixo no Sudeste Asiático
Por Aude Vidal

- 14** As figuras da direita israelense
Pacifistas não entendem a ideologia de Netanyahu
Por Charles Enderlin

- 16** Uma ideologia vítima de suas contradições
O declínio do sionismo de esquerda
Por Thomas Vescovi

- 18** Campanha nos Estados Unidos
Por que os sindicatos perderam a batalha contra a Amazon
Por Maxime Robin, enviado especial

- 21** Ex-presidente é o cronista de sua própria falta de audácia
Obama, de Dom Quixote a Sancho Pança
Por Serge Halimi

- 22** Estados Unidos, um vizinho muito invasivo
México abala a tutela norte-americana
Por Luis Alberto Reygada

- 24** Ruanda, o último genocídio do século XX
Na França, o acesso à verdade continua bloqueado
Por François Graner
O enigmático silêncio africano
Por Boubacar Boris Diop

- 28** Desastre presente, passado e futuro
Governo pandêmico: hora de apurar responsabilidades
Por Lena Lavinias e Claudio S. Dedecca

- 30** Washington semeia a cizânia na Europa
A batalha do gás natural
Por Mathias Reymond

- 32** Oferecer às crianças uma alimentação saborosa, saudável e ecológica
A cozinha coletiva como lugar de luta
Por Marc Perrenoud e Pierre-Yves Rommelaere

- 34** Uma noção onipresente... e cômoda
Resiliência em toda parte, resiliência em lugar nenhum
Por Evelyne Pieiller

- 36** Intervenção
Interseccionalidade como ferramenta na busca pela justiça social
Por Bianca Pyl

- 38** Miscelânea

LE MONDE
diplomatique BRASIL

Ano 14 – Número 166 – Maio 2021
www.diplomatique.org.br

DIRETORIA

Diretor da edição brasileira e editor-chefe

Silvio Caccia Bava

Diretores

Anna Luiza Salles Souto, Maria Elizabeth Grimberg e Rubens Naves

Editor

Luís Brasilino

Editora-web

Bianca Pyl

Editor de Arte

Cesar Habert Paciornik

Estágio em Jornalismo

Laura Toyama e Samantha Prado

Revisão

Lara Milani e Maitê Ribeiro

Gestão Administrativa e Financeira

Arlete Martins

Assinaturas

Leila Alves

assinaturas@diplomatique.org.br

Tradutores desta edição

Carolina M. de Paula, Frank de Oliveira, Livia Chede Almendary, Rita Grillo e Wanda Brant

Conselho Editorial

Adauto Novaes, Amâncio Friaça, Anna Luiza Salles Souto, Ariovaldo Ramos, Betty Mindlin, Claudius Ceccon, Eduardo Fagnani, Heródoto Barbeiro, Igor Fuser, Ivan Giannini, Jacques Pena, Jorge Eduardo S. Durão, Jorge Romano, José Luis Goldfarb, Ladislau Dowbor, Maria Elizabeth Grimberg, Nabil Bonduki, Raquel Rolnik, Ricardo Musse, Rubens Naves, Sebastião Salgado, Tania Bacelar de Araújo e Vera da Silva Telles.

Assessoria Jurídica

Rubens Naves, Santos Jr. Advogados

Escritório Comercial Brasília

Marketing 10: José Hevaldo Rabello Mendes Junior
Tel.: 61. 3326-0110 / 3964-2110
jh@marketing10.com.br

Le Monde Diplomatique Brasil é uma publicação da associação Palavra Livre, em parceria com o Instituto Pólis.

Rua Araújo, 124 2º andar – Vila Buarque
São Paulo/SP – 01220-020 – Brasil
Tel.: 55 11 2174-2005
diplomatique@diplomatique.org.br
www.diplomatique.org.br

Assinaturas: Leila Alves
assinaturas@diplomatique.org.br
Tel.: 55 11 2174-2015

Impressão

D'ARTHY Editora e Gráfica Ltda.
CNPJ: 01.692.620/0001-00, Parque Empresarial Anhanguera - Rod. Anhanguera Km 33 - Rua Osasco, 1086, Cep: 07753-040 - Cajamar - SP



LE MONDE DIPLOMATIQUE (FRANÇA)

Fundador

Hubert BEUVE-MÉRY

Presidente, Diretor da Publicação

Serge HALIMI

Redator-Chefe

Philippe DESCAMPS

Diretora de Relações e das Edições Internacionais

Anne-Cécile ROBERT

Le Monde diplomatique

1 avenue Stephen-Pichon, 75013 Paris, France
secretariat@monde-diplomatique.fr
www.monde-diplomatique.fr

Em julho de 2015, o *Le Monde diplomatique* contava com 37 edições internacionais em 20 línguas: 32 edições impressas e 5 eletrônicas.

ISSN: 1981-7525

SE TEM GENTE
COM FOME,

DÁ DE
COMER!

temgentecomfomeoficial

Diante do avanço da insegurança alimentar e da fome no Brasil, em meio à pandemia do novo coronavírus, já são mais de 19 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade. Para apoiar essas milhares de famílias, organizações da sociedade civil mobilizaram suas forças e lançaram a campanha nacional de arrecadação de fundos para o enfrentamento à fome, à miséria e à violência chamada "Tem gente com fome".

Foram mapeadas 222.895 famílias que precisam de alimentos, produtos de limpeza e de higiene, para atravessarem esse momento de profunda crise sanitária e socioeconômica que o país enfrenta. A fome não pode esperar. Como disse Solano Trindade no poema que inspira o nome dessa campanha, "Tantas caras tristes querendo chegar em algum destino, em algum lugar. Se tem gente com fome, dá de comer".

CONTRIBUA FAZENDO SUA DOAÇÃO.
QUALQUER VALOR IMPORTA. ESCOLHA COMO QUER DOAR:



ACESSANDO O SITE
temgentecomfome.com.br



CHAVE PIX
11.140.583/0001-72



DEPÓSITO EM CONTA

Associação Franciscana DDFP
CNPJ: 11.140.583/0001-72
Banco do Brasil
Agência: 1202-5
Conta Corrente: 73.963-4



PAYPAL PARA DOAÇÕES
INTERNACIONAIS